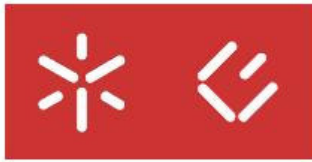


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ricardo Filipe Gonçalves Batista

**Percursos Profissionais dos
Licenciados do Instituto Politécnico de
Castelo Branco**

Novembro de 2007



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ricardo Filipe Gonçalves Batista

**Percursos Profissionais dos
Licenciados do Instituto Politécnico de
Castelo Branco**

Tese de Mestrado

Administração Pública – Gestão Pública

Trabalho efectuado sob orientação do

**Professor Doutor António Fernando Freitas
Tavares**

Novembro de 2007

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor António Fernando Tavares por toda a orientação e apoio prestado na realização desta dissertação;

Ao Professor Valter Lemos, Professora Ana Maria Vaz, Professor Doutor João Ruivo e Dr.^a Otilia Neves pelo apoio;

Aos meus pais, ao meu mano Tiago, à minha mana Marisa por todo o apoio e pela presença constante;

À Lu pelo apoio, compreensão, preocupação e presença;

À Marta, que embora pequenina, deu a sua mãozinha;

Ao Roberto, Fernando, Kim, Anabela e João Caio, Rosa Fontes, Prof. Sebastião e Eng.^a Isabel Castanheira.

Aos Serviços Académicos das Escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, pelo fornecimento de dados;

À Irene pelo envio de toda a correspondência;

A todos os diplomados que se disponibilizaram para responder ao questionário, sem os quais não teria sido possível obter conclusões acerca dos seus percursos profissionais.

Resumo

O ensino superior não só em Portugal como também noutros países deve ter especial atenção a várias determinantes que se revestem de extrema importância aquando da sua avaliação. Nos últimos anos muitos têm sido muitos os debates em torno da empregabilidade e da ligação entre o sistema de ensino superior e o mercado de trabalho. Se por um lado se refere que as taxas de desemprego entre os licenciados são altas, por outro refere-se que Portugal deve aumentar o seu número de licenciados.

A tutela já por várias vezes mencionou que conhecer os percursos profissionais dos licenciados é de extrema importância e deverá ser do conhecimento de toda a sociedade.

Analisar os percursos profissionais dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) dos anos de 2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004 pode trazer inúmeras vantagens quer para os órgãos de gestão do IPCB, quer para os futuros alunos, assim como para as famílias.

Através da utilização do inquérito por questionário foram inquiridos via postal 1303 licenciados das seis escolas do IPCB. Do total de questionários enviados, foram devolvidos 31 e foram respondidos 468, o que representa uma taxa de resposta de 37%.

Este trabalho permitiu obter feedback em relação à colocação no mercado de trabalho dos diplomados do Instituto Politécnico de Castelo Branco, assim como permitiu avaliar a imagem com que esses diplomados ficaram da Instituição que lhes conferiu o grau.

Em termos gerais concluiu-se que à data de resposta ao questionário 83% dos diplomados encontrava-se empregado, sendo que os diplomados de Enfermagem são os que apresentam uma taxa de empregabilidade de 100%. Em média, os diplomados em análise demoraram entre 1 a 3 meses a encontrar o 1.º emprego, sendo que em Enfermagem na sua maioria demoraram menos de 1 mês.

Do total de inquiridos, 22% desenvolve uma actividade profissional secundária com o objectivo de obter mais rendimentos. Em relação ao género verifica-se que aos diplomados do sexo masculino se apresentam melhores condições em termos de colocação no mercado de trabalho e em retrospectiva, a maioria dos inquiridos, se pudesse voltar atrás, escolheria o mesmo curso e a mesma instituição.

Palavras-chave – Ensino Superior, percursos profissionais, mercado de trabalho, licenciados, diplomados.

Abstract

Due to its importance, Higher Education, not only in Portugal as well as in other countries, must pay special attention to several aspects regarding an evaluation programme. In recent years we have witnessed several discussions regarding employability and the connection between the higher education system and the job market. If on one hand it is argued that the unemployment rates of graduate students are high, on the other hand it is said that Portugal must increase the number of higher education graduates.

The Ministry of Higher Education stressed the idea that it is extremely important to analyse the careers after graduation and that it is important to give society this information.

The analyses of the careers of graduate students that finished their degrees between 2001/2002 and 2003/2004 at the Polytechnic Institute of Castelo Branco (IPCB) can bring relevant information to the management of the institution, to the coming students as well as to the families.

We have inquired 1303 graduate students from the six schools of the IPCB through a survey sent by mail. Thirty-seven per cent (representing 468 graduates) of those surveyed answered and sent the questionnaire back. 31 questionnaires have not reached the final destination. This survey allowed us to get feedback regarding the transition to the job market of IPCB's graduate students, as well as to evaluate the opinion that these former students had of the institution.

We have concluded that at the time of the survey, 83% of graduates surveyed were employed. Nursing branch graduates presented the highest employment rate (100%). The majority of the graduate students found a job within 1 to 3 months after graduation, being that the majority of the Nursing graduates found jobs in less than a month.

Twenty-two per cent of the surveyed graduates have a secondary professional activity in order to get additional income. Regarding gender, male graduates have better conditions in the job market. The majority of the inquired graduates affirmed that if they were to choose again, they would choose the same degree and the same institution.

Key words – Higher education, graduate careers, job market, graduate students.

Índice

Índice de Gráficos	xi
Índice de Quadros.....	xii
Glossário de Siglas e Abreviaturas	xiii
1. Introdução.....	1
1.1. Justificação da Relevância do Tema	2
1.2. Objectivos da Investigação	4
1.3. Organização da Investigação	4
2. Educação e Mercado de Trabalho	7
2.1 O Ensino Superior e o mercado de trabalho	7
2.2. O papel das Instituições de Ensino Superior	23
3. Design de Pesquisa.....	31
3.1. População em análise	32
3.2. Recolha de informação	36
3.3. Construção de Hipóteses.....	38
3.4. Testes estatísticos.....	42
4. Análise de Dados	45
4.1. Caracterização da amostra	45
4.1.1. Composição sexual e etária	45
4.1.2. Mobilidade geográfica.....	45
4.1.3. Estatuto conjugal e agregado familiar	46
4.1.4. Escolaridade e situação profissional dos pais	48
4.1.5. Identificação da área de estudos	49
4.1.6. Habilitações de candidatura	51
4.1.7. Média de colocação no ensino superior	52
4.1.8. Opção de ingresso	53
4.1.9. Motivações para frequentar o ensino superior	54
4.1.10. Início dos estudos	54
4.1.11. Imagem do ensino superior	54
4.1.12. Frequência de estágio curricular durante o curso.....	58
4.1.13. Formação adicional durante o curso	59
4.1.14. Mobilidade internacional/ nacional	59
4.1.15. Despesas ao longo do curso	60
4.1.16. Conclusão dos estudos.....	61
4.2. Prosseguimento de estudos	62
4.3. Actividade profissional durante o curso	63
4.4. Início de actividade profissional após licenciatura	64
4.4.1. Período de espera até obtenção do 1.º emprego.....	64
4.4.2. Forma de obtenção do 1.º emprego	67
4.4.3. Área de actividade do 1.º emprego	68
4.4.4. Relação entre licenciatura e 1.º emprego	68
4.4.5. Modalidade de trabalho	69
4.4.6. Tipo de vínculo	70
4.4.7. Tipo de organização do 1.º emprego.....	72

4.5. Mobilidade no trabalho	72
4.5.1. Razões para a mudança de emprego.....	73
4.5.2. Número de vezes desempregado	73
4.6. Situação profissional	74
4.6.1. Meio de subsistência e estratégias dos desempregados	78
4.6.2. Situação profissional dos empregados	78
4.6.3. Vencimento íliquido	82
4.6.4. Outras regalias além do vencimento	84
4.6.5. Grau de satisfação face à actividade profissional	85
4.7. Actividade profissional secundária	85
4.8. Retrospectiva	89
5. Conclusões e Recomendações	91
5.1. Conclusões Gerais	91
5.2. Limitações do estudo	99
5.3. Recomendações e propostas	99
Bibliografia	103
Anexos	109
1 – Carta enviada	109
2 – Modelo do questionário aplicado	111
3 – Comentários dos respondentes	127

Índice de Gráficos

Gráfico 3.1 – Número de diplomados por Grande Grupo e por ano de conclusão.....	34
Gráfico 3.2 – Número de diplomados por ano de conclusão e sexo	34
Gráfico 4.1 – Escolaridade do cônjuge.....	48
Gráfico 4.2 – Diplomados por Grande Grupo e por sexo.....	50
Gráfico 4.3 – Ano de início dos estudos.....	54
Gráfico 4.4 – Imagem por escola	55
Gráfico 4.5 – Tempo para obtenção do 1.º emprego por sexo	65
Gráfico 4.6 – Tempo para obtenção do 1.º emprego por ano de conclusão	67
Gráfico 4.7 – Área de actividade do 1.º emprego.....	68
Gráfico 4.8 – Tipo de vínculo por sexo	71
Gráfico 4.9 – Número de vezes desempregado por sexo.....	74
Gráfico 4.10 – Situação profissional por sexo.....	76
Gráfico 4.11 – Situação profissional por ano de conclusão do curso	76
Gráfico 4.12 – Área de actividade dos que mudaram de actividade profissional.....	79
Gráfico 4.13 – Tipo de vínculo do actual emprego por sexo.....	81
Gráfico 4.14 – Vencimento líquido mensal por ano de conclusão do curso	83
Gráfico 4.15 – Vencimento líquido mensal por sexo.....	84
Gráfico 4.16 – Área de actividade da 2.ª ocupação.....	86
Gráfico 4.17 – Forma de obtenção da 2.ª actividade	87
Gráfico 4.18 – Vencimento líquido mensal da actividade secundária por sexo.....	88
Gráfico 4.19 – Retrospectiva (O que obteve com a licenciatura) por sexo	90

Índice de Quadros

Quadro 3.1 – Afectação dos cursos às áreas de educação e formação.....	33
Quadro 3.2 – Diplomados por Áreas de Educação e Formação	35
Quadro 4.1 – Idade dos diplomados.....	45
Quadro 4.2 – Naturalidade dos diplomados por sexo	45
Quadro 4.3 – Residência dos diplomados	46
Quadro 4.4 – Estado civil dos diplomados	46
Quadro 4.5 – Composição do agregado familiar por sexo.....	47
Quadro 4.6 – Situação do alojamento onde reside por sexo	47
Quadro 4.7 – Habilitações escolares dos pais	49
Quadro 4.8 – Situação profissional dos pais.....	49
Quadro 4.9 – Número de diplomados por grande grupo	50
Quadro 4.10 – Áreas de Educação e Formação	51
Quadro 4.11 – Média de colocação no Ensino Superior por Grande Grupo	52
Quadro 4.12 – Distribuição da média de colocação por sexo.....	53
Quadro 4.13 – Primeira opção no ingresso por Grande Grupo.....	53
Quadro 4.14 – Imagem do curso por Grande Grupo	56
Quadro 4.15 – Imagem do curso por curso	57
Quadro 4.16 – Imagem dos professores por Grande Grupo.....	58
Quadro 4.17 – Realização de estágios curriculares por Grande Grupo.....	59
Quadro 4.18 – Participação em mobilidade por Grande Grupo	60
Quadro 4.19 – Distribuição da idade de fim de curso por sexo	61
Quadro 4.20 – Distribuição da classificação de fim de curso por sexo.....	62
Quadro 4.21 – Tempo para obtenção do 1.º emprego por Grande Grupo.....	66
Quadro 4.22 – Relação entre licenciatura e 1.º emprego por Grande Grupo	69
Quadro 4.23 – Modalidade do 1.º emprego por Grande Grupo	70
Quadro 4.24 – Tipo de vínculo por Grande Grupo.....	71
Quadro 4.25 – Tipo de organização do 1.º emprego por Grande Grupo.....	72
Quadro 4.26 – Número de vezes desempregado por Grande Grupo.....	74
Quadro 4.27 – Situação profissional por Grande Grupo	75
Quadro 4.28 – Situação profissional por ano de conclusão do curso e por área de educação e formação	77
Quadro 4.29 – Situação face ao 1.º emprego por Grande Grupo	79
Quadro 4.30 – Relação entre licenciatura e actividade actual por Grande Grupo	80
Quadro 4.31 – Tipo de vínculo do actual emprego por Grande Grupo	81
Quadro 4.32 – Tipo de organização do actual emprego por Grande Grupo	82
Quadro 4.33 – Vencimento ilíquido mensal por Grande Grupo	83
Quadro 4.34 – Actividade profissional secundária por Grande Grupo	85
Quadro 4.35 – Vencimento ilíquido mensal da actividade secundária por Grande Grupo	88
Quadro 4.36 – Relação da 2.ª actividade com área da licenciatura por Grande Grupo.....	89
Quadro 4.37 – Retrospectiva (Se pudesse voltar atrás) por Grande Grupo	90

Glossário de Siglas e Abreviaturas

CATI – Computer Assisted Telephonic Interview

CHEERS – Careers after Higher Education: an European Research Study

CITE – Classificação Internacional Tipo Educação

CNAVES – Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior

CTT – Correios de Portugal

DAPP – Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento

DETEFP – Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional

DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior

DIMAS – Inquérito estatístico de alunos

ESA – Escola Superior Agrária

ESALD – Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias

ESART – Escola Superior de Artes Aplicadas

ESE – Escola Superior de Educação

ESG – Escola Superior de Gestão

EST – Escola Superior de Tecnologia

INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação

IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco

N – Número

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODES – Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do Ensino Superior

PIB – Produto Interno Bruto

RL – Remessa Livre

SMN – Salário Mínimo Nacional

1. Introdução

O desenvolvimento de um país passa sem dúvida alguma, entre outros aspectos, pela qualidade do ensino que ministra e pela qualidade das suas Instituições de Ensino Superior. Desde muito cedo, o ensino de massas em termos de educação superior e especializada foi tido em conta e considerado de extrema importância.

O acesso ao ensino superior pressupõe que os alunos adquiram novas competências e que aprofundem conhecimentos no sentido de garantir perspectivas futuras de empregabilidade. As expectativas dos candidatos ao ensino superior são as mais diversificadas e terão, à partida, como objectivo final, embora não único, a colocação no mercado de trabalho.

Em Portugal, a colocação no mercado de trabalho de diplomados do ensino superior tem sido um tema de grande debate, principalmente a partir do momento em que se assistiu a um aumento significativo do número de diplomados pelo sistema de ensino superior português.

Vários estudos têm sido realizados a nível nacional, principalmente por várias instituições de ensino superior e por organismos que se encontram envolvidos nestas temáticas. A Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) é a entidade à qual compete a avaliação das instituições de ensino superior, onde se enquadra, entre outras, a componente de inserção profissional de diplomados. Também no sentido de se fazer uma análise destes percursos, o Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do Ensino Superior (ODES) tem realizado diversos estudos acerca dos diplomados do ensino superior e da sua inserção na vida activa.

Analisar as trajetórias profissionais dos diplomados do ensino superior torna-se importante para que seja possível avaliar os cursos de ensino superior, as competências adquiridas, assim como as necessidades do mercado de emprego. Neste sentido, já a Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro (Lei da avaliação do ensino superior) previa que a avaliação das instituições de ensino superior devia ter em conta, entre outros aspectos, a inserção profissional dos diplomados. Esta lei previa assim que, quando a avaliação das instituições fosse negativa, podia conduzir a determinadas consequências que iam desde a redução ou suspensão do financiamento até à possibilidade de encerramento das instituições de ensino superior.

Torna-se premente conhecer os percursos profissionais dos diplomados do ensino superior e proceder à sua divulgação, como forma de garantir uma boa comunicação entre as famílias, as instituições e o tecido empresarial. É importante ter presente que as famílias

portuguesas investem muito para garantir que os seus filhos possam obter um diploma de ensino superior. Assim sendo, cabe às instituições de ensino superior o estudo dos percursos profissionais dos seus diplomados e a respectiva divulgação enquanto forma de informar os jovens nas suas escolhas académicas.

A informação quer aos alunos, quer aos pais, quer ao tecido empresarial é importante, uma vez que sendo considerados *stakeholders* têm interesse no ensino superior e desta forma têm também direitos de intervenção (Amaral e Magalhães, 2000).

Para Moreira (2004) é necessário que o ensino superior crie competências específicas nos seus alunos, de forma a potenciar um bom desempenho no tecido empresarial. O mesmo autor afirma ainda que, em Portugal, não há dados fiáveis e significativos que traduzam o emprego dos diplomados de ensino superior e que se refiram a anos mais recentes. Logo, não tendo estes dados disponíveis, será difícil avaliar a situação actual dos diplomados e a sua inserção no mercado de trabalho.

1.1. Justificação da Relevância do Tema

As instituições de ensino superior, tendo em conta não só os processos de avaliação decorrentes de políticas educacionais, mas também a criação de dinâmicas internas de conhecimento e acompanhamento dos alunos que diplomam, devem estar cientes da importância desse acompanhamento e da realização de estudos de análise dos percursos dos seus diplomados.

Torna-se necessário criar instrumentos que possam dar feedback às instituições de ensino superior no sentido destas conhecerem os seus alunos para além do percurso académico e também no sentido de se poderem tomar decisões concretas de gestão, funcionamento, organização e reestruturação dos cursos do ensino superior. Um estudo realizado aos diplomados de uma determinada instituição de ensino superior pode fornecer dados concretos que permitam avaliar a pertinência e adequação social, cultural e científica de determinadas áreas de formação.

Algumas áreas do ensino superior encontram-se saturadas e necessitam de uma urgente reestruturação de forma a potenciar meios e serviços. Um estudo realizado em 2001 pelo Sistema de Observação de Percursos de Inserção de Diplomados do Ensino Superior (ODES) revelou dados estatísticos relevantes em termos de percursos dos diplomados do ensino

superior. Este estudo foi realizado a nível nacional a todos os diplomados de ensino superior que terminaram o curso em 1994/1995, tendo sido inquiridos 10 000 diplomados.

Algumas das conclusões desse estudo revelam que as áreas de “Artes e Humanidades” e “Agricultura” foram as áreas com maior taxa de desemprego (4,2% e 4,1% respectivamente) em contraste com as áreas de “Saúde e Protecção Social” cujos diplomados demoram menos tempo a encontrar emprego. Concluiu-se ainda que a taxa de desemprego feminina é sempre superior à taxa de desemprego masculina.

Nos últimos tempos, vários têm sido os debates em torno da colocação no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior. Novas situações surgiram obrigando a uma reorganização e reestruturação de toda a rede de ensino superior.

Moreira (2004) refere que vários são os factores que apontam para a importância da reorganização e reestruturação do ensino superior, principalmente factores que decorrem de informações emanadas pela União Europeia. Desde logo, o Processo de Bolonha, o Sistema Europeu de Transferência de Créditos e o Suplemento ao Diploma são instrumentos de extrema importância e emergentes na actual sociedade europeia. A criação de um espaço único europeu de ensino superior é fundamental e deve ser tido em conta aquando desta reorganização da rede de ensino superior. O mesmo autor refere ainda a importância da criação do mercado de emprego europeu, a mobilidade de estudantes e de diplomados do ensino superior, a equivalência de qualificações, assim como a criação de formações iniciais e pós graduadas de nível europeu.

Recentemente, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, acerca da avaliação dos cursos de ensino superior, focou e enfatizou a importância de se analisarem as colocações no mercado de trabalho. Aliás, o Ministro Mariano Gago, no seu Despacho de Novembro de 2005, refere que se devem adoptar estratégias de combate ao desemprego, facilitando as oportunidades de emprego aos diplomados, assim como analisar o relacionamento entre o ensino e os actores sociais e económicos, de forma a que se possam obter boas ligações entre as instituições de ensino superior e a sociedade.

Esta temática torna-se ainda mais evidente e importante aquando da publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior). Tal como é referido no artigo 24.º, é obrigação das Instituições de Ensino Superior apoiar a participação dos estudantes na vida activa; reforçar as condições para o desenvolvimento da oferta de actividades profissionais em tempo parcial; apoiar a inserção dos diplomados no

mundo do trabalho e proceder à recolha e divulgação da informação sobre o emprego e os percursos profissionais dos diplomados.

1.2. Objectivos da Investigação

Com a realização desta investigação, o objectivo principal é obter *feedback* em relação aos percursos profissionais dos licenciados das seis escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, possibilitando a obtenção de conclusões que possam contribuir para a avaliação dos cursos do Instituto Politécnico de Castelo Branco, da sua taxa de empregabilidade e da necessidade de uma eventual reestruturação.

Pretende-se a obtenção de resultados que possam dar pistas aos órgãos de gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco e que possam auxiliar na tomada de decisões da reorganização do ensino superior. Não sendo possível realizar generalizações a partir do estudo de um caso, é no entanto viável comparar os resultados obtidos com estudos anteriores sobre o mesmo tema de forma a confirmar ou infirmar essas tendências anteriormente detectadas.

Deste modo, e tendo em conta estes objectivos, definiu-se a seguinte pergunta de investigação: Quais os percursos profissionais dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco? De forma subsidiária, procuraremos ainda responder às seguintes questões: Como se integram profissionalmente os licenciados dos cursos do Instituto Politécnico de Castelo Branco no mercado de emprego? Qual a aceitação no mercado de trabalho dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco?

1.3. Organização da Investigação

Esta dissertação encontra-se organizada em 5 partes. Na primeira parte procura-se justificar a necessidade de estudar este tópico, demonstrando a importância da análise das trajetórias profissionais dos licenciados do ensino superior, especificamente dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Definem-se os objectivos da investigação e a pergunta de investigação, assim como algumas perguntas subsidiárias.

Na segunda parte procede-se à revisão de literatura de forma a analisar estudos anteriores de autores que se encontram envolvidos na questão central deste estudo, para que seja possível justificar a elegibilidade da investigação que me propus fazer.

Numa terceira parte apresenta-se a metodologia usada durante a realização da investigação, definindo o espaço temporal, o universo em análise, a forma de recolha de dados, as variáveis a analisar e as hipóteses de trabalho.

Na quarta parte apresenta-se a análise de dados relativa à aplicação dos inquéritos por questionário, assim como se apresentam respostas às hipóteses de trabalho.

Na quinta e última parte apresentam-se as principais conclusões deste estudo e lançam-se ideias para o futuro.

2. Educação e Mercado de Trabalho

Neste capítulo pretende-se dar uma panorâmica da educação, mais propriamente do ensino superior, dos seus benefícios e contributos para a sociedade e a sua interligação com o mercado de trabalho. Faz-se uma abordagem teórica das potencialidades da educação e apresentam-se estudos acerca da colocação no mercado de trabalho de diplomados do ensino superior. Por fim apresentam-se algumas considerações de vários autores acerca do papel das instituições de ensino superior na actual sociedade.

2.1 O Ensino Superior e o mercado de trabalho

Os cursos de ensino superior devem existir nas instituições não apenas para dar conhecimentos teóricos aos seus alunos, como também para lhes dar competências que possibilitem uma boa integração no mercado de trabalho. Devem transmitir confiança aos seus alunos e potenciar o seu desenvolvimento económico e social.

Analisar os percursos profissionais dos alunos de uma determinada instituição de ensino deverá ser um meio de conhecer melhor os cursos ministrados, a sua aceitação social e a sua taxa de empregabilidade, por forma a possibilitar, caso necessário, uma reorganização da rede de ensino superior.

Ao falar em educação é importante que se entenda que esta tem como característica essencial a possibilidade de gerar externalidades positivas, distinguindo-a, desde logo, de um bem puramente privado (Amaral, 2003). Fala-se em externalidades positivas quando se pretende afirmar que os benefícios para um determinado indivíduo não recaem única e exclusivamente sobre este, podendo afectar positivamente a sociedade onde este se insere (Weimer and Vining, 1992; Soares e Amaral, 1999; Amaral, 2003; Alves e Moreira, 2004; Portugal, 2004 e Amaral e Magalhães, 2007).

Para Amaral (2003) a educação gera externalidades positivas diversificadas, tais como a transmissão de valores culturais, a coesão social, a coesão intergeracional e a mobilidade social, além de possibilitar a diminuição da delinquência e da criminalidade. Em Portugal a educação é financiada, principalmente, pelo Estado, sendo obrigatória até determinada idade, para que tais externalidades não sejam desaproveitadas (Amaral, 2003 e Amaral e Magalhães, 2007).

No entanto, quando nos referimos a bens parcialmente públicos, como é o caso da educação, há que ter presente a capacidade do governo para assumir os compromissos de uma

forma adequada. Assim, é importante que se analisem vários aspectos: a) qualquer intervenção do governo deve ter em conta os objectivos a atingir, os custos, os recursos humanos a envolver, os incentivos e as formas de avaliação das medidas; b) nem sempre uma imperfeição de mercado justifica a intervenção governamental, c) devem ser analisados os processos governamentais para que se consiga obter mais eficiência e d) devem-se comparar alternativas de mercado e de intervenção governamental nas áreas a abranger (Alves e Moreira, 2004). De um modo mais geral, podemos afirmar que a intervenção do Estado no domínio da educação superior deve ser sustentada por uma definição prévia do que se pretende em termos da rede do ensino superior.

O investimento na educação pode, de facto, trazer retorno positivo quer para as economias, quer para os indivíduos. Apesar de nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) a educação ter, maioritariamente, financiamento público, estes recursos são considerados bem utilizados, uma vez que a educação pode potenciar mais produção económica e aumento da produtividade do trabalho, logo crescimento económico. Em termos de produtividade, nem todo o aumento se deve exclusivamente à educação, mas através de análises feitas em função da literacia, concluiu-se que os países com taxas de literacia superiores a 1% da média internacional poderão obter níveis de produtividade de trabalho superiores a 2,5% e um PIB per capita superior em 1,5% comparativamente com outros países (OCDE, 2006).

A educação representa assim um investimento positivo não apenas para a economia, como também para o indivíduo. Em termos de investimento no ensino superior, comparando os gastos com os ganhos futuros, pode obter-se uma taxa de retorno de 8%, além de que se verificam ainda benefícios indirectos significativos, tais como uma melhor saúde mental e física (OCDE, 2006).

Para a Comissão Europeia (1995) a Europa deve apostar na educação para que se aumentem as competências dos trabalhadores, através do ensino básico e também através da aquisição de novos conhecimentos ao longo da vida. De acordo com a Comissão Europeia, tudo começa na escola. A escola tem que se adaptar, mas deve sempre continuar a ser um instrumento de desenvolvimento pessoal e integração social. No livro branco sobre educação e formação, a Comissão Europeia identificou cinco objectivos principais na área da educação e formação, sendo que o segundo desses objectivos pretende unificar a escola e o mercado de trabalho.

Neste sentido, a unificação da escola com o mercado de trabalho trará um conjunto de bons resultados para ambos os sectores e fomentará a igualdade de oportunidades no emprego. O ensino, desde o básico até ao superior, deve estar bem conectado com as oportunidades de emprego. Desta forma, unir o ensino com o mercado de trabalho deve ser uma prioridade e envolve três condições: a) a educação deve abrir-se ao mundo do trabalho; b) as empresas devem envolver-se na formação não só dos trabalhadores, mas também de jovens e adultos e c) deve desenvolver-se um sistema de cooperação entre a escola e o mercado de trabalho (Comissão Europeia, 1995; Estratégia de Lisboa, 2005).

Uma das apostas da Comissão para a implementação desta linha de acção é através do financiamento de programas, tais como o Programa Leonardo, para que os jovens tenham oportunidades de trabalhar em diversas ocupações em diversos países da União Europeia.

Para Mora, Vila e Garcia-Aracil (2005) a educação, de acordo com a teoria do capital humano, é vista como um investimento que poderá desencadear diferentes tipos de retorno. As constantes mudanças das economias e das condições sociais atribuíram à educação um papel de extrema importância para o sucesso da sociedade. O capital humano foi assim identificado como sendo importante no combate ao desemprego e aos salários reduzidos, assim como se encontra ligado a diversos benefícios não económicos, tais como melhorias no sector da saúde e do bem-estar da sociedade (OCDE, 2004 e OCDE, 2005).

Os indivíduos que decidem frequentar o ensino superior, tal como as suas famílias, esperam obter um retorno positivo de todas as despesas que tiveram durante os estudos, principalmente com a expectativa de receber remunerações elevadas nos seus futuros empregos (Teichler, 2002). Os benefícios da educação fizeram com que houvesse uma maior participação de toda a sociedade em mais áreas de actividade. Visto que a procura de formação é maior e mais diversificada, o governo tem como desafio garantir que as oportunidades de aprendizagem possam colmatar falhas de uma forma que seja rentável (OCDE, 2004).

De acordo com os indicadores da OCDE (2006), nos países da OCDE, apesar de haver diferenças consideráveis de país para país em termos de níveis de escolaridade obtidos, em média, apenas 42% da população completou o ensino secundário e desses 42%, apenas 25% completou o ensino superior. Comparativamente, os países do leste da Ásia, cada vez mais ultrapassam a Europa e os Estados Unidos da América em termos de escolarização. A taxa mais elevada entre os diversos países da OCDE verifica-se na Coreia, onde 97% da população entre os 25 e os 34 anos concluiu o ensino secundário. Já no que diz respeito ao ensino superior, entre

1995 e 2004, o número de alunos duplicou na China e Malásia e aumentou 83% na Tailândia e 51% na Índia.

A maioria dos países desenvolvidos passou por um processo de aumento da procura do ensino superior. De acordo com alguns estudos realizados, há essencialmente dois factores que determinam tal procura: a) expectativas em relação à remuneração e ao emprego, b) tradição familiar (Albert, 2000). Para Soares e Amaral (1999), esta massificação fez com que os estudantes acreditassem que o facto de obterem um diploma de ensino superior seria uma garantia de encontrar um emprego no futuro.

É claro, que a massificação do ensino trouxe grandes mudanças para o seio do ensino superior, nomeadamente tornando-o num sistema de acesso universal e multicultural, deixando de ser um sistema de elite. De certa forma, a democracia, nos países ocidentais, tornou possível o acesso ao ensino superior a um maior número de pessoas (Solbrenke e Karseth, 2006).

No entanto, para Teichler (2002), o grande número de diplomados que se tem vindo a verificar pode ter adquirido um elevado nível de educação em vão, quer porque muitos deles vão acabar no desemprego, quer porque vão acabar por obter empregos que exigem baixo nível de qualificações. Esta situação pode levar a situações de desemprego, de perigo para a sociedade ou a trabalhar onde não sejam necessárias as competências que adquiriram nos seus cursos. Albert (2000) menciona que em Espanha, desde o início dos anos 70, também se verificou um aumento significativo da procura do ensino superior, assim como se verificou um aumento significativo da taxa de desemprego.

Mesmo assim e apesar desta abertura do ensino superior a uma sociedade mais global e heterogénea, há que pensar em opções e oportunidades. Portugal (2004) defende que, antes de ingressar no ensino superior, o jovem estudante deve analisar os benefícios que poderá vir a obter com essa formação superior em termos profissionais, devendo, desta forma, estabelecer uma comparação entre o que poderá obter com o ensino secundário e o que poderá obter com o ensino superior. Este autor menciona vários benefícios em relação aos trabalhadores licenciados: um licenciado, por norma, consegue ter salários superiores ao de um trabalhador apenas com o ensino secundário (em média 80,2% superior); as condições de trabalho são mais amenas; são menos sujeitos a trabalho de produção e podem gerir com mais flexibilidade o seu trabalho. O autor afirma ainda que os licenciados obtêm uma maior segurança no emprego, uma vez que é mais frequente encontrar um trabalhador com o ensino secundário desempregado (1,74 vezes) do que um trabalhador com o ensino superior.

Mesmo assim é de notar que, mesmo com formação superior, há grandes disparidades quando comparamos áreas de formação (Portugal, 2004). As licenciaturas das áreas das Tecnologias são aquelas que obtêm melhor encaixe no sector privado, ao contrário da área de Humanidades e Ciências Sociais (com excepção do Direito e Economia).

O autor menciona ainda que nesta análise não estão incluídos os trabalhadores da Administração Pública, enquanto empregadora de um contingente importante de licenciados. Portugal (2004) conclui que os benefícios esperados pela obtenção de uma licenciatura são excepcionalmente elevados. Mesmo em períodos de economia desfavorável, os licenciados continuam a ter uma maior probabilidade de encontrar um posto de trabalho adequado à sua área de formação, quando comparados com jovens com habilitações académicas de nível mais baixo.

No estudo realizado a 36 estudantes (caloiros) de três cursos diferentes (Direito, Psicologia e Ciência Política) da Universidade de Oslo na Noruega, Solbrekke e Karseth (2006) pretenderam analisar a) quais as suas principais razões para o ingresso no ensino superior; b) de que forma pensam no seu futuro em termos profissionais e c) de que forma é que os ideais dos estudantes podem ser entendidos, tendo em conta as constantes mudanças do ensino superior e do mercado de trabalho.

Em relação às razões para frequentar o ensino superior, Solbrekke e Karseth (2006) obtiveram respostas diferentes em função da área dos estudantes. Para os alunos que frequentam Ciência Política, escolher ensino superior deveu-se a: a) interesse na área de estudo; b) interesse em assuntos políticos e sociais e c) valor da ciência política enquanto educação geral. Muitos dos alunos admitiram ter sido uma escolha acidental, motivada pelo desejo de obter um curso de ensino superior; outros mencionaram o facto de o interesse pela área ter surgido nos cursos de ciências sociais do ensino secundário; mencionaram também o facto de terem tido experiências em part-time ou tradição familiar e houve aqueles que mencionaram o facto de terem oportunidade de trabalhar no estrangeiro com instituições internacionais sem fins lucrativos.

Em relação aos alunos de Psicologia, a frequência do ensino superior deveu-se, principalmente, a: a) interesse na disciplina de psicologia; b) diversidade de oportunidades de trabalho; c) motivação para trabalhar com pessoas e d) segurança de emprego. Apesar da importância de ajudar pessoas, a ênfase dá-se mais no interesse intelectual pela área de estudo, havendo alunos que mencionaram os cursos de ensino secundário, influência dos pais (que

trabalham na área), sendo que algumas estudantes foram influenciadas pela família e amigos devido a qualidades pessoais.

Já em relação aos alunos de Direito, a escolha do ensino superior deveu-se a um misto do interesse na área, associado ao facto de obter um curso de Direito dar acesso a um vasto leque de oportunidades de emprego. Alguns alunos mencionaram o desejo de ajudar pessoas e outros optaram por esta área devido à tradição familiar (famílias com um ou mais advogados).

Em conclusão, para Solbrekke e Karseth (2006), os estudantes ao escolherem frequentar o ensino superior têm desejo de ser educados para o mercado de trabalho, assim como de obter qualificações profissionais. Preocupam-se também com a responsabilidade moral e social. Os alunos escolhem o ensino superior numa combinação de interesse nas disciplinas, desejo de desenvolvimento pessoal e o desejo de ser importante para a sociedade e de satisfazer as necessidades dos outros.

Albert (2000) menciona que para a teoria do capital humano, os principais determinantes pela procura da educação são: a) tradição familiar; b) os custos directos e de oportunidade e c) retorno futuro. Em países onde a taxa de desemprego é elevada, esta pode influenciar a decisão de frequentar o ensino superior, assim como as expectativas de emprego. Com base nesta teoria, Albert (2000) elaborou um estudo, em Espanha, sobre o impacto das características familiares e dos sinais do mercado de trabalho na procura de ensino superior. Os dados do estudo referem-se a dados estatísticos do mercado de trabalho de 1987 a 1998 e a população escolhida foram jovens entre os 19 e os 24 anos.

A conclusão mais relevante do estudo foi que o *background* familiar é uma das explicações para a procura do ensino superior, sendo que outras conclusões foram também obtidas, tais como: a) quando os pais têm um nível de ensino maior, a probabilidade de frequentar o ensino superior é também maior, sendo que a educação da mãe é mais decisiva que a do pai nessa escolha; b) uma elevada condição socio-económica do pai aumenta a probabilidade de frequentar o ensino superior e c) o facto de se ser homem tem efeitos negativos na decisão de frequentar o ensino superior, o que leva a que cada vez mais mulheres frequentem o ensino superior de forma a competir no mercado de trabalho. Em termos de sinais de mercado de trabalho, as elevadas taxas de desemprego afectaram, nos últimos anos, em Espanha, a procura do ensino superior, devido ao contexto de incerteza profissional no futuro.

A importância da educação é tanto maior quanto mais se tiverem em conta benefícios não monetários, tais como benefícios de serviços, condições gerais de trabalho e benefícios de

consumo (Duncan, 1976, citado por Mora, Vila e Garcia-Aracil, 2005). Uma das formas de considerar benefícios monetários e não monetários é através da análise da satisfação no posto de trabalho (Mora, Vila e Garcia-Aracil, 2005).

O ensino superior e o mundo do trabalho têm muito em comum, principalmente em sociedades industrializadas devido à natureza universal de diversos tipos de conhecimentos, assim como devido aos desafios comuns das sociedades e economias modernas (Schomburg e Teichler, 2002). No entanto, para Teichler (2002) não há uma ligação perfeita entre o ensino e as tarefas profissionais, tanto que é sabido que nem sempre o ensino transmite as competências necessárias para o mercado de trabalho. Para combater esta falha, diversas medidas podem facilitar esta ligação, através de programas de estágio e recrutamento flexível, entre outros.

Demeulemeester e Rochat (2000) consideram que é importante analisar o comportamento perante o trabalho dos estudantes belgas, principalmente, porque cada vez mais estudantes começam a trabalhar antes de terminarem o seu curso de ensino superior. Comparando com resultados de há 30 anos, hoje em dia há muito mais jovens no ensino superior e muitos deles com dificuldades financeiras (Windorf, 1997, citado por Demeulemeester e Rochat, 2000).

O facto de haver cada vez mais trabalhadores estudantes tem implicações importantes em termos de eficiência e em termos de equidade. Em termos de eficiência, leva-nos a questionar qual será o impacto de se trabalhar e estudar, quer na acumulação de capital humano (eficiência externa), quer na possibilidade de obter sucesso (eficiência interna). Trabalhar e estudar pode ter duas interpretações. Por um lado, os estudantes podem considerar determinados conhecimentos das suas disciplinas menos relevantes, uma vez que entendem que não têm aplicação prática no mercado de trabalho. Por outro lado, pode ser um bom investimento para os estudantes e para as empresas que mais tarde acabarão por contratá-los (Demeulemeester e Rochat, 2000). Em termos de eficiência interna, trabalhar e estudar pode reduzir o sucesso académico, o que levará a uma taxa de insucesso e abandono escolar (OCDE, 1993, citado por Demeulemeester e Rochat, 2000); já em termos de equidade, trabalhar e estudar pode diferir entre classes sociais, principalmente porque estudantes de classes mais desfavorecidas enfrentam maiores dificuldades em obter o grau académico e poderão ter que trabalhar para pagar os estudos (Haveman e Wolfe, 1995, citados por Demeulemeester e Rochat, 2000).

As análises de Demeulemeester e Rochat (2000) concluem que quanto mais velho for o estudante, maior será o desejo de ter mais autonomia, o que acarreta mais despesas, logo a maior tendência para trabalhar enquanto estudam; verifica-se uma maior participação como trabalhadores estudantes por parte dos homens do que por parte das mulheres; os homens participam mais no mercado de trabalho do que as mulheres, o que acarreta incentivos para acumular mais capital humano, tais como obter experiência profissional mais cedo, o que trará benefícios aquando da procura de emprego pós curso.

Ainda de acordo com os autores, a decisão de trabalhar e estudar ao mesmo tempo dependerá das necessidades de cada estudante. Estudantes mais velhos ou que vivam sozinhos são os que procuram trabalho enquanto estudam, de forma a obterem os seus próprios rendimentos. No entanto, verifica-se que os estudantes evitam o trabalho durante os estudos quando obtêm apoio financeiro dos pais. Alunos com menos posses financeiras são também aqueles que mais têm que trabalhar durante os estudos e os estudantes com expectativas de salários mais elevados no futuro, evitam o trabalho, dedicando mais tempo aos estudos.

O estudo do inquérito CHEERS (*Careers after Higher Education: an European Research Study*) analisa e compara a situação dos diplomados de ensino superior em onze países europeus (Áustria, República Checa, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Espanha, Suécia e Reino Unido) e também no Japão. Este inquérito foi aplicado aos diplomados destes países quatro anos após estes se terem graduado. Assim, são analisados diversos factores relacionados com a situação do mercado de trabalho dos jovens diplomados assim como analisam as relações entre a satisfação no trabalho e as características dos indivíduos e dos seus empregos (Teichler, 2002; Schomburg e Teichler, 2002 e Mora, Vila e Garcia-Aracil, 2005).

Em termos de indicadores do mercado de trabalho por país, verifica-se que a Espanha e a França são os países com a taxa de desemprego mais elevada – 13% e 8,6% respectivamente, sendo que a taxa de desemprego nas mulheres é superior à dos diplomados do sexo masculino, em todos os países, à excepção do Reino Unido e Finlândia. Em contrapartida a taxa de desemprego feminina na Itália e Suécia é três vezes superior à taxa de desemprego masculina.

De acordo com estes autores, uma das características para medir a qualidade do emprego é o benefício monetário, sendo que da análise resulta que em todos os países as mulheres ganham menos que os homens, sendo as maiores diferenças verificadas na Suécia, Alemanha e Holanda.

Relativamente à situação contratual (contratos temporários, permanentes, *part-time* ou *full-time*), a Espanha é o país que mais contratos temporários apresenta (51,5%), logo seguida da Finlândia (36%). Contrariamente a esta tendência, o Japão é o país que representa a mais baixa taxa de contratos temporários (10,9%). Já em relação a contratos em *part-time*, países como a Itália, Espanha e Holanda apresentam taxas acima dos 15%, enquanto que a Finlândia, Japão e República Checa apresentam taxas abaixo dos 5%.

Para os autores e analisando os dados, os diplomados de Espanha, França e Itália são aqueles que têm que enfrentar condições de trabalho mais difíceis quando comparados com os outros países.

Ao analisar a satisfação no trabalho, verifica-se que esta é muito similar entre os 12 países envolvidos, sendo que a Noruega apresenta a taxa mais elevada na escala de 1 a 5 (4), enquanto que o Japão apresenta a taxa mais baixa (3).

Em relação às áreas de estudo, as conclusões dos autores apontam que a maior taxa de desemprego se verifica nas áreas das Ciências Naturais, sendo a mais baixa na área das Engenharias. Em cada área de estudo a taxa de desemprego feminina é sempre superior à taxa de desemprego masculina, sendo que a maior diferença se verifica nas áreas da Matemática, Engenharia e Direito. Ainda dentro das áreas de estudo, os salários variam de grupo para grupo. Os maiores salários verificam-se na Matemática, Engenharia e Ciências Sociais e os mais baixos na Educação e Humanidades. Mais uma vez e também nesta área, os salários dos diplomados femininos é mais baixo que dos diplomados masculinos. Para os autores e tendo em consideração que se estão a analisar dados referentes a diplomados jovens, tais conclusões merecem uma especial preocupação.

Em relação à situação contratual, 22% dos diplomados têm um contrato temporário ao fim de quatro anos de se terem diplomado. A maior proporção verifica-se nas Ciências Médicas (37,5%) e nas Ciências Naturais com 31,7%. A área da Matemática e da Engenharia representa as percentagens mais baixas.

Tendo em consideração estes dados, os autores concluem que os diplomados com maiores dificuldades profissionais são os diplomados nas áreas das Ciências Sociais, Humanidades e Ciências Naturais.

Em relação à satisfação no trabalho por áreas de estudo e à semelhança do descrito anteriormente para os países, o nível de satisfação é muito idêntico variando entre os 3,6 e 3,9 (numa escala de 1 a 5).

Relativamente à satisfação no trabalho em função de determinadas características individuais, os autores mencionam que entre homens e mulheres a satisfação é muito idêntica, embora ligeiramente superior nos diplomados do sexo masculino (65,6% / 66,3%); em relação à idade, os mais velhos (acima dos 55 anos) são os que se sentem mais satisfeitos (72,4%) contra 65,6 (abaixo dos 26 anos); relativamente à escolaridade dos pais, os diplomados cujos pais têm maior nível de formação, sentem-se mais satisfeitos do que aqueles que não tiveram um nível superior de educação. Para os autores, esta conclusão pode sugerir que o nível de escolaridade dos pais tem efeitos positivos nos tipos de trabalho dos seus filhos.

Os mesmos autores concluem ainda que os diplomados se encontram satisfeitos com a posição social que o trabalho lhes dá, mas encontram-se insatisfeitos com os salários e com a possibilidade de aprofundarem conhecimentos no seu trabalho. Relativamente à educação transmitida pelas universidades, há uma forte relação entre a satisfação no trabalho e a garantia de empregabilidade e a ênfase no ensino prático. Outro resultado que os autores destacam é o facto de que um emprego abaixo do nível de estudos, abaixo das competências ou numa área diferente da formação académica são as principais causas de insatisfação no trabalho.

Por fim, os autores concluem que os diplomados se sentem claramente satisfeitos quando recebem bons salários, assim como quando trabalham no sector público e em empresas de grande dimensão. Na Europa, o sector público dá mais garantias de emprego estável do que o sector privado e trabalhar no sector educacional é motivo para grande satisfação profissional.

Joy (2000) num estudo realizado nos Estados Unidos sobre diferenças de género na transição do ensino superior para o mercado de trabalho, pretende analisar se a educação no ensino superior funciona da mesma forma para homens e mulheres. Assim, a autora coloca três questões essenciais: a) homens e mulheres escolhem diferentes cursos e de que forma é que esta escolha se traduz em diferenças ocupacionais e salariais; b) haverá diferenças no mercado de trabalho para homens e mulheres diplomados e quais os determinantes dessas diferenças e c) de que forma é que a satisfação no trabalho varia em função do género.

Neste estudo, Joy (2000) analisou um conjunto de diplomados do ano de 1993 e que entraram no mercado de trabalho em 1994. Os dados analisados tinham informação de 10686 estudantes, dos seus pais e das 645 instituições onde se diplomaram. As principais variáveis analisadas foram: curso que frequentaram, notas, estratégias de procura de emprego, razões para a escolha do 1.º emprego, ajuda obtida na procura de emprego, tipo de emprego e

vencimento. Foi também analisada a satisfação face ao trabalho, ao vencimento e às expectativas de carreira no futuro.

Relativamente às diferenças de género no ensino superior, o autor apresenta diversas conclusões de outros autores que demonstram o porquê dessas diferenças de género na frequência de cursos de ensino superior.

Através da observação de dados, pôde verificar-se que, apesar de os cursos se encontrarem segmentados por géneros, quando analisadas as áreas de formação, não se destaca que haja predominância masculina na área das Ciências e Matemática ou de predominância feminina na área das Humanidades. De acordo com o autor, quase 50% das mulheres diplomaram-se num curso com mais de 2/3 de mulheres. Considerando que um curso é maioritariamente masculino ou feminino desde que tenha mais de 2/3 de homens ou mulheres, na amostra, dos 29 cursos, 10 são predominantemente femininos, 1 masculino e 18 são neutros.

Os cursos que se identificam como neutros são essencialmente todas as Ciências, incluindo a Biologia, Engenharia Informática, Física e a Matemática e também os cursos de Inglês, História e Religião. Já no que diz respeito à Educação, Saúde e Línguas, a predominância feminina é muito maior. Além disso, os homens candidatam-se mais ao ensino superior que as mulheres, para todos os cursos, à excepção das Ciências Sociais (Joy (2000). Em Portugal, o sexo feminino prevalece em todos os Grandes Grupos à excepção de “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”, onde o sexo masculino aparece em maior percentagem. A “Educação” e a “Saúde e Protecção Social” é onde existe um maior desvio na distribuição dos sexos, sendo a maior predominância do sexo feminino (ODES, 2002).

Analisando as razões pelas quais homens e mulheres não se candidatam ao ensino superior, pode verificar-se que embora as principais razões sejam as mesmas, nota-se uma grande diferença percentual. Enquanto que 9,2% das mulheres mencionaram não se candidatar ao ensino superior por razões financeiras, apenas 5,5% de homens deram a mesma resposta. Também as mulheres, mais que os homens, apontaram responsabilidades familiares (Joy, 2000).

De acordo com o autor, estas conclusões sugerem que as mulheres podem não receber tanto apoio financeiro e familiar como os homens, assim como pode significar que as mulheres esperam menos retorno da educação do que os homens. Mesmo que os custos de frequentar o ensino sejam os mesmos para homens e mulheres, o facto de as mulheres esperarem menos

retorno dessa educação, fará com que pensem que a escola não é um investimento que compensa.

Em termos de taxas de desempenho escolar, a das mulheres é superior à dos homens. Dos países da OCDE, apenas na Turquia e na Suíça se registam diferenças a favor dos homens. As taxas de conclusão do ensino secundário são superiores nas mulheres em 19 de 22 países da OCDE (OCDE, 2006).

Ainda de acordo com a OCDE (2006), as despesas de educação no ensino superior, por estudante, de um país que faça parte desta organização, atingem valores elevados. Os gastos médios que os países têm com o ensino superior são mais difíceis de comparar devido à elevada oferta e variedade de cursos. Entre 1995 e 2003, as despesas com educação no ensino superior aumentaram em todos os países da OCDE. Em 7 dos 27 países (Austrália, República Checa, Polónia, Portugal, República Eslovaca, Brasil e Israel), as despesas por estudante de ensino superior decresceram. Esta situação deve-se, principalmente, ao aumento de mais de 30% do número de alunos a frequentar o ensino superior. Apenas na Áustria, Canadá, Dinamarca, Alemanha, Itália, Países Baixos e Turquia, o aumento do número de estudantes de ensino superior foi inferior em 10%.

Em relação a quem paga os estudos, os dados da OCDE (2006) demonstram que, apesar de o governo apoiar, o financiamento privado está claramente a aumentar. No ensino superior, este aumento é notório, sendo que este financiamento privado aumentou mais de 3% em metade dos países da OCDE e 9% em 3 países. Este financiamento privado é proveniente, maioritariamente, das famílias para pagamento de propinas. Dos países da OCDE, $\frac{1}{4}$ não tem sistema de propinas no ensino superior, enquanto que nos restantes países o montante destas é muito variável.

No que diz respeito às diferenças de género na colocação no 1.º emprego e comparando os resultados de cursos predominantemente femininos, há muito menos primeiros empregos predominantemente femininos (Joy, 2000). Das dezanove ocupações analisadas, apenas duas são predominantemente femininas, contra sete masculinas e dez neutras. Enquanto que 49% das mulheres se diplomam em cursos predominantemente femininos, apenas 23% têm um emprego, onde trabalhem mais de $\frac{2}{3}$ de mulheres.

Neste estudo, a autora concluiu o seguinte em relação ao 1.º emprego: a) o primeiro trabalho que os homens obtêm é de melhor qualidade do que aquele que as mulheres obtêm; b) os homens com cursos na área de Gestão e Ciências obtêm emprego mais facilmente que as

mulheres; c) em todas as áreas, os homens têm empregos com melhor potencial de carreira; d) os homens mais facilmente obtêm 1.º emprego a tempo inteiro; e) analisando homens e mulheres, em relação à escolha do 1.º emprego, para a maior parte dos empregos, as mulheres afirmam mais que os homens que foi a sua única oferta de emprego; f) os homens ganham mais que as mulheres no 1.º emprego, à excepção dos cursos de Ciências e Humanidades, onde as mulheres ganham mais. Também a OCDE (2006) menciona que para o mesmo nível de educação, as mulheres ganham menos que os homens (50 a 80%).

Resumindo, Joy (2000) e face às questões do seu estudo, afirma que parece não haver ligação entre as diferenças de género nos cursos e qualificações e as diferenças de género no mercado de trabalho. Já no que diz respeito aos benefícios do ensino para homens e mulheres, os dados mostram que os homens terão mais benefícios que as mulheres em frequentar o ensino superior. No entanto, a autora afirma que se as mulheres tivessem uma maior variedade de ofertas, poderiam obter melhores empregos e mais bem pagos.

A autora sugere ainda que as escolas poderiam desempenhar um papel importante, de forma a aliviar a discriminação a que as mulheres são sujeitas. Uma das formas de ajudar as mulheres a encontrar mais e melhores empregos, poderia ser através da pesquisa de emprego, entrevistas e realização de workshops destinados a mulheres. Desta forma, as mulheres poderiam ser encorajadas a candidatar-se a empregos onde pudessem aplicar as suas qualificações e interesses. Apesar destas iniciativas não diminuírem a discriminação a que estão sujeitas as mulheres, seria uma forma de lhes dar competências e informações para combater algumas das barreiras do mercado de trabalho que têm de enfrentar. Sem qualquer tipo de apoio, continuarão a retirar menos benefícios da educação que recebem (Joy, 2000).

Também em Portugal foi realizado o 1.º Inquérito de Percurso aos diplomados do Ensino Superior junto de 10.000 diplomados de todas as áreas de formação das Instituições de Ensino Superior do Continente e Regiões Autónomas que terminaram os cursos em 1994/95. O inquérito foi realizado pelo Sistema de Observação de Percursos de Inserção dos Diplomados do Ensino Superior (ODES), em parceria com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Educação, envolvendo ainda o Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR) – que coordenou o projecto – o Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP), a Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES) e o Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento (DAPP). O questionário aplicado contemplou a origem

social, a trajectória escolar, a trajectória profissional e as representações e expectativas dos diplomados.

A recolha de informação foi efectuada através do sistema CATI (Computer Assisted Telephonic Interview). A classificação das áreas de formação efectuou-se com base nos critérios do CITE – Classificação Internacional Tipo Educação. A taxa de resposta face à amostra foi de 97,8%.

Assim, de acordo com a equipa do ODES (2002), deste Inquérito resultaram diversas conclusões que podem servir de análise aos percursos dos diplomados em Portugal, a saber:

- Os diplomados inquiridos demoraram, em média, 6 meses para encontrar o 1.º emprego, sendo a Administração Pública a principal empregadora, com uma absorção de cerca de metade dos diplomados;
- Os diplomados das áreas da “Saúde e Protecção Social” foram os que demoraram menos tempo a conseguir o 1.º emprego (3 meses);
- Os diplomados do sistema público de ensino tem mais facilidade em encontrar emprego (média - 5 meses) do que os diplomados do ensino privado (média - 7 meses);
- O maior peso de diplomados de Ensino Superior situou-se nas áreas “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (35%) em contraponto com a “Agricultura” e “Serviços” onde se verificaram as menores percentagens de diplomados (3% em ambas as áreas). A “Educação” formou 16% dos licenciados, a “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” – 13%, as “Artes e Humanidades” – 12%, a “Saúde” – 11% e as “Ciências” – 7%;
- O sexo feminino aparece em maior número em praticamente todas as grandes áreas de formação, à excepção da “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”, onde os homens estão em maioria (68,1%). A área de formação com maior desvio na distribuição dos sexos é a da “Educação” com 85,6% do sexo feminino contra 14,4% do sexo masculino, seguindo-se a “Saúde e Protecção Social” com 80,9% de mulheres e 19,1% de homens. Na “Agricultura” temos 50,2% de mulheres contra 49,8 de homens;
- Notou-se uma decrescente taxa de desemprego entre os licenciados desde a altura em que concluíram os seus cursos até Maio de 2001;
- Um mês após a Licenciatura, a taxa de desemprego era de 39%;

- Em Maio de 2001, a taxa de desemprego era de 1,9%, com os grandes grupos “Artes e Humanidades” e “Agricultura” a constituírem, nesta data, as áreas com maior taxa de desemprego (4,2% e 4,1% respectivamente);
- A taxa de desemprego feminina é sempre superior à masculina: 43,6% contra 30,5% um mês após a conclusão do curso e 2,3% para 1,1% em 2001;
- Um mês após a conclusão do curso, as maiores taxas de desemprego por área de estudo registavam-se nos “Serviços de Transporte” e na “Formação de Professores, Formadores e Ciências da Educação” (58,5% e 53,1% respectivamente), contra os 19,6% e 22% na “Saúde” e na “Arquitectura e Construção”. Cinco anos mais tarde (Maio de 2001) as taxas de desemprego, por área de estudo, mais elevadas continuam a registar-se nos “Serviços de Transportes” (5,9%) e nas “Indústrias Transformadoras” (5,1%), bem como na “Informação e Jornalismo” e nas “Humanidades” (5% de desempregados). Também em Maio de 2001, os valores mais baixos de desemprego eram registados em “Ciências Veterinárias” com 0,0%, “Matemática e Estatística” e “Informática” com 0,5% ambas e “Saúde” com 0,4%;
- A grande maioria dos licenciados de 1994/95 é trabalhadora por conta de outrem (90,6% um mês após a conclusão do curso e 89,8% em Maio de 2001). A “Agricultura” e as “Ciências Sociais, Comércio e Direito” são as áreas onde mais diplomados criaram o próprio emprego (20% e 15% respectivamente);
- Em relação ao vínculo laboral, registou-se que, cinco anos após a conclusão do curso (Maio de 2001), 85% dos diplomados em “Ciências Empresariais” e 82,4% dos diplomados em “Informática” já estavam inseridos nos quadros das entidades empregadoras. Com contratos a termo temos 38,6% de diplomados em “Humanidades” e 37,1% de “Artes”. Um mês após a conclusão do curso, cerca de metade dos diplomados empregados por conta de outrem tinham “contrato individual com termo”, percentagem que caiu para 21,8% em Maio de 2001. Com “contrato de prestação de serviços” ou “recibos verdes” verificou-se: 18% um mês após a conclusão do curso; 8% – 18 meses depois; 4% – 36 meses depois e 2% em Maio de 2001;
- A maioria dos diplomados (59,5%) considera-se satisfeito com o seu percurso profissional, enquanto 27,3% se considera muito satisfeito, contra 10,8% que se dizem pouco satisfeitos e 2% nada satisfeitos;

- As principais razões que motivaram o acesso ao ensino superior foram: “poder desempenhar a profissão desejada”, “gostar de estudar e adquirir mais conhecimentos”, “progredir na carreira profissional” e “mais possibilidades de encontrar um emprego”;
- 73,6% dos diplomados em “Ciências Sociais e do Comportamento” e 100% dos diplomados em “Ciências Veterinárias” frequentam uma actividade profissional na área do curso;
- No que diz respeito às remunerações, um mês após a conclusão do curso, cerca de metade dos diplomados auferia uma remuneração de 743,21€, valor que sobe para 1242,01€ em Maio de 2001. São os diplomados em “Engenharias e Técnicas Afins”, “Informática”, “Arquitectura e Construção” e “Serviços de Transporte” que detêm maior peso nas remunerações iguais ou superiores a 1496,39€;
- No geral, o curso frequentado correspondeu à primeira opção de candidatura, principalmente em “Direito”, “Informação e Jornalismo”, “Ciências Veterinárias” e “Humanidades”;
- Da totalidade dos diplomados apenas 34,8% optaram por seguir estudos académicos. Os diplomados do Ensino Superior Politécnico optaram por frequentar a Licenciatura enquanto os diplomados pelo Ensino Superior Universitário frequentaram Pós-Graduações e Mestrados. Verificou-se também que não são só os diplomados que querem seguir uma carreira académica que apostam nos Mestrados e Doutoramentos, também os quadros superiores das empresas apostam nesta vertente.

Neste 1.º inquérito, de acordo com a equipa do ODES (2002), estas foram algumas das conclusões mais significativas e que mereceram maior destaque.

O ensino superior deve ser encarado de duas perspectivas: a) treinar pessoas para o trabalho prático e técnico e b) promover o compromisso para com a sociedade. Esta última perspectiva implica a principal missão da Universidade e a dimensão normativa da tradição das Universidades europeias continentais. Assim, as Universidades têm como objectivo educar profissionais para a responsabilidade moral e social (Solbrekke e Karseth, 2006). Aliás, as Universidades têm uma missão social que não pode ser esquecida (Soares e Amaral, 1999). No entanto, tendo em conta as actuais mudanças sociais, o aumento da educação e as orientações para o mercado cada vez mais fortes, os tradicionais objectivos do ensino superior são

desafiados, surgindo uma nova cultura com soluções de tipo mercado e uma mentalidade mais competitiva (Soares e Amaral, 1999; Blint, 1994; Bleiklie et al., 2000 e Larsen, 2002, citados por Solbrekke e Karseth, 2006).

2.2. O papel das Instituições de Ensino Superior

As Universidades enquanto instituições de ensino superior potenciadoras de novos conhecimentos devem contribuir e ter em conta a importância das redes de formação com vertente tecnológica e uma gestão que se coadune com a actualidade (Simão, 1985). A Universidade é entendida como uma comunidade de saberes cujo principal objectivo é a transmissão de conhecimentos de vastas áreas e que possam satisfazer os interesses de toda a sociedade. Devem também vocacionar-se os alunos para a investigação científica enquanto ponto de partida para o avanço do saber (Guimarães et al, 2004).

As Universidades enquanto instituições de investigação e pesquisa aplicada devem saber estabelecer relações das suas ofertas educativas com a vida profissional e social e embora sem esquecer o “saber pelo saber” devem também orientar a formação dos seus alunos para o “saber fazer” (Simão, 1985).

A grande vocação das Universidades é, sem dúvida, a transmissão do “saber pelo saber”, acabando muitas vezes por haver algumas falhas no “saber fazer”. A educação em Portugal foi evoluindo aos empurrões e apostando mais numa expansão quantitativa e não tanto numa expansão qualitativa (Simão, 1992), que passaria pela articulação entre a formação e a vertente aplicada da ciência e do conhecimento.

Já Solbrekke e Karseth (2006) defendem que as Universidades têm como objectivo educar profissionais para uma responsabilidade moral e social. No entanto, e de acordo com os autores, numa altura em que se verificam constantes mudanças na sociedade, aumento da educação em massa e orientações de mercado cada vez mais fortes, os objectivos tradicionais do ensino superior são desafiados, levando ao aparecimento de soluções orientadas para o mercado e a uma mentalidade cada vez mais competitiva.

Tem-se assistido nos últimos anos a mudanças significativas na gestão das Instituições de Ensino Superior, principalmente tendo como referência a orientação para o mercado e as boas práticas do sector privado (Santiago et al, 2002). Estes acontecimentos vão ao encontro das ideias do *New Public Management* aparecido na década de oitenta, que procura substituir a

gestão pública tradicional de matriz burocrática por uma gestão empresarial e orientada para o mercado, proporcionando o aumento de eficiência, uma vez que se assume que o que é público é ineficiente (Rocha, 2000; Araújo, 2000; Rocha, 2001; Araújo, 2002). De acordo com Hood (1996) referenciado por Rocha (2001), o *New Public Management* contém sete elementos fundamentais: 1) gestão desempenhada por profissionais de gestão, 2) objectivos claramente definidos, 3) ênfase nos resultados, 4) desagregação das unidades do sector público, 5) competitividade, 6) insistência nas práticas da gestão privada e 7) rentabilização dos recursos. Associado a estas linhas de acção, nos finais dos anos oitenta, novas linhas são integradas, tais como gestão da qualidade total, reengenharia e reinvenção.

Também no ensino superior, o *New Public Management* teve o seu impacto. Se por tradição as Universidades dependiam completamente do governo central, a primeira medida passou pela concessão de autonomia e desregulamentação das actividades desenvolvidas (Rocha, 2001; Rocha, 2002; Santiago et al, 2003). Rocha (2001) defende assim que este seria um primeiro passo para a competição entre as Universidades no recrutamento de alunos, na angariação de novos financiamentos e na possibilidade de criar novos cursos possibilitando um relacionamento directo com o mercado de trabalho. Novas regras de financiamento e a avaliação da performance são produto do managerialismo (Rocha, 2001; Rocha, 2002 e Santiago et al, 2002). "... O gerencialismo, entendido como conjunto de técnicas, um novo modo de governo ou como uma ideologia, influencia a forma de gerir e alguns processos de mudança organizacional nas universidades." (Santiago et al, 2003: 92)

O objectivo deste novo modelo de gestão é essencialmente orientar as Universidades para o mercado (Santiago et al, 2003), uma vez que se tem a ideia de que o melhor é gerir as Universidades como se fossem um negócio (Cullen, 1992, referenciado por Rocha, 2001). No entanto, é necessário ter bem presente que as Universidades têm uma missão social que não pode ser esquecida. Obter lucro não é propriamente um objectivo que seja compatível com alguns dos objectivos das Universidades (Soares e Amaral, 1999). Um estudo sobre gestão da qualidade realizado por Rosa et al (2006), junto dos reitores e académicos das Universidades portuguesas sugere que, de facto, em Portugal, novas técnicas de gestão estão a ser utilizadas nas Universidades. No entanto, os mesmo autores referem que existem algumas barreiras à implementação de novas técnicas de gestão, tais como financiamento insuficiente, trabalho excessivo do pessoal docente e não docente, resistência à implementação de um modelo de

gestão que confira uma maior intervenção dos *stakeholders*, resistência à mudança e alguma aversão ao uso de termos da área de gestão da qualidade.

Buchbinder (1993) argumenta que a principal função da Universidade passa pela transmissão de conhecimentos a diversos destinatários, desde os alunos, à comunidade intelectual e também à comunidade em geral. O conhecimento deve ser entendido como sendo um bem social. Ao analisar as mudanças que ocorrem nas Universidades e ao tentar entender os significados e influências de tais mudanças, é fulcral o papel desempenhado pelo conhecimento. O contexto social através do qual o conhecimento é produzido é essencial para o seu entendimento.

Na década de 60, no contexto europeu, foram produzidas grandes reformas no sector do ensino superior. A partir de um documento elaborado em colaboração com a OCDE destaca-se “a necessidade de desenvolver a formação, através do sistema educativo, de quadros médios e superiores que correspondessem às necessidades e complexidades do desenvolvimento económico e social, para além das tradicionais licenciaturas, diplomados com uma qualificação inferior à desta, sobretudo para o exercício de certas profissões técnicas.” (Simão e Costa, 2000: 15).

Já em 1993, Buchbinder afirmava que uma nova política pública era necessária para as Universidades, política esta que tivesse em linha de consideração o impacto da globalização na sociedade de informação e que reconhecesse os pontos fracos da orientação para o mercado.

Assim, e no seguimento do documento da OCDE, foi criado um grupo destinado a analisar e planear as principais reformas a introduzir no sistema universitário. Esta situação trouxe diversos problemas, principalmente porque as Universidades existentes eram tidas como pouco susceptíveis de admitir ou produzir alterações demasiado profundas no âmbito das actividades que desenvolviam e no seio dos ensinamentos que transmitiam (Simão e Costa, 2000). De acordo com os mesmos autores, é a partir deste momento que se sente a necessidade de reformar o sistema universitário português, sobretudo porque a produtividade deste mesmo sistema era muito reduzida tendo em conta as necessidades que se faziam sentir no país.

Desta forma surge o ensino Politécnico enquanto fomentador da diversidade de ensino que, essencialmente, tem como objectivos transmitir conhecimentos de forma a potenciar a componente prática que possa ir ao encontro das necessidades sócio-económicas, principalmente tendo em conta as necessidades da região onde se encontra inserido (Correia et

al, 2002; Guimarães et al, 2004 e Amaral e Magalhães, 2007). Perante a criação de um sistema de ensino superior binário, há que ter em consideração que “os núcleos de excelência devem nascer a todos os níveis e em condições sócio-económicas diversas, devem ser pólos de expansão de novas ideias, dinamizadas pela reforma.” (Simão, 1992: 135).

Este sistema binário leva ao aparecimento de mecanismos de competição de mercado como sendo uma nova característica do ensino superior português (Amaral e Teixeira, 2000, citados por Correia et al, 2002). Aliás, Amaral e Magalhães (2007) referem que a competição entre instituições é uma forma de assegurar que estas se tornam mais responsáveis perante a sociedade e mais eficientes no uso de financiamentos públicos.

Apostando na reestruturação do ensino a nível europeu e com o intuito de criar o espaço europeu de ensino superior, em Junho de 1999 é assinada a Declaração de Bolonha. Os principais objectivos proclamados pela Declaração de Bolonha são a criação de um sistema europeu de ensino superior competitivo e a promoção da mobilidade e empregabilidade no espaço europeu. (Simão, Santos e Costa, 2005; Lourtie, 2001 e Kellermann, 2001).

Kellermann (2001) afirma, no entanto, que o documento referente a Bolonha não contém qualquer tipo de reflexão acerca dos objectivos das universidades na investigação científica, ensino, estudo, organização do trabalho e da vida. Para este autor, com o processo de Bolonha, as universidades e o estudo transformaram-se numa forma de mobilidade, empregabilidade e competitividade internacional.

Aquando do aparecimento das universidades (séc. XI / XII) havia duas perspectivas essenciais e que se encontravam ligadas: investigação e ensino de conhecimentos para aplicação prática, assim como para o desenvolvimento do indivíduo de forma a levar à sua emancipação. Kellermann (2001) refere ainda que o pior no processo de Bolonha é o facto de os Ministros europeus do ensino superior, assim como os reitores das universidades europeias verem a empregabilidade dos diplomados como forma de promoção da competitividade económica. Neste sentido, o autor transcreve uma frase do secretário-geral da Associação Europeia de Universidades “...empregabilidade mais que o ensino está a tornar-se a chave para o desenvolvimento de uma Europa competitiva.” (Kellermann, 2001: 12). Para este autor, ver a empregabilidade como principal orientação para agir em torno do ensino superior, irá trazer diversas consequências não só para os estudantes, como também para as escolas, para as universidades como um todo, para a ciência e até para a satisfação de muitas pessoas.

Neste sentido, o autor aponta algumas dessas consequências: 1) em vez de se ter uma motivação intrínseca para a investigação, estudo, aprendizagem e compreensão, haverá uma razão extrínseca que dominará o esforço dos estudantes e dos professores; 2) em vez de se ensinar com base no conhecimento científico, as universidades terão que ensinar com base nos interesses do sistema de emprego externo com condições de emprego incertas e em permanente mudança; 3) em vez de as universidades serem instituições com a missão de desenvolver ciência e conhecimento, terão que se transformar em instrumentos para o desenvolvimento do sistema de mercado, preços, benefícios e valores comerciais; 4) em vez de um entendimento compreensivo da ciência como investigação básica, teremos novos desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais; e, por fim, em vez de se oferecer satisfação a todos os que pretendem descobertas intelectuais, estudar, investigar e aprender tornam-se instrumentos de competição e crescimento económico.

As conclusões da estratégia de Lisboa em Março de 2000 apontam, igualmente, para a importância das políticas europeias na área da educação, formação, ciência, tecnologia e inovação, identificando-se como objectivo estratégico tornar a União Europeia com conhecimentos mais competitivos, dinâmicos e potenciadora de um crescimento sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social (Simão, Santos e Costa, 2005).

Pensando directamente em Portugal, é importante que as instituições de ensino superior do nosso país se questionem em relação a que medidas tomar para ter um sistema nacional mais competitivo e como garantir aos portugueses mais mobilidade e empregabilidade dentro do espaço europeu e fora deste (Lourtie, 2001).

De acordo com Pereira e Tavares (2002) quando se fala em produtividade das instituições de ensino superior, normalmente têm-se em atenção, entre outros aspectos, o número de diplomados que cada instituição forma por ano lectivo. De acordo com um estudo realizado em 1985 pela OCDE, Hüfner (1991) referenciado pelos mesmos autores, menciona que este estudo identificou quatro categorias de indicadores de desempenho das instituições de ensino superior, a saber: indicadores de performance internos, onde se incluem, entre outros, a taxa de diplomados; indicadores de performance operacional; indicadores externos de performance, onde se incluem informações externas à instituição, tais como empregabilidade dos licenciados e a reputação no mercado e, por último, indicadores de performance de investigação.

Tchibozo (2002) defende que o processo de transição entre a escola e o mercado de trabalho depende, essencialmente, de quatro concepções: 1) corrente determinista, na qual a transição escola/ emprego depende da família e do background social; 2) corrente casual, na qual a transição se verifica por casualidade e onde a decisão pessoal tem apenas impacto marginal; 3) a corrente caótica defende que a transição está relacionada com experiências profissionais anteriores e 4) corrente estratégica defende que o processo de transição depende, claramente, da decisão de cada um. Nesta última corrente, o processo de transição entre a escola e o mercado de trabalho é um processo organizado, conduzido pelo diplomado, com o objectivo de obter emprego. Neste processo, aqueles que estão à procura de emprego devem ter em atenção o comportamento da sociedade (dos empregadores, de outros candidatos a emprego, das autoridades públicas, de intermediários do mercado de trabalho e das associações). Quem procura emprego deve ter a capacidade de encontrar as soluções que melhor se adaptem ao que pretende e deve saber planear e ajustar-se a novas condições e situações. No entanto, de acordo com o autor, a corrente estratégica, apesar de ser a mais interessante em termos de acção, não pode explicar todos os processos individuais de transição entre a escola e o mercado de trabalho.

Para Tchibozo (2002) a melhor estratégia individual no processo de transição entre escola e trabalho encontra-se dividida em oito cenários: 1) Listar as oportunidades de emprego e identificar os requisitos necessários; 2) Seleccionar os requisitos que aumentem as oportunidades de ser recrutado; 3) Seleccionar as posições com critérios mais favoráveis; 4) Obter informação dos currícula; 5) Seleccionar e classificar as características de estágio que são consideradas importantes; 6) Seleccionar o melhor curriculum; 7) Seleccionar os melhores estágios de forma a obter no futuro um bom emprego e, por fim, 8) No final do estágio, quando o diplomado encontra emprego relacionado com o estágio que realizou.

Com a passagem do século XX para o século XXI, as relações entre educação e mercado de trabalho são vistas como semelhantes em sociedades economicamente avançadas. Tais relações podem ser discutidas tendo por base dois princípios. Em primeiro lugar, podemos falar de uma sociedade profissional, onde se espera que os indivíduos adquiram conhecimentos, competências e habilidade que possam ser importantes para o mercado de trabalho. Em segundo lugar, estas relações podem ser entendidas como fazendo parte de uma meritocracia educacional, isto é, quanto mais elevado for o nível educacional alcançado, mais possibilidade de obter sucesso no mercado de trabalho. (Teichler, 2002)

“As instituições deverão ser mais flexíveis, mais autónomas, para responder às mudanças que estão a ocorrer permanentemente no meio ambiente organizacional.” (Amaral e Magalhães, 2000: 13). Soares e Amaral (1999) defendem que quanto mais modernas e flexíveis forem as Universidades, melhor se adaptam às novas circunstâncias.

Esta revisão de literatura permitiu abordar e sintetizar conhecimentos e conclusões de estudos já realizados na mesma área de investigação desta dissertação. Com a leitura e análise destes estudos foi possível compreender o papel das instituições de ensino superior na actual sociedade do conhecimento, assim como compreender as ligações que se estabelecem entre a escola, mais especificamente o ensino superior, e o mercado de trabalho.

É importante que se tenha presente a importância de uma ligação cada vez mais forte entre ambos os sistemas (ensino/ trabalho) como sendo vantajosa para todos os *stakeholders* envolvidos – os alunos (futuros diplomados), os pais, o mercado de trabalho e a sociedade em geral.

A aquisição de competências técnicas vocacionadas para o mercado de trabalho potenciam e desenvolvem o capital humano acarretando benefícios positivos quer para o indivíduo quer para a sociedade, cabendo às Instituições de Ensino Superior a missão de garantir a aquisição dessas competências.

Escola (ensino superior) e mercado de trabalho devem, desta forma, ter uma relação o mais próxima possível, uma vez que tal proximidade trará benefícios para todos, especialmente para os diplomados, sendo estes o objecto central deste estudo.

3. Design de Pesquisa

Tendo em conta a pergunta de investigação, o principal objectivo deste estudo foi o de analisar os percursos profissionais dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco nos anos lectivos 2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004. A escolha deste espaço temporal deveu-se ao facto de, neste estudo, se pretender também analisar os percursos profissionais dos licenciados das mais recentes escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco. A Escola Superior de Artes Aplicadas foi criada em 1999 e em 2001 ocorreu a integração da Escola Superior de Enfermagem Dr. Lopes Dias e sua transformação em Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias. Os primeiros licenciados da área de Saúde concluíram a sua formação em 2003 e os primeiros licenciados da área das Artes em 2004.

Esta escolha de período temporal deveu-se ainda à dificuldade prática de contactar os diplomados mais antigos, uma vez que, actualmente, se muda de habitação própria e permanente com mais frequência, não permitindo um contacto acessível aos mesmos.

Neste estudo foram apenas contemplados os diplomados licenciados e não os bacharéis, uma vez que os dados retirados do inquérito estatístico de alunos – DIMAS 03, 04 e 05 provam que a maior parte dos diplomados bacharéis optam pelo prosseguimento de estudos para o grau de licenciatura.

Analisando os dados do referido DIMAS verifica-se que, para as licenciaturas bietápicas, no ano lectivo 2002/2003, os alunos inscritos no 4.º ano pela 1.ª vez, são sempre em número igual ou superior aos diplomados bacharéis no ano lectivo de 2001/2002, excepto no curso de Engenharia das Ciências Agrárias – ramo Rural e Ambiente onde se verificou que, dos 8 diplomados, nenhum se inscreveu no 4.º ano do mesmo curso e no curso de Engenharia Civil que, em 32 diplomados bacharéis, apenas 28 (87,5%) se matricularam no 4.º ano. No total, no ano lectivo de 2001/2002 houve 355 diplomados bacharéis e no ano lectivo de 2002/2003 houve 370 alunos inscritos pela 1.ª vez no 4.º ano.

No ano lectivo de 2003/2004, todos os cursos obtiveram inscritos pela 1.ª vez no 4.º ano, em número igual ou superior aos bacharéis diplomados no ano anterior. Em 2002/2003 concluíram o bacharelato 348 alunos e em 2003/2004 inscreveram-se, pela 1.ª vez no 4.º ano, 484 alunos.

No ano lectivo 2004/2005 o número de alunos matriculados pela 1.ª vez no 4.º ano foi também superior ao número de bacharéis diplomados no ano lectivo de 2003/2004, à excepção

dos cursos de Engenharia Civil (74% inscritos pela 1.^a vez no 4.^o ano) e Engenharia Electrotécnica e das Telecomunicações (92% de inscritos pela 1.^a vez no 4.^o ano). Concluíram o grau de bacharel no ano lectivo de 2003/2004, 360 alunos e inscreveram-se no 4.^o ano, pela 1.^a vez, 504 alunos.

Assim, quando os cursos obtêm um número de inscritos pela 1.^a vez no 4.^o ano, superior ao número de diplomados no ano anterior, tal situação deve-se ao facto de bacharéis diplomados por uma determinada escola pretenderem realizar a licenciatura numa área semelhante noutra escola e também ao facto de bacharéis diplomados em anos anteriores terem interrompido os estudos e entretanto ingressarem na licenciatura (concursos bietápico).

3.1. População em análise

O estudo foi aplicado ao universo de licenciados diplomados pelas seis escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco que terminaram o seu curso de licenciatura nos anos lectivos de 2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004, tendo como objectivo inquirir um total de 1439 licenciados.

Dos 1439 diplomados, foram inquiridos apenas 1272, uma vez que se desconhecia a morada de 136 licenciados e foram devolvidos 31 questionários por morada desconhecida ou mudança de residência. Assim, foram objecto de estudo 1272 licenciados pelas seis escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, ou seja 88,4% do total de licenciados dos anos mencionados.

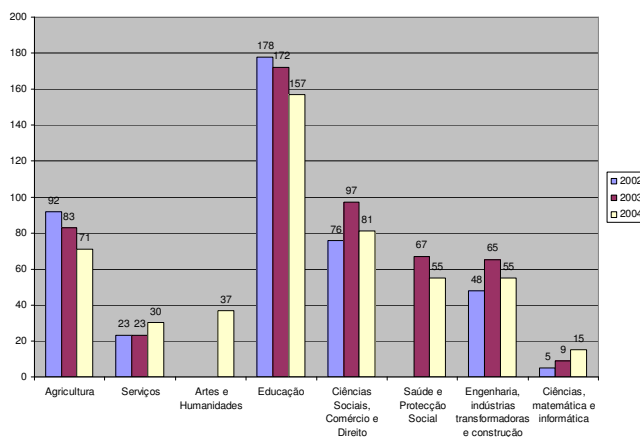
Para se proceder à análise dos inquéritos e ao apuramento de dados, os cursos foram organizados de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (Portaria n.º 256/2005, de 16 de Março), sendo que é um instrumento de classificação que se deve adoptar nos inquéritos e estudos e na identificação das ofertas formativas. Assim, a afectação às Áreas de Educação e Formação dos cursos dos diplomados nos anos em referência foi realizada, tendo em conta a afectação proposta pelo IPCB e aprovada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, obtendo os seguintes resultados:

Quadro 3.1 – Afecção dos cursos às áreas de educação e formação

Áreas de Educação e Formação	Cursos de Licenciatura
Agricultura	
Agricultura, Silvicultura e Pescas	
Produção Agrícola e Animal	Engenharia das Ciências Agrárias
Silvicultura e Caça	Engenharia Florestal
Serviços	
Protecção do Ambiente	
Tecnologia de Protecção do Ambiente	Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais
	Engenharia dos Recursos Naturais e Ambiente
Artes e Humanidades	
Artes	
Artes do Espectáculo	Música
Audiovisuais e produção dos media	Artes da Imagem
Educação	
Formação de Professores/ Formadores e Ciências da Educação	
Formação de Educadores de Infância	Educação de Infância
Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	Ensino Básico – 1.º Ciclo
	Professores do Ensino Básico – Educação Visual e Tecnológica
	Professores do Ensino Básico – Educação Física
	Professores do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza
	Professores do Ensino Básico – Português e Francês
	Professores do Ensino Básico – Português e Inglês
Ciências Sociais, Comércio e Direito	
Ciências Empresariais	
Contabilidade e Fiscalidade	Contabilidade e Gestão (Financeira e Gestão de Recursos Humanos)
Secretariado e Trabalho Administrativo	Tradução e Secretariado
Saúde e Protecção Social	
Saúde	
Enfermagem	Enfermagem
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	
Engenharia e Técnicas Afins	
Metalurgia e Metalomecânica	Engenharia Industrial
Electrónica e Automação	Engenharia Electrotécnica e das Telecomunicações
	Engenharia Informática
Arquitectura e Construção	
Construção Civil e Engenharia Civil	Engenharia Civil
Ciências, matemática e informática	
Informática	
Ciências Informáticas	Engenharia Informática e das Tecnologias da Informação

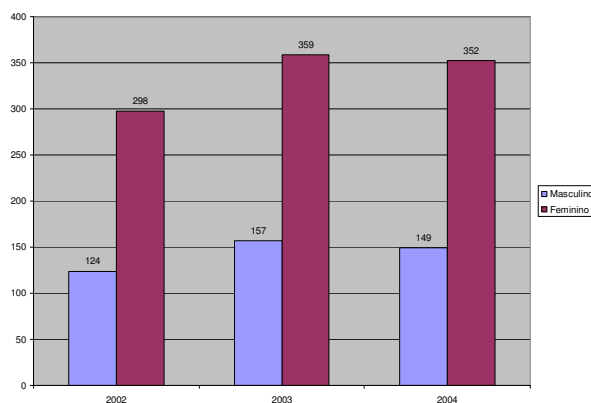
Tendo em conta a afectação dos cursos aos Grandes Grupos das Áreas de Educação e Formação, o número de diplomados nos anos 2002, 2003 e 2004 encontra-se distribuído de acordo com o gráfico 3.1.

Gráfico 3.1 – Número de diplomados por Grande Grupo e por ano de conclusão



Observando os dados referentes aos diplomados dos anos em análise, verifica-se que são em larga maioria do sexo feminino (70%). Esta situação verifica-se nos 3 anos lectivos em análise (ver gráfico 3.2).

Gráfico 3.2 – Número de diplomados por ano de conclusão e sexo



O quadro 3.2 apresenta o universo dos diplomados dos anos em análise, o número de diplomados inquiridos e respectivas taxas de resposta, por áreas de educação e formação.

Quadro 3.2 – Diplomados por Áreas de Educação e Formação

Áreas de Educação e Formação	2001/ 2002		2002/ 2003		2003/ 2004		Total enviados*	Recebidos	%
	Total enviados*	Recebidos	%	Total enviados*	Recebidos	%			
Agricultura	92	85	83	83	71	68	32	47%	
Agricultura, Silvicultura e Piscas	92	85	83	83	71	68	32	47%	
Produção Agrícola e Animal Silvicultura e Caça	66	63	58	58	52	49	25	51%	
Serviços	26	22	25	25	19	19	7	37%	
Protecção do Ambiente	23	23	23	23	30	29	8	28%	
Protecção do Ambiente	23	23	23	23	30	29	8	28%	
Artes e Humanidades	23	23	23	23	30	29	8	28%	
Artes					37	37	8	22%	
Artes					37	37	8	22%	
Artes do Espectáculo					7	7	2	29%	
Audiovisuais e produção dos media					30	30	6	20%	
Educação	178	148	172	96	157	142	50	35%	
Formação de Professores / Formadores e Ciências da Educação	178	148	172	96	157	142	50	35%	
Formação de Educadores de Infância	22	22	33	21	30	25	13	52%	
Formação de Professores do Ens. Básico (1.º e 2.º Ciclos)	156	126	139	75	127	117	37	32%	
Ciências Sociais, Comércio e Direito	76	70	97	85	81	77	33	43%	
Ciências Empresariais	76	70	97	85	81	77	33	43%	
Contabilidade e Fiscalidade	37	37	62	62	54	53	23	43%	
Secretariado e Trabalho Administrativo	39	33	35	23	27	24	10	42%	
Saúde e Protecção Social			67	63	55	55	25	45%	
Saúde			67	63	55	55	25	45%	
Enfermagem			67	63	55	55	25	45%	
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	48	45	65	61	55	55	15	27%	
Engenharia e Técnicas Afins	27	26	47	43	40	40	8	20%	
Metalurgia e Metalomecânica	13	12	20	19	9	9	1	11%	
Electrónica e Automação	14	14	27	24	31	31	7	23%	
Arquitectura e Construção	21	19	18	18	15	15	7	47%	
Construção Civil e Engenharia Civil	21	19	18	18	15	15	7	47%	
Ciências matemática e informática	5	4	9	8	15	15	6	40%	
Informática	5	4	9	8	15	15	6	40%	
Ciências Informáticas	5	4	9	8	15	15	6	40%	
Total	422	375	516	419	501	478	177	37%	
							131	31%	
							160	43%	

* Nestas colunas estão descontados os diplomados cuja moeda era desconhecida, assim como os inquiridos detidos por motivos de mudança de endereço e outros.

Dos 1272 inquéritos enviados, foram respondidos e devolvidos 468 inquéritos, o que equivale a uma taxa de resposta de 37%. Considerando que, quando se utiliza esta técnica de recolha de dados, vários autores entre os quais Fortin (1999) referem que a taxa de resposta esperada se encontra entre os 5 e os 30%, neste caso específico, a taxa de resposta superou as expectativas.

3.2. Recolha de informação

Este estudo incide sobre uma recolha de informação a partir de dados primários que foram obtidos através de inquérito por questionário. Para Quivy e Campenhout (1998) esta é uma das técnicas de recolha de informação que se torna mais precisa e formal na sua construção, assim como na sua aplicação prática. O questionário será de administração directa, uma vez que o próprio inquirido é quem responde e devolve o inquérito.

O inquérito por questionário foi desenhado tendo em conta estudos já realizados e que utilizaram a mesma metodologia e que foram aplicados noutras investigações da mesma área e com objectivos semelhantes ao deste estudo. De mencionar “Inquérito de Percursos aos Diplomados do Ensino Superior – 2001”; o estudo sobre “A inserção profissional dos jovens diplomados no Algarve”; o inquérito “Higher Education and Graduate Employment in Europe”, entre outros.

O inquérito por questionário foi elaborado de forma a poder obter as seguintes informações: forma de candidatura ao ensino superior; opinião sobre o curso frequentado/dados do curso; opinião acerca da Instituição; tempo decorrido entre a conclusão da licenciatura e o início de procura da ocupação profissional; tempo decorrido entre a conclusão da licenciatura e 1.º emprego; forma de obtenção da 1.ª colocação; duração de ingresso no mercado de trabalho em situação estável; principais sectores de actividade que acolhem os diplomados; remunerações; situação contratual; acumulação de empregos; área geográfica onde exerce actividade; grau de satisfação face ao emprego; relação do curso com funções desempenhadas; prosseguimento de estudos e filiação (escolaridade e actividade profissional dos pais).

Foram ainda inseridas as seguintes variáveis sócio-demográficas: sexo; naturalidade; concelho de residência, estado civil durante o curso e actual; idade; agregado familiar e situação económica do agregado familiar.

Assim, o questionário é composto por 8 partes. Na primeira parte – Identificação do curso frequentado – pretendia-se obter informação acerca do curso e escola frequentados, assim como do ano de início e conclusão do curso, idade de conclusão e média final. Esta parte inicial é importante na medida em que permite identificar o curso e ano de conclusão de forma a possibilitar a interligação entre as diversas variáveis.

Na segunda parte – Percurso académico – pretendia-se obter informações em relação à forma de ingresso no ensino superior; motivações; imagem com que ficaram do percurso; participação em programas, assim como participação em órgãos da escola e opinião em relação às despesas com educação. Pretendia-se também obter algum *feedback* em relação à obtenção de formação adicional pós curso. Assim, a terceira parte – Prosseguimento de estudos – aborda questões relacionadas com a aquisição de formação adicional.

A quarta parte – Actividade profissional durante o curso – dedicava-se a aferir a situação profissional dos inquiridos durante os seus estudos, enquanto que na quinta parte (Início de actividade profissional após Licenciatura) se pretendia obter informações acerca da inserção no mercado de trabalho pós curso, ou seja, tempo e forma de procura do 1.º emprego; área de actividade; situação profissional, etc.

Na sexta parte – Situação profissional actual – pretendia-se obter informações acerca do emprego mais actual dos inquiridos, nomeadamente forma de obtenção do emprego; área de actividade; tipo de emprego e de organização; vencimento; regalias e grau de satisfação, assim como informações acerca de eventual actividade profissional secundária.

A sétima parte destinava-se a obter informações acerca das variáveis sócio demográficas dos inquiridos e na oitava parte pretendia-se obter uma retrospectiva em relação à frequência do ensino superior. Acrescentou-se ainda um campo para observações, para que os inquiridos pudessem deixar os comentários que entendessem.

O questionário foi sujeito a um pré-teste para que se pudessem identificar possíveis dificuldades na interpretação das questões, assim como para se poder obter *feedback* sobre questões a alterar, novas questões ou questões a retirar. Assim, os questionários foram testados junto de licenciados dos vários anos em análise com os quais se tinha um contacto facilitado. Este processo de teste levou a que se introduzissem algumas alterações no inquérito final, tornando-o mais perceptível.

Tendo em conta que este estudo pretende analisar os percursos profissionais dos licenciados das seis escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, foi elaborada uma base

de dados de contactos de todos os licenciados nos anos em análise, através do acesso às bases de dados dos serviços académicos, e procedeu-se ao envio, via postal, do inquérito por questionário.

A acompanhar o questionário foi enviada uma carta explicativa do que se pretendia, assim como um envelope devidamente preenchido e selado (remessa livre) para que os inquiridos pudessem devolver os questionários devidamente preenchidos. Foi celebrado um protocolo com os CTT, em formato de RL (Remessa Livre). Assim, o envelope que se enviou para ser devolvido com o questionário, encontrava-se endereçado à Remessa Livre n.º 49 – EC de Castelo Branco – 6001-960 Castelo Branco, sendo que desta forma se facilitou a recepção, uma vez que eram recebidos pelos correios e apenas se pagavam as franquias dos envelopes realmente recebidos.

A análise dos dados obtidos através do inquérito por questionário foi de natureza quantitativa, uma vez que, perante as respostas ao mesmo, foram comparadas as variáveis na globalidade e procedeu-se à análise das diversas variáveis e suas relações. Para tratamento estatístico dos inquéritos por questionário apurados foi utilizado um programa de software adequado e os inquéritos foram inseridos à medida que foram recebidos.

Após a inserção na base de dados de todos os inquéritos recebidos, procedeu-se ao tratamento estatístico e à análise dos resultados, de forma a obter conclusões que pudessem responder às questões “Quais os percursos profissionais dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco?”, “Como se integram profissionalmente os licenciados dos cursos do Instituto Politécnico de Castelo Branco no mercado de emprego?” e “Qual a aceitação no mercado de trabalho dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco?”

3.3. Construção de Hipóteses

A importância atribuída à colocação no mercado de trabalho dos licenciados do ensino superior tem sido objecto de estudo por parte de vários investigadores não só a nível nacional como também a nível internacional. Aliás, um bom exemplo desta importância é a aplicação do inquérito CHEERS (Teichler, 2002; Schomburg e Teichler, 2002 e Mora, Vila e Garcia-Aracil, 2005). As formações do ensino superior e em especial as do ensino superior politécnico devem potenciar a aquisição de conhecimentos práticos e devem estar interligadas com o tecido empresarial e com o mercado de trabalho.

A inserção na vida activa dos diplomados de ensino superior é de tal forma importante que, recentemente, o novo regime jurídico das instituições de ensino superior prevê que se torne obrigatória a recolha e divulgação de informações sobre o emprego dos diplomados, competindo ao Estado tornar pública tal informação.

Tal como defende Lourtie (2001), as instituições de ensino superior devem tomar medidas de forma a garantir maior empregabilidade dentro e fora do espaço europeu. Para a Comissão Europeia (1995), uma boa ligação entre a escola e o mercado de trabalho permitirá obter bons resultados para ambos e fomentará a igualdade de emprego. Assim, analisar os percursos profissionais dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco permitirá conhecer melhor tais percursos e compreender o impacto que a formação obtida teve na colocação no mercado de trabalho.

Uma vez colocados no ensino superior, estudar e trabalhar é frequente na sociedade actual, de tal forma que, juridicamente, há determinados benefícios para este tipo de estudantes. Demeulemeester e Rochat (2000) analisaram o comportamento perante o trabalho dos estudantes belgas, principalmente porque concluíram que cada vez mais estudantes começam a trabalhar antes de terminarem o seu curso de ensino superior. Os autores defendem também que trabalhar e estudar poderá ocorrer porque existem dificuldades financeiras ou porque poderá ser uma boa forma de obter contactos com o mercado de trabalho e dessa forma obter emprego mais rapidamente. Os mesmos autores concluíram ainda que quanto mais velho for o estudante maior será a tendência para trabalhar e estudar. Também Saúde (2005) refere que trabalhar e estudar é indicador do interesse em manter contactos com o mercado de trabalho e, noutros casos, de necessidade económica. Perante isto, construíram-se as seguintes hipóteses:

1- A obtenção de algum tipo de contacto real com o mercado de trabalho durante o curso, nomeadamente através do exercício de uma actividade profissional, contribui para uma inserção profissional mais rápida, após curso.

2 - Quanto mais idade tiver o estudante, maior será a tendência para trabalhar e estudar.

A conclusão de um curso de ensino superior pressupõe a atribuição de uma classificação final. Analisar até que ponto essa classificação final é importante, poderá trazer benefícios para as instituições e para os próprios alunos. A importância da classificação final para a colocação no mercado de trabalho não é unânime. Alves (2005) concluiu que quanto

mais alta é a classificação final, mais pequeno é o período que decorre até à obtenção de emprego. Já Romão (2004) conclui que a média final do curso não está associada ao tempo de espera de colocação no mercado de trabalho. Assim, para testar o poder explicativo da variável *Classificação Final* optou-se pela hipótese que faz mais sentido intuitivamente:

3 – A média final de curso contribui para uma colocação mais rápida no mercado de trabalho, ou seja, quanto mais alta for a média mais rápida a obtenção de emprego.

Associado à colocação no mercado de trabalho e de forma a compreender quais as áreas de estudo que apresentam melhores resultados, a equipa do ODES (2002) menciona que são os licenciados da área de “Saúde e Protecção Social” que conseguem obter colocação no mercado de trabalho com maior rapidez (3 meses no caso do estudo ODES). Esta conclusão leva à quarta hipótese:

4 – Os diplomados da área da “Saúde e Protecção Social” são os que demoram menos tempo a conseguir emprego.

Após a colocação no mercado de trabalho, estabilizar em termos de emprego é um dos objectivos dos diplomados. Em determinadas áreas de formação, essa estabilidade torna-se mais difícil de adquirir do que noutras áreas. Algumas das áreas onde essa instabilidade é mais notória são a “Agricultura” e as “Artes e Humanidades” (ODES, 2002 e Portugal, 2004). Assim, formulou-se a seguinte hipótese:

5 – Os diplomados em “Agricultura” e “Artes e Humanidades” possuem maiores taxas de desemprego.

No ensino superior assiste-se por um lado ao aumento do número de alunos do sexo feminino, não significando esse aumento, no entanto, melhores condições à saída para o mercado de trabalho. Aliás, quer na escolha dos cursos de ensino superior, quer na colocação no mercado de trabalho, o sexo feminino enfrenta na maior parte das vezes maiores dificuldades do que os diplomados do sexo masculino (Joy, 2000; Albert, 2000; Demeulemeester e Rochat, 2000; ODES, 2002; Teichler, 2002; Schomburg e Teichler, 2002; Mora, Vila e Garcia-Aracil, 2005, Saúde, 2005 e OCDE, 2006). Estas conclusões levam à formulação das seguintes hipóteses:

6 – A maior taxa de desemprego verifica-se nos diplomados do sexo feminino.

7 – Em média os diplomados do sexo masculino são melhor remunerados.

8 – Os homens obtêm emprego mais rápido que as mulheres.

9 – Os homens obtêm emprego a tempo inteiro mais facilmente.

Com a conclusão dos estudos e a obtenção (ou não) de uma colocação no mercado de trabalho, pode verificar-se o prosseguimento de estudos pós graduados e outros por diversos motivos, sendo que o investimento na educação pode significar retorno positivo para os indivíduos (OCDE, 2006). Assim, considera-se que é importante analisar até que ponto os diplomados prosseguem estudos após a conclusão da licenciatura.

No estudo do ODES (2002), da totalidade dos diplomados inquiridos, apenas 34,8% optaram por prosseguir estudos académicos. Já Romão (2004) concluiu que a maioria dos diplomados recebe ou recebeu formação adicional após a conclusão do curso, sendo que essa formação foi frequentada de forma a poderem aprofundar conhecimentos que lhes possibilitem um melhor desempenho profissional. Assim, de forma a poder analisar qual a situação dos diplomados do IPCB em relação ao prosseguimento de estudos, foi formulada a seguinte hipótese:

10 – Pelo menos um terço dos diplomados prossegue estudos pós graduados, de forma a poder melhorar as suas competências.

Tendo em conta todas estas características associadas ao ensino superior e à sua interligação com o mercado de trabalho e tendo em conta o papel do ensino superior politécnico e as suas principais competências e objectivos (Correia et al, 2002; Guimarães et al, 2004 e Amaral e Magalhães, 2007), pretende-se ainda analisar e comprovar até que ponto o Instituto Politécnico de Castelo Branco é uma instituição que forma diplomados que se instalam e permanecem no tecido empresarial da região ou se, pelo contrário, os diplomados obtêm maior colocação no mercado de trabalho fora da área de influência do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Assim, perante esta situação, delineou-se a seguinte hipótese:

11 – O número dos diplomados que obtêm colocação no mercado de trabalho fora do distrito de Castelo Branco excede os que são colocados no distrito.

A candidatura ao ensino superior é um momento de decisão importante na vida de qualquer candidato. Obter uma colocação no ensino superior, no curso que de facto se deseja

poderá ser, por si só, um motivo para um maior empenho e dedicação por parte dos alunos. Para Solbrekke e Karseth (2006), ao escolherem frequentar o ensino superior os estudantes desejam ser educados para o mercado de trabalho, assim como obter qualificações profissionais. Albert (2000) defende que a procura do ensino superior pode ter várias determinantes, desde a tradição familiar, aos custos directos e às oportunidades até ao retorno futuro que poderão obter. No estudo realizado, entre jovens dos 19 aos 24 anos, o autor conclui que quando os pais têm um nível de ensino mais elevado, a probabilidade dos filhos frequentarem o ensino superior é também maior. Essa frequência poderá vir a ter melhores resultados caso os alunos obtenham uma colocação no curso para o qual se sentem melhor vocacionados. De acordo com vários estudos (ODES, 2002; Alves, 2004 e Saúde, 2005) conclui-se que é na área da Saúde que maior número de candidatos fica colocado em 1.^a opção. Assim, para aferir se tais conclusões também se verificam no universo de inquiridos deste estudo, construíram-se as seguintes hipóteses acessórias:

12 – Quanto mais elevado o nível de ensino dos pais, maior a probabilidade de os filhos frequentarem o ensino superior.

13 – O curso frequentado correspondeu à 1.^a opção de candidatura, em maior percentagem, na área de “Saúde e Protecção Social”.

Com o estudo e análise destas hipóteses pretende-se dar resposta à pergunta de investigação que potenciou esta dissertação, ou seja, Quais os percursos profissionais dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco?

3.4. Testes estatísticos

As variáveis deste estudo são maioritariamente variáveis nominais e ordinais, logo aconselha-se o uso de técnicas não paramétricas (Silva, 1994; Pestana e Gageiro, 1998 e Maroco, 2003). Maroco (2003) afirma que para amostras de pequena e diferentes dimensões, os testes não paramétricos podem ser mais potentes do que os paramétricos.

Neste estudo utilizou-se o teste do Qui-quadrado (X^2), sendo que é um dos testes estatísticos aconselhados nos testes de hipóteses não paramétricos (Maroco, 2003). Este teste serve para verificar se existem diferenças entre duas ou mais amostras em relação a uma determinada característica. Desta forma foi considerado haver relação estatisticamente

significativa sempre que o *p value* seja inferior a 0,05. Assim, sempre que se verifique esta situação rejeita-se a hipótese nula H_0 (não há diferenças entre as variáveis em análise) e aceita-se a hipótese alternativa H_1 (há diferenças entre as variáveis em análise).

4. Análise de Dados

4.1. Caracterização da amostra

4.1.1. Composição sexual e etária

Os diplomados que responderam ao questionário são em maior percentagem do sexo feminino (71,6%), enquanto que 28,4% são do sexo masculino.

Esta tendência aliás pode ser verificada uma vez que a maior percentagem de diplomados dos anos em análise é do sexo feminino (70%).

Os diplomados que responderam ao questionário têm uma idade média de 28,35 anos. O diplomado com idade mais baixa tem 23 anos e o diplomado com maior idade tem 58 anos.

Quadro 4.1 – Idade dos diplomados

Idade mínima	Idade máxima	Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
23	58	28,35	28,00	28	4,072

4.1.2. Mobilidade geográfica

A maior parte dos diplomados é natural de fora do concelho de Castelo Branco (70,3%), enquanto que 21,2% são naturais do concelho de Castelo Branco e 8,5 do estrangeiro.

Analisando os dados por sexo, as diferenças não são muito significativas, embora se verifique que há uma maior percentagem de diplomados do sexo masculino naturais do concelho de Castelo Branco.

Quadro 4.2 – Naturalidade dos diplomados por sexo

Naturalidade	N	Sexo (%)		Total
		Masculino	Feminino	
Concelho de Castelo Branco	99	24,8	19,7	21,2
Fora do Concelho de Castelo Branco	329	66,9	71,6	70,3
Estrangeiro	40	8,3	8,7	8,5

A proveniência geográfica dos diplomados é bastante diversificada. Castelo Branco é o concelho de onde mais diplomados provêm para frequentar o Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Verificou-se que 93 dos diplomados residiam no concelho de Castelo Branco antes do curso, número que aumentou para os 115 depois do curso. Poderemos assim concluir que no final do curso houve fixação de diplomados no concelho de Castelo Branco.

Quadro 4.3 – Residência dos diplomados

	Residência (N)		
	Antes do Curso	Durante o Curso	Depois do Curso
Castelo Branco	93	339	115

4.1.3. Estatuto conjugal e agregado familiar

O estado civil dos diplomados inquiridos sofreu alterações significativas desde a frequência do ensino superior até ao momento da resposta ao questionário. Verifica-se que houve uma diminuição dos casos de solteiro e um conseqüente aumento dos casos de casados e união de facto. Há também uma pequena percentagem (0,9%) de casos de divórcio/separação.

Quadro 4.4 – Estado civil dos diplomados

Estado civil	Durante o curso (%)	Actualmente (%)
Solteiro	94,0	58,8
Casado	5,1	32,9
União de Facto	0,9	7,5
Divorciado/ Separado		0,9

A conclusão da licenciatura e a inserção no mercado de trabalho possibilitam que os diplomados adquiram uma nova autonomia financeira que lhes poderá permitir outros tipos de encargos, assim como compor um agregado familiar diferente daquele que tinham antes e/ ou durante o curso.

No caso específico dos diplomados em análise, uma grande percentagem (36,5%) vive com pais/ irmãos, não se tendo desta forma verificado uma autonomia em relação ao núcleo da família. 27,1% dos inquiridos vive com o cônjuge e 14,1% vive com o cônjuge e filhos. Dos inquiridos, 13% mencionaram viver sozinhos, sendo que o sexo masculino apresenta taxa mais elevada nesta área (19,5%) contra 10,2% do sexo feminino.

De mencionar que em termos de famílias monoparentais, apenas diplomados do sexo feminino vivem esta situação, embora numa percentagem muito baixa.

Quadro 4.5 – Composição do agregado familiar por sexo

Agregado familiar	N	Sexo (%)		Total (%)
		Masculino	Feminino	
Vive sozinho	61	19,5	10,2	13,0
Vive com pais/ irmãos	171	33,8	37,7	36,5
Vive com outros familiares	6	0,8	1,5	1,3
Vive com cônjuge	127	22,6	29,0	27,1
Vive com cônjuge e pais/ sogros	5	1,5	0,9	1,1
Vive com cônjuge e filhos	66	16,5	13,2	14,1
Vive com cônjuge, filhos, pais/ sogros	2	0,8	0,3	0,4
Vive com filhos	2		0,6	0,4
Vive com filhos, pais/ sogros	1		0,3	0,2
Vive com amigos	27	4,5	6,3	5,8
Total	468	100,0	100,0	100,0

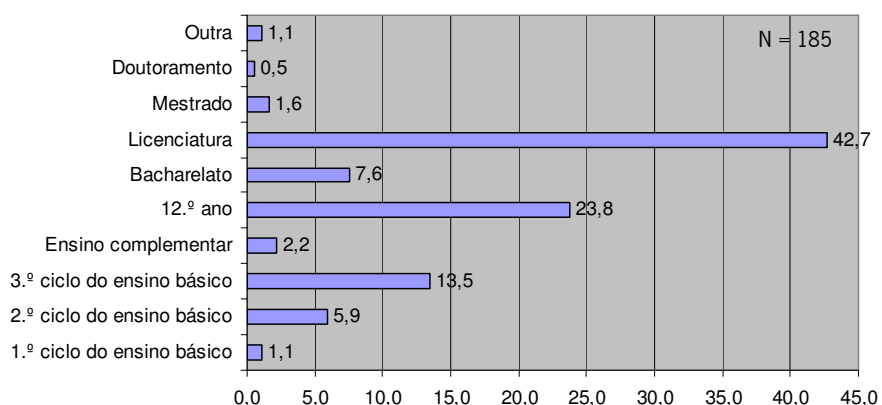
Relativamente à situação económica do agregado familiar dos diplomados, a maioria dos diplomados inquiridos reside em casa própria (51,3%), enquanto que 26,5% reside em casa de família, 20,9% em casa arrendada e apenas 1,3% mencionou residir em casa emprestada.

Quadro 4.6 – Situação do alojamento onde reside por sexo

Alojamento	N	Sexo (%)		Total (%)
		Masculino	Feminino	
Casa própria	240	51,1	51,3	51,3
Casa arrendada	98	22,6	20,3	20,9
Casa emprestada	6	0,8	1,5	1,3
Casa de família	124	25,6	26,9	26,5
Total	468	100,0	100,0	100,0

Relativamente ao grau de habilitações escolares do cônjuge dos diplomados inquiridos, a maior percentagem (42,7%) é licenciado e uma pequena percentagem (0,5%) obteve o grau de Doutor.

Gráfico 4.1 – Escolaridade do cônjuge



Para se analisar a situação económica do agregado familiar é importante analisar a situação profissional do cônjuge dos diplomados. 94,6% encontram-se empregados, enquanto que apenas 4,9% mencionaram estar em situação de desemprego. 0,5% dos inquiridos mencionaram que o cônjuge se encontrava a estudar.

4.1.4. Escolaridade e situação profissional dos pais

Analisar as habilitações escolares dos pais poderá também fornecer alguns dados em relação aos diplomados e ao seu percurso. Da análise dos dados depreende-se que a grande maioria obteve apenas o 1.º Ciclo do Ensino Básico (51,6% - pai e 54,5% - mãe) enquanto que 4,3% e 4,1%, respectivamente, não têm qualquer nível de escolaridade. Estas percentagens contrastam com as registadas nas habilitações de ensino superior, isto é: apenas 7,1% dos pais e 6,2% das mães atingiram uma habilitação de ensino superior.

Perante estes dados podemos depreender que o nível de escolaridade dos pais não influenciou os percursos académicos dos diplomados, ou seja não é o facto de os pais possuírem habilitações académicas superiores que vai influenciar a opção pela frequência do ensino superior.

Quadro 4.7 – Habilitações escolares dos pais

Habilitações escolares	N	Escolaridade pai (%)	N	Escolaridade mãe (%)
Não sabe ler nem escrever	9	1,9	6	1,3
Sabe ler e ou escrever	11	2,4	13	2,8
1.º Ciclo do ensino básico	239	51,6	252	54,5
2.º Ciclo do ensino básico	61	13,2	59	12,8
3.º Ciclo do ensino básico	54	11,7	50	10,8
Ensino complementar	21	4,5	24	5,2
12.º Ano	35	7,6	29	6,3
Bacharelato	5	1,1	8	1,7
Licenciatura	13	2,8	16	3,5
Mestrado			1	0,2
Doutoramento	2	0,4	1	0,2
Outra	13	2,8	3	0,6
Total	463	100,0	462	100,0

Relativamente à situação profissional dos pais, a maioria encontra-se em situação de empregado, existindo uma maior percentagem de mães desempregadas. No caso da actividade profissional da mãe verifica-se incidência de domésticas (27,5%), enquanto que na actividade do pai se verifica uma grande incidência de reformados (29,8%), neste caso superior às mães.

Quadro 4.8 – Situação profissional dos pais

Actividade Profissional	N	Actividade profissional do Pai (%)	N	Actividade profissional da Mãe (%)
Empregado	262	57,1	210	45,1
Desempregado	18	3,9	30	6,4
Estudante			1	0,2
Doméstica			128	27,5
Reformado	137	29,8	86	18,5
Outra	42	9,2	11	2,4
Total	459	100,0	466	100,0

4.1.5. Identificação da área de estudos

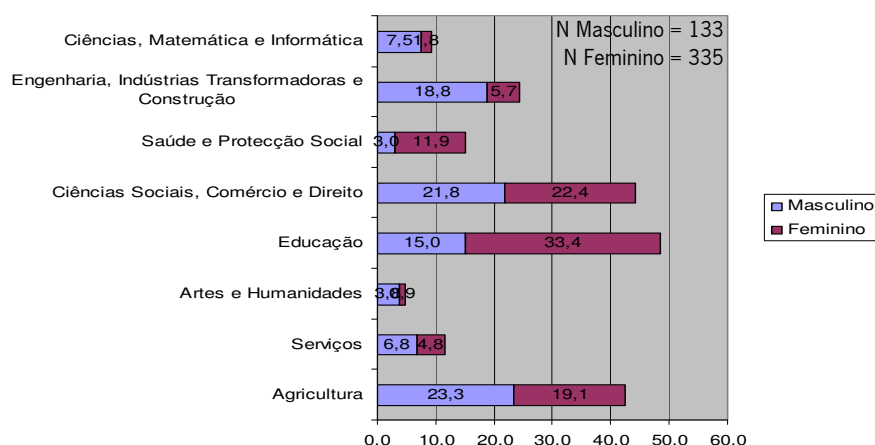
Tendo em conta os anos lectivos em análise e face à taxa de resposta dos licenciados, o maior número de diplomados respondentes por Grande Grupo verifica-se na “Educação” com 28,2% de diplomados, seguida das “Ciências Sociais, Comércio e Direito” com 22,2% e a “Agricultura” com 20,3%. O grupo com menor número de diplomados foi “Artes e Humanidades” com apenas 8 diplomados respondentes, ou seja 1,7%.

Quadro 4.9 – Número de diplomados por grande grupo

Grande Grupo	N	%
Agricultura	95	20,3
Serviços	25	5,3
Artes e Humanidades	8	1,7
Educação	132	28,2
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	22,2
Saúde e Protecção Social	44	9,4
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	9,4
Ciências, Matemática e Informática	16	3,4
Total	468	100,0

Analisando os dados por sexo e Grande Grupo, as maiores diferenças entre sexos verificam-se na área da “Educação” onde há uma maior predominância do sexo feminino, enquanto que na “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”, a maior predominância é do sexo masculino. Esta conclusão vai ao encontro do ODES (2002), onde se verifica a mesma tendência de predominância do sexo feminino em quase todos os Grandes Grupos. De igual forma, o Grande Grupo onde a diferença entre sexos é menor é na “Agricultura”.

Gráfico 4.2 – Diplomados por Grande Grupo e por sexo



Dentro do Grande Grupo, podemos ainda identificar Áreas de Estudos e Áreas de Educação e Formação. Fazendo uma análise das Áreas de Educação e Formação, verifica-se que a maior taxa de diplomados respondentes se verifica nas áreas de Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos) com 21,2%, Contabilidade e Fiscalidade com 15,4% e Produção Agrícola e Animal com 14,5%, enquanto que a menor taxa de diplomados respondentes se

verifica nas áreas de Metalurgia e Metalomecânica (1,9%), Audiovisuais e Produção dos Media (1,3%) e Artes do Espectáculo com 0,4%.

Quadro 4.10 – Áreas de Educação e Formação

Áreas de Educação e Formação	N	%
Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	99	21,2
Contabilidade e Fiscalidade	72	15,4
Produção Agrícola e Animal	68	14,5
Enfermagem	44	9,4
Formação de Educadores de Infância	33	7,1
Secretariado e Trabalho Administrativo	32	6,8
Silvicultura e Caça	27	5,8
Tecnologia de Protecção do Ambiente	25	5,3
Construção Civil e Engenharia Civil	18	3,8
Electrónica e Automação	17	3,6
Ciências Informáticas	16	3,4
Metalurgia e Metalomecânica	9	1,9
Audiovisuais e Produção dos Media	6	1,3
Artes do Espectáculo	2	0,4
Total	468	100,0

4.1.6. Habilitações de candidatura

A grande maioria dos diplomados ingressou no ensino superior tendo como habilitação de acesso o 12.º ano – via ensino (83,5%), seguindo-se os cursos técnico profissionais com 9,4% e o 12.º ano – via profissionalizante com 6%. Uma pequena minoria (0,9%) ingressou com outro tipo de habilitação, tais como concursos especiais e regimes especiais e 0,2% ingressaram através da realização do exame Ad-hoc.

Em termos de distribuição por sexos, os dados não se alteram muito, sendo que no caso do sexo masculino 77,4% concorreram com o 12.º ano – via ensino, 14,3% com cursos técnico profissionais e 5,3% com 12.º ano – via profissionalizante. No caso do sexo feminino, 86% concorreram com o 12.º ano – via ensino, 7,5% com cursos técnico profissionais e 6,3% com 12.º ano – via profissionalizante.

Assim sendo e analisando os dados pode-se concluir que o maior número de alunos no ensino superior ingressaram com o ensino secundário (12.º ano), via ensino, enquanto que uma minoria ingressou no ensino superior com outro tipo de habilitações.

4.1.7. Média de colocação no ensino superior

Relativamente à média de colocação no ensino superior é de mencionar que aquando da colocação no ensino superior da população em análise ainda era possível ingressar no ensino superior com notas inferiores a 9,5 valores, daí haver dados que indicam colocações com notas de 7 a 9 valores. A maior aglomeração (moda) situa-se nos 13 valores (23,7%) logo seguida com 21,2% para os 14 valores. A média global de classificação situa-se nos 13,13 valores.

Do total de inquiridos, 72 (15,4%) não se recordavam da média de colocação. Analisando os dados por Grande Grupo em relação à média de colocação existe uma relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 259,315$, $p = 0,000$). Assim, verifica-se que a média mais elevada de colocação no ensino superior se verificou na “Saúde e Protecção Social”, enquanto que a média mais baixa se verificou nas “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, mais especificamente na área de “Contabilidade e Fiscalidade”.

Quadro 4.11 – Média de colocação no Ensino Superior por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Média de colocação no Ensino Superior (%)											
		7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Agricultura	77				11,7	7,8	24,7	24,7	18,2	11,7	1,3		
Serviços	18						22,2	38,9	22,2	11,1		5,6	
Artes e Humanidades	7								57,1	42,9			
Educação	118		0,8			5,9	16,1	38,1	23,7	11,9	0,8	2,5	
Ciências Sociais, Comércio e Direito	87	1,1	2,3	2,3	10,3	3,4	24,1	21,8	23,0	9,2		2,3	
Saúde e Protecção Social	43						2,3		18,6	37,2	34,9	4,7	2,3
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	34			5,9	8,8	26,5	29,4	5,9	11,8	8,8		2,9	
Ciências, Matemática e Informática	12			8,3	8,3	8,3	33,3	16,7	16,7	8,3			
Total média de colocação	396	0,3	0,8	1,3	5,6	6,6	19,7	23,7	21,2	14,1	4,3	2,3	0,3

As variáveis género e média de colocação apresentam relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 26,896$, $p = 0,005$). Verifica-se que as mulheres têm médias de colocação superiores às dos homens, sendo que a nota mais alta (18 valores) foi obtida por uma mulher. A média de classificações no sexo feminino é de 13,38 valores, enquanto que no sexo masculino é de 12,51 valores.

Quadro 4.12 – Distribuição da média de colocação por sexo

Sexo	N	Classificação mínima	Classificação máxima	Média	Moda
Masculino	115	7	17	12,51	12
Feminino	281	8	18	13,38	13

4.1.8. Opção de ingresso

Analisar em que opção de colocação no ensino superior os diplomados foram colocados pode ajudar a entender até que ponto os estudantes de ensino superior se diplomam de facto no curso que pretendem. O baixo número de vagas, a média e a distância geográfica podem levar os candidatos a optar por outros cursos que não o de eleição. O curso em que os inquiridos se diplomaram foi a primeira opção para 60,9%, mas, no entanto, apenas 5,6% mudaram de curso/ estabelecimento em função da sua primeira opção.

As variáveis opção de ingresso e Grande Grupo apresentam relação estatisticamente significativa ($X^2 = 54,952$, $p = 0,000$). A “Saúde e Protecção Social” é onde mais alunos são colocados em 1.ª opção (90,9%), seguida das “Ciências Sociais, Comércio e Direito” com 69,2%. Nos “Serviços” apenas 20% foram colocados em 1.ª opção.

Quadro 4.13 – Primeira opção no ingresso por Grande Grupo

Grande Grupo	N	1.ª Opção (%)	
		Sim	Não
Agricultura	95	43,2	56,8
Serviços	25	20,0	80,0
Artes e Humanidades	8	62,5	37,5
Educação	132	68,2	31,8
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	69,2	30,8
Saúde e Protecção Social	44	90,9	9,1
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	50,0	50,0
Ciências, Matemática e Informática	16	62,5	37,5
Total 1.ª opção	468	60,9	39,1

Já a relação existente entre género e opção de colocação não é estatisticamente significativa, uma vez que $X^2 = 0,175$, $p = 0,675$. Apesar de para o sexo feminino a colocação em primeira opção (61,5%) ser ligeiramente superior do que para o sexo masculino (59,4%), a diferença é apenas de 2,1 pontos percentuais.

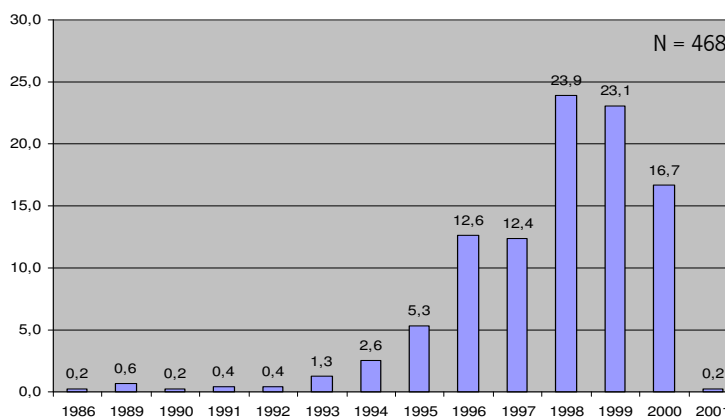
4.1.9. Motivações para frequentar o ensino superior

Das motivações para a frequência do ensino superior, as que mais se destacam são contribuir para o desenvolvimento pessoal e intelectual (23,4%), obter a profissão desejada (23,1%), obter uma boa carreira profissional (17,9%) e a garantia de encontrar emprego com melhor remuneração (16,6%). Embora com menor percentagem de respostas foram ainda referidas a garantia de encontrar emprego (7,6%), por incentivo da família (5,5%), gosto pelo estudo (4,9%) e em igual percentagem por uma questão de imagem social e por incentivo de amigos (0,3%). 0,2% acrescentaram ainda para obter mais rendimentos e por uma questão de proximidade geográfica.

4.1.10. Início dos estudos

A grande maioria dos diplomados iniciou o seu curso em 1998 (23,9%) e 1999 (23,1%). Os anos que apresentam uma percentagem muito baixa de alunos a iniciar o curso e tendo em conta os comentários que foram inseridos nos questionários dizem respeito a alunos que iniciaram o curso e que interromperam os estudos durante algum tempo, ou por motivos de trabalho, ou por motivos financeiros, ou porque quando terminaram o 1.º ciclo de estudos não estava ainda em funcionamento o 2.º ciclo de estudos.

Gráfico 4.3 – Ano de início dos estudos



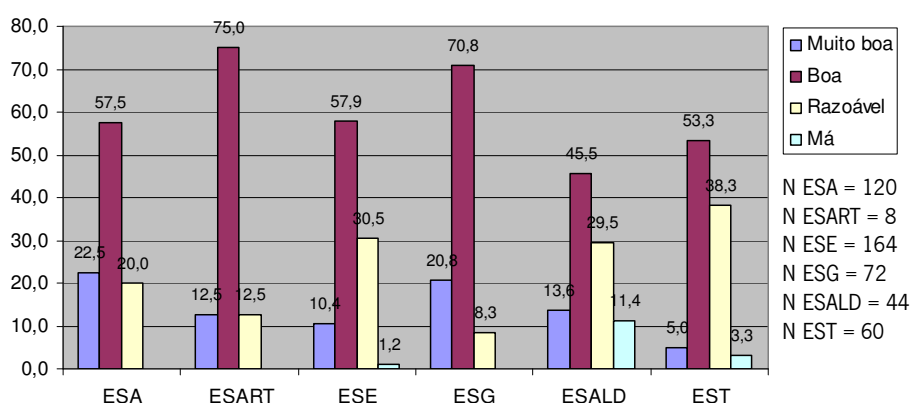
4.1.11. Imagem do ensino superior

Em termos de percurso académico considerou-se importante fazer uma análise da imagem institucional dos diplomados em relação à escola, ao curso, aos professores e à qualidade do ensino.

Relativamente à imagem com que ficaram da escola frequentada, 14,7% ficaram com muito boa imagem, a maioria (58,3%) com boa imagem, 25% com uma imagem razoável, enquanto que apenas 1,9% ficaram com má imagem. De referir que nenhum dos diplomados mencionou ter ficado com muito má imagem da escola.

Fazendo uma análise escola a escola, estamos perante resultados que evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 58,190$, $p = 0,000$). De entre as seis escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, 22,5% dos diplomados da Escola Superior Agrária ficaram com uma imagem muito boa da escola, enquanto que na Escola Superior de Tecnologia, apenas 5% indicaram o mesmo resultado. Em termos de má imagem, a Escola Superior de Saúde é a que apresenta o resultado mais alto (11,4%), sendo que nas Escolas Superiores Agrária, de Artes Aplicadas e de Gestão, nenhum dos diplomados mencionou ter má imagem da escola.

Gráfico 4.4 – Imagem por escola



Relativamente à imagem do curso, a grande maioria dos diplomados ficou com boa imagem (56,2%), tal como aconteceu em relação à imagem da escola, sendo que uma minoria demonstrou ter ficado com muito má imagem (0,2%)

Analisando a imagem por Grande Grupo estamos também perante resultados que evidenciam uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 68,036$, $p = 0,000$). Verifica-se que apenas os diplomados de “Serviços” e de “Ciências, Matemática e Informática” não mencionaram ter ficado com muito boa imagem do curso, sendo que apenas em “Agricultura” 1,1% dos diplomados manifestaram terem ficado com muito má imagem do curso. O Grande Grupo onde se verifica uma maior percentagem de imagem positiva é na “Saúde e Protecção

Social”, onde 93,2% dos inquiridos mencionou ter ficado com muito boa ou boa imagem do curso frequentado, sendo neste caso o curso de Enfermagem.

Quadro 4.14 – Imagem do curso por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Imagem com que ficou do Curso (%)				
		Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Muito Má
Agricultura	95	10,5	45,3	42,1	1,1	1,1
Serviços	25		60,0	32,0	8,0	
Artes e Humanidades	8	12,5	62,5	25,0		
Educação	132	13,6	56,8	27,3	2,3	
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	10,6	64,4	21,2	3,8	
Saúde e Protecção Social	44	31,8	61,4	6,8		
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	11,4	59,1	29,5		
Ciências, Matemática e Informática	16		31,3	50,0	18,8	
Total imagem do curso	468	12,6	56,2	28,2	2,8	0,2

Tendo em conta que o Grande Grupo abarca vários cursos, analisar a imagem com que os diplomados ficaram do seu curso permite-nos obter resultados mais directos relacionados com os mesmos.

Também aqui existe uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 175,064$, $p = 0,000$). Assim, o curso onde a imagem é mais positiva é no curso de Enfermagem e o único curso onde foi referido pelos diplomados terem ficado com muito má imagem do curso foi “Engenharia das Ciências Agrárias – ramo Animal”. Mencionaram ainda má imagem, os diplomados de “Engenharia das Ciências Agrárias – ramo Animal”, “Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais”, “Engenharia Informática e das Tecnologias da Informação”, “Professores do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza”, “Professores do Ensino Básico – Português Francês” e “Professores do Ensino Básico – Português Inglês”.

Quadro 4.15 – Imagem do curso por curso

Curso	N	Imagem com que ficou do Curso (%)				
		Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Muito Má
Artes da Imagem	6	16,7	66,7	16,7		
Contabilidade e Gestão de Recursos Humanos	9		88,9	11,1		
Contabilidade e Gestão Financeira	63	15,9	77,8	6,3		
Educação de Infância	33	21,2	51,5	27,3		
Enfermagem	44	31,8	61,4	6,8		
Engenharia Civil	18	5,6	66,7	27,8		
Engenharia das Ciências Agrárias – ramo Agrícola	23	13,0	60,9	26,1		
Engenharia das Ciências Agrárias – ramo Animal	42		40,5	54,8	2,4	2,4
Engenharia das Ciências Agrárias – ramo Engenharia Rural e Ambiente	3	66,7	33,3			
Engenharia de Ordenamento dos Recursos Naturais	18		61,1	27,8	11,1	
Engenharia dos Recursos Naturais e Ambiente	7		57,1	42,9		
Engenharia Electrotécnica	7	14,3	42,9	42,9		
Engenharia Florestal	27	18,5	40,7	40,7		
Engenharia Industrial	9	33,3	55,6	11,1		
Engenharia Informática	10		60,0	40,0		
Engenharia Informática e das Tecnologias da Informação	16		31,3	50,0	18,8	
Ensino Básico – 1.º Ciclo	24	12,5	58,3	29,2		
Música – Instrumento	2		50,0	50,0		
Professores do Ensino Básico – Educação Física	13	23,1	53,8	23,1		
Professores do Ensino Básico – Educação Visual e Tecnológica	13	38,5	38,5	23,1		
Professores do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza	26		76,9	19,2	3,8	
Professores do Ensino Básico – Português Francês	14		57,1	35,7	7,1	
Professores do Ensino Básico – Português Inglês	9		44,4	44,4	11,1	
Tradução e Secretariado	32	3,1	31,3	53,1	12,5	

Em relação à imagem com que os diplomados ficaram dos professores, verifica-se que 7,5% ficou com muito boa imagem, a grande maioria ficou com boa imagem (57,3%) e uma minoria de apenas 0,2% ficou com muito má imagem.

Relacionando a imagem com que ficaram dos professores, por Grande Grupo, não se evidencia relação estatisticamente significativa ($X^2 = 31,106$, $p = 0,312$). À excepção de “Artes e Humanidades” e “Ciências, Matemática e Informática” os diplomados de todos os outros grupos mencionaram ter ficado com muito boa imagem dos professores, enquanto que o Grupo onde

apenas um diplomado mencionou ter ficado com muito má imagem dos professores foi “Agricultura”.

Quadro 4.16 – Imagem dos professores por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Imagem com que ficou dos Professores (%)				
		Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Muito Má
Agricultura	95	7,4	49,5	38,9	3,2	1,1
Serviços	25	8,0	52,0	36,0	4,0	
Artes e Humanidades	8		87,5	12,5		
Educação	132	9,1	62,1	25,8	3,0	
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	5,8	62,5	30,8	1,0	
Saúde e Protecção Social	44	13,6	61,4	22,7	2,3	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	4,5	47,7	47,7		
Ciências, Matemática e Informática	16		37,5	62,5		
Total imagem dos professores	468	7,5	57,3	32,9	2,1	0,2

Em relação à imagem com que ficaram do ensino, 6,6% dos diplomados ficaram com muito boa imagem, 45,9% com boa imagem, 44,7% com imagem razoável, 2,4% com má imagem e 0,4% com muito má imagem.

Em conclusão poderemos afirmar que, em média, a maioria dos diplomados assinalou como sendo boa a imagem da escola, do curso, dos professores e da qualidade do ensino.

4.1.12. Frequência de estágio curricular durante o curso

Sendo a instituição em análise um Instituto Politécnico prevê-se que haja uma grande ligação ao tecido empresarial e que os seus cursos sejam cursos técnicos e profissionalizantes. Do total de diplomados em análise, 78,2% realizaram um estágio curricular durante o curso.

Todos os diplomados da “Saúde e Protecção Social” e da “Educação” mencionaram ter realizado estágios curriculares, situação que se compreende pela configuração dos cursos que se enquadram nestas áreas, enquanto que os diplomados das “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” foram os que menos estágios curriculares realizaram (36,4%).

Quadro 4.17 – Realização de estágios curriculares por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Estágio curricular (%)	
		Sim	Não
Agricultura	95	90,5	9,5
Serviços	25	92,0	8,0
Artes e Humanidades	8	75,0	25,0
Educação	132	100,0	
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	50,0	50,0
Saúde e Protecção Social	44	100,0	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	36,4	63,6
Ciências, Matemática e Informática	16	43,8	56,3
Total realização de estágio	468	78,2	21,8

4.1.13. Formação adicional durante o curso

A aquisição de diversas competências extra-curriculares e o aprofundamento de competências curriculares poderão ser um factor de motivação dos indivíduos. Ao longo do curso, 290 diplomados (62%) frequentaram formação adicional durante o período de estudos.

Relativamente ao tipo de formação adicional que os diplomados frequentaram, verifica-se que a grande incidência foi na participação em seminários (51,3%) seguido de *workshops* com 27,8%. 7,8% dos inquiridos mencionou a participação em cursos de informática e 9,3% mencionou outro tipo de formações. Os cursos de línguas foram o campo onde menos número de diplomados investiu (3,9%).

Do total de diplomados que frequentaram formação adicional, 60% obtiveram a formação na escola, enquanto que 40% obteve formação no exterior. Podemos daqui depreender que as escolas oferecem um bom leque de formação adicional aos seus alunos.

4.1.14. Mobilidade internacional/ nacional

Apesar de uma das áreas de actuação do Instituto Politécnico de Castelo Branco ser a implementação de programas de mobilidade internacional e apesar dos incentivos que têm sido atribuídos às questões de mobilidade internacional, apenas 8,5% dos inquiridos (40 alunos) participou neste tipo de programas.

Considerando a participação em programas de mobilidade por Grande Grupo verifica-se que não há uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 13,245$, $p = 0,066$). No entanto, verifica-se que a “Agricultura” e as “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, com 14 e 11 alunos

respectivamente, são os grupos em que maior número de diplomados participou nestas acções de mobilidade.

Quadro 4.18 – Participação em mobilidade por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Participou em programas de mobilidade internacional (%)	
		Sim	Não
Agricultura	95	14,7	85,3
Serviços	25	4,0	96,0
Artes e Humanidades	8	12,5	87,5
Educação	132	4,5	95,5
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	10,6	89,4
Saúde e Protecção Social	44	2,3	97,7
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	6,8	93,2
Ciências, Matemática e Informática	16	18,8	81,3
Total	468	8,5	91,5

Analisando em termos de género, os resultados evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 5,911$, $p = 0,015$). O sexo feminino apresenta uma maior taxa de participação nos programas de mobilidade (55%) em relação ao sexo masculino (45%).

Dos 40 alunos envolvidos em programas de mobilidade, onde se verificou uma maior participação foi no Programa Leonardo da Vinci (62,8%). Estes dados são interessantes na medida em que sendo o Programa Leonardo da Vinci um programa que possibilita a realização de um estágio profissional no estrangeiro, poderemos depreender que haverá uma maior preocupação dos alunos na aquisição de experiência profissional além fronteiras.

Relativamente ao grau de satisfação da experiência obtida na participação em programas de mobilidade, conclui-se que 82,5% dos que participaram nestes programas consideraram a experiência muito boa, 12,5% boa e apenas 5% consideraram razoável e muito má.

4.1.15. Despesas ao longo do curso

Frequentar o ensino superior pressupõe um aumento de encargos para o agregado familiar. Desde o pagamento de propinas, ao pagamento de quarto e alimentação, as famílias vêem as suas despesas mensais aumentar significativamente. 16,2% da totalidade dos diplomados inquiridos consideram que as despesas que tiveram ao longo do curso foram muito elevadas, enquanto que 44,4% considera que foram elevadas. 33,8% considera que foram

razoavelmente elevadas e apenas uma pequena percentagem (5,6%) considera que as despesas foram pouco elevadas.

Relativamente à forma de suportar as despesas, a grande maioria (45,1%) afirma ser integralmente pelos pais, seguido de bolsa de estudo para parte das despesas (26,8%). De realçar ainda que 16,5% dos diplomados trabalharam, enquanto estudavam, para suportar parte ou a totalidade das despesas. 9,8% dos inquiridos mencionou que as despesas eram suportadas pelos pais e outros familiares, 1,2% mencionou bolsa de estudo para a totalidade das despesas e 0,5% afirmou ter contraído empréstimo.

4.1.16. Conclusão dos estudos

Em relação à conclusão dos estudos, a variável idade apresenta uma distribuição muito assimétrica, sendo que a moda assenta nos 24 anos (17%) e a média de conclusão se situa nos 25,03 anos de idade. O valor mínimo registado é de 21 anos e o máximo é de 55 anos.

As idades de conclusão do curso por sexo não diferem muito entre os dois sexos, embora se verifique que a idade média de conclusão do curso é ligeiramente inferior no sexo feminino (24,55 anos de idade).

Quadro 4.19 – Distribuição da idade de fim de curso por sexo

Sexo	N	Idade mínima	Idade máxima	Média	Moda
Masculino	133	21	51	26,21	24
Feminino	335	21	55	24,55	23

O processo de avaliação dos alunos do ensino superior passa pela atribuição de uma classificação. A média das várias classificações obtidas ao longo do seu percurso académico terá como resultado uma média final. Para os diplomados em análise neste estudo, a média mais frequente (33,4%) verificou-se nos 13 valores, sendo que apenas um aluno obteve como média 17 valores. No total, a média das classificações de final de curso situa-se nos 13,45 valores, sendo que a classificação mais baixa é de 11 valores e a mais alta de 17 valores.

As classificações finais obtidas por Homens e Mulheres não diferem muito do conjunto das classificações finais, sendo que para ambos, a moda é de 13 valores e a média é ligeiramente inferior no sexo masculino ($X^2 = 7,958$, $p = 0,241$), demonstrando que não existem diferenças significativas entre os sexos na obtenção da média final.

Quadro 4.20 – Distribuição da classificação de fim de curso por sexo

Sexo	Classificação mínima	Classificação máxima	Média	Moda
Masculino	11	16	13,36	13
Feminino	11	17	13,48	13

A classificação mais elevada (17 valores) verificou-se no Grande Grupo “Educação”, mais especificamente no curso de Professores do Ensino Básico – variante de Educação Visual e Tecnológica.

Tendo em conta os anos de conclusão do estudo em análise, o maior número de diplomados verificou-se no ano de 2004, com 37,8% de diplomados, sendo que a “Educação” foi a área com maior número de diplomados nesse ano. No ano de 2002 diplomaram-se 34,2% dos inquiridos e no ano de 2003 diplomaram-se 28% dos inquiridos.

4.2. Prosseguimento de estudos

Muitas vezes o facto de se obter o grau de licenciado, por si só pode não ser suficiente. O prosseguimento dos estudos pode ser uma mais valia curricular e poderá vir a ter um papel importante na vida de cada um. Do total de inquiridos, 47,2% obtiveram formação adicional após a licenciatura. Das formações que os diplomados frequentam ou frequentaram, a que mais se destaca são Cursos de formação profissional com 58,1%. A frequentar ou frequentados em menor percentagem foram mencionados os Mestrados e Pós-Graduações com 13% e as Especializações com 7,9%. Em menor número, 7 licenciados frequentam Doutoramento. Dos inquiridos que optaram pelo prosseguimento de estudos, 51,9% frequentam ou frequentaram formação na mesma área da licenciatura, enquanto que 48,1% frequentam ou frequentaram formação após a licenciatura em área diferente.

Tendo em conta o espaço temporal entre o fim da licenciatura e a possibilidade de obter um outro tipo de grau superior pós graduado, nenhum dos diplomados concluiu o doutoramento, sendo que o frequentam à data do preenchimento do questionário. Já em relação a mestrados, há casos de conclusão (7 inquiridos), sendo que a maioria se encontra a frequentar o mestrado (26 inquiridos).

Relativamente à opção “Outra” 11 respondentes mencionaram estar a frequentar ou ter frequentado outra licenciatura.

Questionados em relação aos motivos que levaram os diplomados a frequentar formação adicional, 26,4% enumerou “aprofundar conhecimentos úteis à minha profissão”, seguido de

“obter mais possibilidades de emprego” com 20,9%. “Aprofundar conhecimentos” foi referido por 16,5%, “progressão na carreira” por 13,8% e “alternativa ao desemprego” por 11,6%. Em menor percentagem (10,8%) optaram por obter formação adicional por “gosto pessoal”.

A obtenção de formação adicional, quer seja na mesma área ou em área diferente da licenciatura, parece ter alguma importância para os diplomados em análise, tal como se pode depreender pelo facto de uma grande maioria ter optado por essa via. Esta afirmação é ainda mais comprovada quando 87,6% dos inquiridos responderam que pensam vir a frequentar formação adicional no futuro.

4.3. Actividade profissional durante o curso

Ter uma ocupação profissional durante o curso pode ter várias análises. Demeulemeester e Roachat (2000) referem tal situação, sendo que uma das vantagens poderá ser a aquisição de experiência profissional e por outro lado poderá estar relacionado com o facto de haver dificuldades financeiras. Ao analisar a forma como os diplomados suportavam as despesas no ensino superior, 16,5% mencionaram que trabalharam enquanto estudavam para suportar parte ou a totalidade das despesas. 51,5% dos respondentes afirmaram terem tido alguma actividade profissional durante o curso.

As variáveis género e actividade profissional durante o curso apresentam uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 14,852$, $p = 0,000$). Verifica-se que os homens são aqueles que durante o curso obtiveram maior taxa de actividade profissional (65,4%). Das mulheres apenas 46% tiveram uma actividade profissional durante o curso.

A idade dos diplomados pode ser um factor a ter em consideração na decisão de trabalhar enquanto estudavam. De facto, através da aplicação do teste de qui-quadrado, os resultados evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa entre a idade e a obtenção de uma actividade profissional durante o curso ($X^2 = 49,288$, $p = 0,02$). Ou seja, podemos concluir que quanto mais velho for o estudante, maior será a tendência para trabalhar e estudar.

Relativamente à questão que tipo de actividade profissional tinham tido durante os estudos, verifica-se que 51,5% dos 241 diplomados que trabalharam enquanto estudavam, tinham uma actividade profissional apenas durante as férias, 27,4% tinha uma actividade permanente e 20,7% uma actividade ocasional. 0,4% mencionaram outro tipo de actividade.

A obtenção de rendimentos próprios (56,3%) foi um dos motivos mais apontados para a obtenção de uma actividade profissional durante o curso, sendo que outros motivos foram apresentados, tais como: aquisição de experiência (22,4%), já tinha antes de ingressar no curso (11,2%), apoio em negócio familiar (8,1%), garantia de emprego pós curso (1,7%) e com 0,3% foi indicado outro motivo – ocupação de tempos livres.

4.4. Início de actividade profissional após licenciatura

Qualquer licenciado tem como objectivo encontrar uma actividade profissional após a conclusão da licenciatura. Encontrar o primeiro emprego é o início de uma nova etapa na vida de um recém diplomado. Assim, como seria de esperar, uma grande maioria de diplomados (76,1%) iniciaram imediatamente procura de emprego após a conclusão dos estudos.

4.4.1. Período de espera até obtenção do 1.º emprego

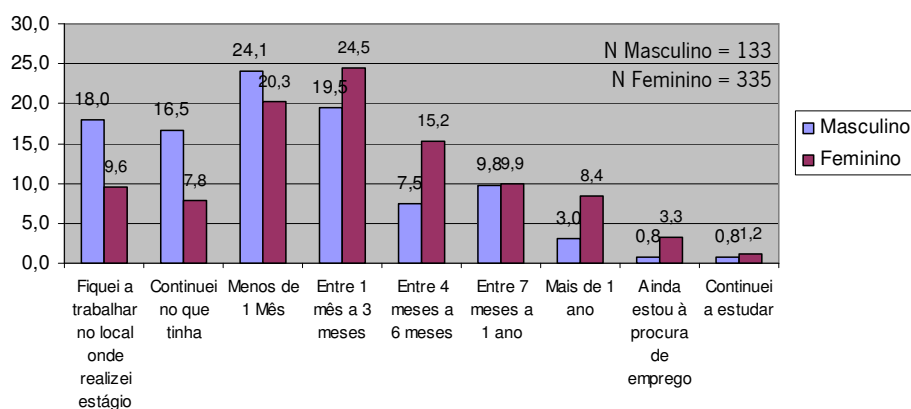
Associado à procura de emprego está também o factor tempo, já que o facto de se iniciar a procura de emprego não significa que se consiga encontrar uma colocação imediata. Aliás, neste campo várias podem ser as conclusões em função do género, das áreas de formação e até do ano de conclusão do curso. Houve licenciados que não tiveram necessidade de procurar emprego, uma vez que ficaram a trabalhar no local onde tinham realizado estágios (12%) ou porque continuaram no emprego que tinham durante o curso (10,3%). De destacar ainda que 21,4% dos licenciados demorou menos de 1 mês até encontrar o primeiro emprego, enquanto que 23,1% dos licenciados demoram entre 1 a 3 meses para obter o primeiro emprego. Já 13% demoraram entre 4 a 6 meses e 9,8% entre 7 meses a 1 ano. Em média, os diplomados demoraram entre 1 a 3 meses para obter o 1.º emprego, valor mais baixo em relação ao estudo ODES (2002) onde a média foi de 6 meses.

Apesar de para alguns diplomados haver uma transição para o mercado de trabalho rápida, há situações em que tal situação não se verifica. Associadas à transição escola – mercado de trabalho existem diversas problemáticas de inserção. 6,8% dos diplomados demorou mais de 1 ano a encontrar emprego, enquanto que 2,6% à data da resposta ao questionário (Janeiro de 2007) ainda continuavam à procura de emprego e 1,1% optaram por continuar a estudar.

As variáveis tempo de espera para a obtenção do 1.º emprego e género apresentam uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 25,404$, $p = 0,001$). Aos diplomados do género masculino apresentam-se melhores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. 18% mantiveram-se no local onde tinham realizado estágio, enquanto que nas mulheres esta situação se verificou para apenas 9,6%. De destacar que no sexo masculino a maior predominância (24,1%) demorou menos de 1 mês a obter o 1.º emprego, enquanto que no sexo feminino, a maior predominância (24,5%) demorou entre 1 a 3 meses.

Relativamente ao facto de ainda continuarem à procura de emprego à data de resposta ao questionário (Janeiro de 2007), são as mulheres que mantêm uma taxa de desemprego mais alta (3,3%) enquanto que nos homens é apenas de 0,8%. Poderemos assim concluir que as mulheres terão mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho quando comparadas com os homens, o que confirma a esmagadora maioria dos estudos publicados anteriormente (Joy, 2000; Albert, 2000; Demeulemeester e Rochat, 2000; ODES, 2002; Teichler, 2002; Schomburg e Teichler, 2002; Mora, Vila e Garcia-Aracil, 2005, Alves, 2005 e OCDE, 2006).

Gráfico 4.5 – Tempo para obtenção do 1.º emprego por sexo



As variáveis Grande Grupo e tempo de espera para a obtenção do 1.º emprego apresentam relação estatisticamente significativa ($X^2 = 196,119$, $p = 0,000$). De todas as áreas, destaca-se a “Saúde e Protecção Social” com uma taxa de 68,2% de obtenção do 1.º emprego “em menos de 1 mês”. Aliás, este é o único grupo em que nenhum diplomado demorou mais do que 6 meses a encontrar o 1.º emprego, sugerindo assim que os diplomados da área da “Enfermagem” são os que mais rapidamente conseguem obter o 1.º emprego após a conclusão da licenciatura.

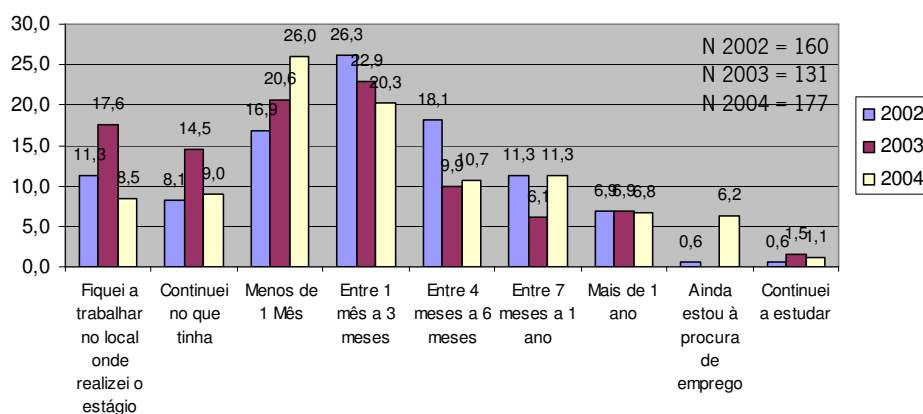
Podemos ainda concluir que ainda há diplomados à procura de emprego nas áreas “Agricultura”, “Serviços”, “Educação” e “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, sendo que a maior percentagem se verifica nos “Serviços”.

Quadro 4.21 – Tempo para obtenção do 1.º emprego por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Tempo de espera até 1.º emprego (%)								
		Fiquei a trabalhar onde realizei estágio	Continuei no emprego que tinha durante o curso	Menos de 1 Mês	Entre 1 mês a 3 meses	Entre 4 meses a 6 meses	Entre 7 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Ainda estou à procura	Continuei a estudar
Agricultura	95	17,9	13,7	16,8	16,8	14,7	9,5	5,3	2,1	3,2
Serviços	25	20,0	12,0	16,0	12,0	8,0	8,0	8,0	16,0	
Artes e Humanidades	8		50,0	25,0				12,5		12,5
Educação	132	2,3	2,3	13,6	31,1	20,5	15,9	12,1	2,3	
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	16,3	15,4	15,4	20,2	14,4	8,7	6,7	2,9	
Saúde e Protecção Social	44	4,5		68,2	25,0	2,3				
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	18,2	13,6	27,3	27,3	4,5	6,8	2,3		
Ciências, Matemática e Informática	16	25,0	18,8	12,5	25,0		12,5			6,3
Total tempo de espera do 1.º emprego	468	12,0	10,3	21,4	23,1	13,0	9,8	6,8	2,6	1,1

As variáveis *ano de conclusão do curso* e *tempo de espera para a obtenção do 1.º emprego* apresentam uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 36,054$, $p = 0,003$). Identifica-se que no ano de 2002 e de 2003 a maior incidência de obtenção de 1.º emprego se verificou “entre 1 a 3 meses” (26,3% e 22,9%), enquanto que no ano de 2004, a maior incidência se verificou na obtenção do 1.º emprego “em menos de 1 mês”. Verifica-se também que os que se diplomaram mais recentemente, em 2004, são os que mais continuam à procura de emprego (6,2%).

Gráfico 4.6 – Tempo para obtenção do 1.º emprego por ano de conclusão



Analisar até que ponto a obtenção de algum tipo de contacto com o mercado de trabalho durante o curso contribui ou não para uma colocação mais rápida no mercado de trabalho é um dado que poderá trazer informações importantes. Tendo em conta a relação existente entre a obtenção de uma ocupação profissional durante o curso e o tempo de inserção profissional no mercado de trabalho, os resultados obtidos evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 53,896$; $p = 0,000$). Ou seja, verifica-se que aqueles que obtiveram uma actividade profissional durante o curso, obtiveram colocação no mercado de trabalho mais rápida do que aqueles que não tiveram qualquer tipo de contacto com o mercado de trabalho.

Outro factor a ter em conta é saber até que ponto a média final de licenciatura é determinante para uma colocação no mercado de trabalho mais rápida. Com a aplicação do teste estatístico de qui quadrado ($X^2 = 78,119$, $p = 0,004$) os resultados obtidos evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa, ou seja, quanto mais elevada é a média final da licenciatura, menor tende a ser o período para a obtenção do primeiro emprego.

4.4.2. Forma de obtenção do 1.º emprego

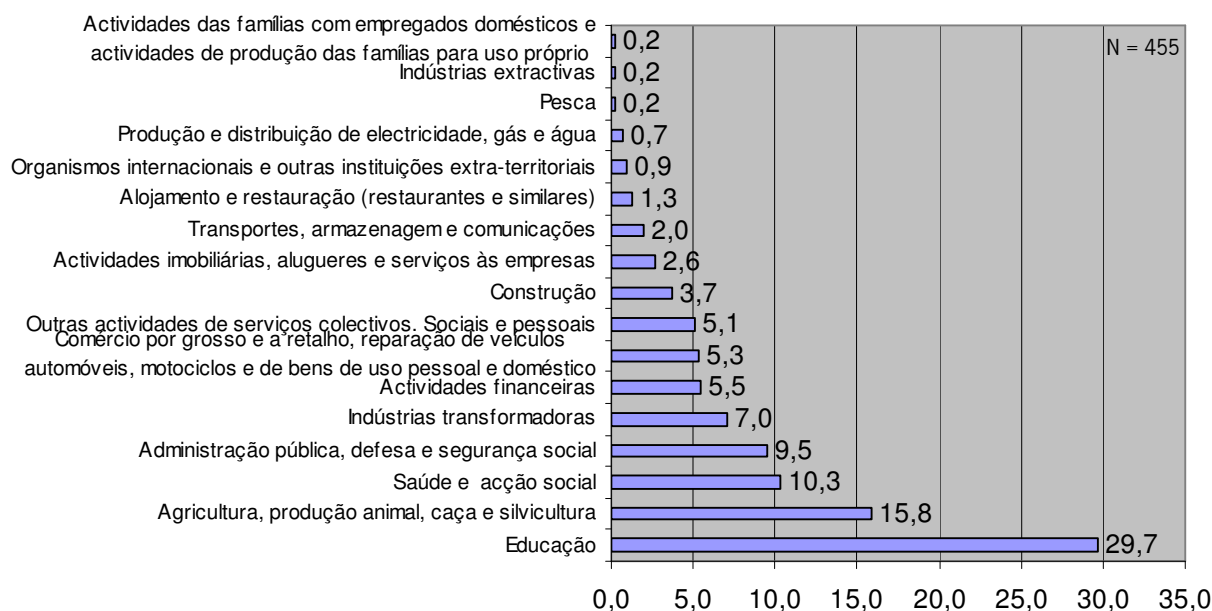
A estratégia com mais ênfase na obtenção do primeiro emprego foi através de candidatura espontânea (19,8%), logo seguida da ajuda de amigos com 16,9%. 0,4% dos licenciados mencionou outra forma além das apresentadas, tendo sido apontadas voluntariado no exército e na sequência de uma formação. Do total de inquiridos 2,8% (13) não responderam a esta questão, uma vez que ainda estavam à procura de emprego ou porque continuaram a estudar.

De mencionar a baixa taxa de diplomados que apostaram na implementação de actividade própria, ou seja, apenas 1,1%. Tendo em conta diversas dificuldades que se atravessam em termos de colocação no mercado de trabalho a aposta no empreendedorismo poderia ser uma mais valia profissional. A implementação de actividade própria verificou-se apenas nas áreas de “Agricultura”, “Educação”, “Ciências Sociais, Comércio e Direito” e “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”, mais especificamente no curso de Engenharia Civil. A implementação de actividade própria ocorreu apenas por diplomados do sexo masculino, não se tendo verificado nenhuma ocorrência por parte do sexo feminino.

4.4.3. Área de actividade do 1.º emprego

A área de actividade que mais diplomados recebeu como primeiro emprego foi a “Educação” com 29,7% e as áreas onde menos diplomados se inseriram foram “Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio”, “Indústrias extractivas” e “Pescas” com 0,2%.

Gráfico 4.7 – Área de actividade do 1.º emprego



4.4.4. Relação entre licenciatura e 1.º emprego

A conclusão de um curso de ensino superior pressupõe que o diplomado consiga ingressar no mercado de trabalho numa área que se encontre relacionada com a área do seu

curso. No entanto, esta situação nem sempre se verifica na realidade. No Instituto Politécnico de Castelo Branco, 81,3% dos diplomados obtiveram um 1.º emprego relacionado com a área de estudos, enquanto que 18,7% mencionou ter obtido um 1.º emprego fora da área da licenciatura.

Não existe diferença significativa entre o Grande Grupo e a relação licenciatura – 1.º emprego ($\chi^2 = 13,005$, $p = 0,072$). Apesar disso os diplomados da área de “Saúde e Protecção Social” são os que apresentam uma maior relação entre a licenciatura e o 1.º emprego com uma taxa de 95,5%. Já a área de “Educação” foi a área onde menos diplomados obtiveram um 1.º emprego na área do curso (75,2%).

Quadro 4.22 – Relação entre licenciatura e 1.º emprego por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Relação entre licenciatura e 1.º emprego (%)	
		Sim	Não
Agricultura	92	78,3	21,7
Serviços	21	81,0	19,0
Artes e Humanidades	8	87,5	12,5
Educação	129	75,2	24,8
Ciências Sociais, Comércio e Direito	101	80,2	19,8
Saúde e Protecção Social	44	95,5	4,5
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	88,6	11,4
Ciências, Matemática e Informática	16	93,8	6,3
Total relação licenciatura/ 1.º emprego	455	81,3	18,7

Analisando a relação entre a licenciatura e o 1.º emprego por sexo, os resultados não evidenciam uma relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 0,941$, $p = 0,332$). As diferenças entre sexos são apenas ligeiramente inferiores no sexo feminino. 84,1% dos diplomados do sexo masculino obtiveram o 1.º emprego na área da licenciatura, enquanto que o mesmo se verificou com 80,2% dos elementos do sexo feminino.

4.4.5. Modalidade de trabalho

86,8% dos diplomados obteve como 1.º emprego, um emprego a tempo inteiro, enquanto que 13,2% obteve emprego apenas a tempo parcial. Esta situação de emprego a tempo parcial é uma das situações que contribui para a precariedade do emprego e para que não se tenha uma situação estável.

As variáveis Grande Grupo e modalidade do 1.º emprego apresentam relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 27,313$, $p = 0,000$). Os diplomados que enfrentaram, em maior percentagem, condições de emprego a tempo parcial foram os diplomados da área de “Educação” com 24%, correspondente a 31 inquiridos. Esta situação poderá dever-se ao facto de quando se candidatam haver muitas escolas que apenas oferecem horários incompletos e com poucas horas de leccionação. Os diplomados da “Saúde e Protecção Social” são os que obtêm emprego a tempo parcial em menos percentagem, sendo que apenas um inquirido mencionou obter esta modalidade do 1.º emprego.

Quadro 4.23 – Modalidade do 1.º emprego por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Modalidade 1.º emprego (%)	
		Tempo parcial	Tempo inteiro
Agricultura	92	14,1	85,9
Serviços	21	9,5	90,5
Artes e Humanidades	8	25,0	75,0
Educação	129	24,0	76,0
Ciências Sociais, Comércio e Direito	101	4,0	96,0
Saúde e Protecção Social	44	2,3	97,7
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	13,6	86,4
Ciências, Matemática e Informática	16	6,3	93,8
Total modalidade 1.º emprego	455	13,2	86,8

Analisando a modalidade de trabalho em relação ao sexo, a relação existente entre estas variáveis não é estatisticamente significativa ($\chi^2 = 0,627$, $p = 0,428$).

4.4.6. Tipo de vínculo

À semelhança das modalidades de trabalho, também o tipo de vínculo laboral pode ser indicador de precariedade ou estabilidade profissional. A grande maioria dos diplomados obteve um contrato de trabalho a termo certo (50,7%), enquanto que apenas 17% obteve contrato a tempo indeterminado e 3,3% contrato administrativo de provimento (Administração Pública). Analisando todas as situações prevalece a situação de maior instabilidade no local de trabalho.

De destacar que 4,2% dos diplomados referiram outro tipo de vínculo, tais como: bolsheiro de investigação, efectivo, sem contrato, sócio gerente e trabalhador independente.

As variáveis tipo de vínculo e Grande Grupo apresentam relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 102,474$, $p = 0,000$). Verifica-se que o contrato a termo certo é aquele que é

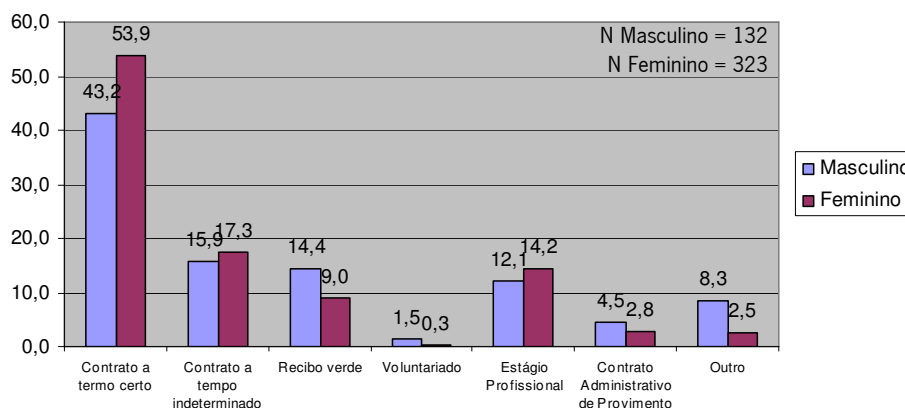
comum a todas as áreas, destacando-se mais na “Saúde e Protecção Social”. O voluntariado é aquele que é menos comum, verificando-se apenas na “Agricultura”, “Educação” e “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”.

Quadro 4.24 – Tipo de vínculo por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Tipo de vínculo (%)						
		Contrato a termo certo	Contrato a tempo indeterminado	Recibo verde	Voluntariado	Estágio Profissional	Contrato Administrativo de Provimento	Outro
Agricultura	92	33,0	18,7	20,9	1,1	13,2	2,2	11,0
Serviços	21	52,4	4,8	19,0		23,8		
Artes e Humanidades	8	50,0		12,5		12,5	25,0	
Educação	129	63,6	10,9	8,5	0,8	12,4	1,6	2,3
Ciências Sociais, Comércio e Direito	101	44,6	21,8	3,0		21,8	5,0	4,0
Saúde e Protecção Social	44	72,7	25,0				2,3	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	38,6	27,3	13,6	2,3	9,1	4,5	4,5
Ciências, Matemática e Informática	16	56,3		25,0		12,5	6,3	
Total tipo de vínculo	455	50,7	17,0	10,6	0,7	13,7	3,3	4,2

Analisando as variáveis tipo de vínculo e sexo, os resultados obtidos evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 15,645$, $p = 0,016$). Consta-se que os diplomados de ambos os sexos celebram em maior percentagem contratos a termo certo, apesar dos diplomados do sexo feminino obterem maior percentagem (53,9%). Já a recibos verdes, voluntariado, contrato administrativo de provimento e outros tipos de vínculo, são os diplomados do sexo masculino que obtêm em maior percentagem estes tipos de vínculos.

Gráfico 4.8 – Tipo de vínculo por sexo



4.4.7. Tipo de organização do 1.º emprego

O sector privado é aquele que mais diplomados recebe em 1.º emprego (52,3%), logo seguido do sector público com 42,4%. Apenas uma pequena percentagem (1,5%) se instalou por conta própria. Relativamente a outro tipo de organização, 3,7% dos diplomados mencionou Associações, Cooperativas, Entidades Públicas Empresariais (EPE), Instituições Públicas de Solidariedade Social (IPSS) e Organizações Não Governamentais (ONG).

Relativamente às variáveis Grande Grupo e tipo de organização do 1.º emprego, os resultados obtidos evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 60,764$, $p = 0,000$). Os diplomados que se inseriram no sector público em maior percentagem foram das áreas de “Educação” (51,2%), “Saúde e Protecção Social” (65,9%) e “Ciências, Matemática e Informática” (81,3%). Já os diplomados da área de “Ciências Sociais, Comércio e Direito” obtiveram emprego em maior percentagem no sector privado. Os diplomados que mais se instalaram por conta própria foram das áreas de “Agricultura” e de “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”.

Quadro 4.25 – Tipo de organização do 1.º emprego por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Tipo de organização (%)			
		Pública	Privada	Por conta própria	Outra
Agricultura	92	28,3	65,2	3,3	3,3
Serviços	21	42,9	52,4		4,8
Artes e Humanidades	8	37,5	62,5		
Educação	129	51,2	40,3	0,8	7,8
Ciências Sociais, Comércio e Direito	101	28,7	69,3	2,0	
Saúde e Protecção Social	44	65,9	27,3		6,8
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	40,9	56,8	2,3	
Ciências, Matemática e Informática	16	81,3	18,8		
Total tipo de organização	455	42,4	52,3	1,5	3,7

4.5. Mobilidade no trabalho

Nem sempre o 1.º emprego após licenciatura é o emprego que se mantém ao longo da vida. 52,5% dos diplomados afirmou ter tido mais que um emprego, mesmo tendo essa mudança ocorrido para empregos na mesma área de actividade (60% dos que mudaram de emprego).

4.5.1. Razões para a mudança de emprego

As principais razões apontadas para a mudança de emprego foram a não renovação do contrato (35,6%) e o facto de se procurar um emprego mais compatível com a licenciatura (21,3%). O despedimento foi a razão que menos se verificou, apenas 1,9%. Foram ainda apresentadas outras razões para a mudança de emprego (10,5%), tais como: acumulação de funções, aquisição de novos conhecimentos e novas experiências, concretização pessoal, criação do próprio negócio, doença, emigração, duplo emprego, gosto pela variedade, insatisfação, ingressar nos quadros da Administração Pública, maior estabilidade, melhores condições, progressão na carreira, proximidade da área de residência e transferência. Baixa remuneração foi mencionado por 12,7% dos diplomados, melhor ambiente de trabalho por 8,2%, mudanças de residência por 5,6% e fim da actividade da empresa por 4,1%.

4.5.2. Número de vezes desempregado

A maioria dos diplomados não passou pela situação de desemprego após conclusão da licenciatura (64,2%), enquanto que 21,3% enfrentaram a situação de desemprego pelo menos uma vez, 8,8% duas vezes e 5,7% três ou mais vezes viram-se em situação de desemprego.

As variáveis Grande Grupo e número de vezes desempregado apresentam relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 87,473$, $p = 0,000$). Apesar de em todos os Grandes Grupos, a predominância apontar para nenhuma vez em situação de desempregado, a área de “Saúde e Protecção Social” é a área onde os diplomados não enfrentaram o desemprego em maior percentagem (95,5%). A “Educação” é a área que parece representar maior instabilidade, uma vez que é onde maior número de diplomados afirma ter enfrentado o desemprego três ou mais vezes após a conclusão do seu curso.

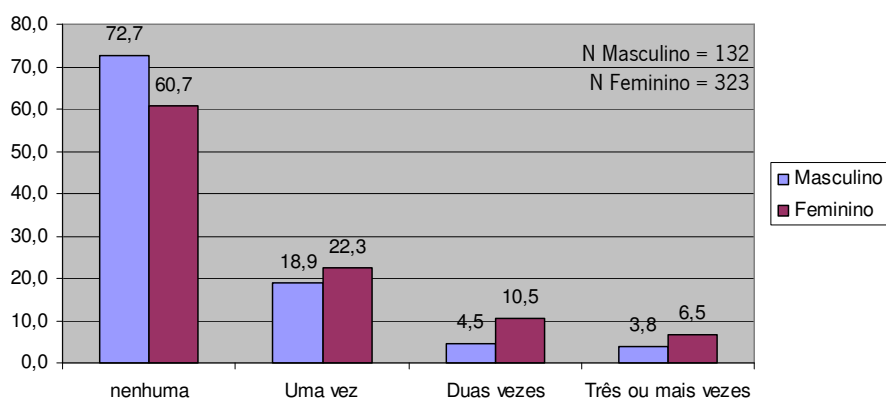
Quadro 4.26 – Número de vezes desempregado por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Número de vezes desempregado depois do 1.º emprego pós licenciatura (%)			
		Nenhuma	Uma vez	Duas vezes	Três ou mais vezes
Agricultura	92	65,2	26,1	4,3	4,3
Serviços	21	61,9	28,6	9,5	
Artes e Humanidades	8	87,5			12,5
Educação	129	38,0	29,5	20,2	12,4
Ciências Sociais, Comércio e Direito	101	71,3	19,8	5,9	3,0
Saúde e Protecção Social	44	95,5		2,3	2,3
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	81,8	13,6	2,3	2,3
Ciências, Matemática e Informática	16	81,3	18,8		
Total vezes desempregado	455	64,2	21,3	8,8	5,7

Entre as variáveis número de vezes desempregado e sexo, os resultados obtidos evidenciam uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 7,633$, $p = 0,054$). Verifica-se que os diplomados do sexo masculino são aqueles que menos encararam o desemprego (72,7%) enquanto que no sexo feminino esta percentagem é ligeiramente inferior (60,7%).

Assim, poderemos concluir que os diplomados do sexo feminino, nesta variável e à semelhança de outras, enfrentam mais vezes o desemprego após a conclusão do curso.

Gráfico 4.9 – Número de vezes desempregado por sexo



4.6. Situação profissional

Analisando a situação profissional dos diplomados dos anos de 2002, 2003 e 2004, à data da recepção dos questionários, verifica-se que 83,3% dos diplomados está empregado, 14,7% encontra-se em situação de desemprego e uma pequena percentagem (2%) encontra-se a frequentar formação.

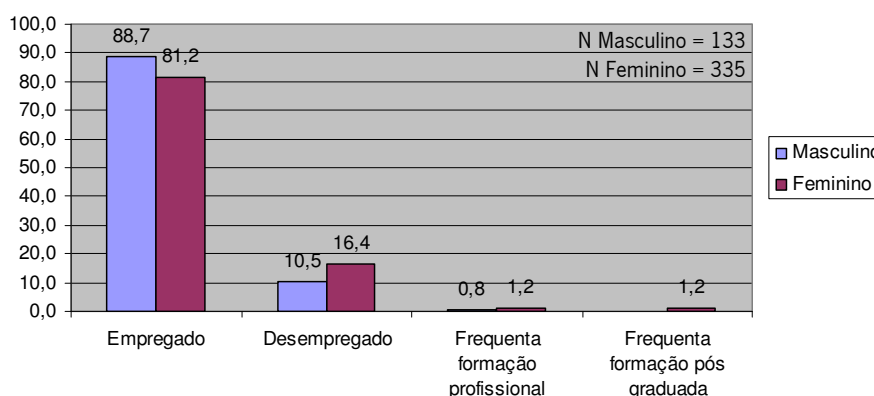
As variáveis Grande Grupo e situação profissional apresentam relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 76,997$, $p = 0,000$). Os diplomados de “Saúde e Protecção Social” são os únicos que se encontram todos em situação de emprego. Já em relação ao desemprego, é a área de “Educação” que maior percentagem de desemprego apresenta (33,3%).

Quadro 4.27 – Situação profissional por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Situação profissional actual (%)			
		Empregado	Desempregado	Frequenta formação profissional	Frequenta formação pós graduada
Agricultura	95	88,4	9,5	1,1	1,1
Serviços	25	76,0	20,0	4,0	
Artes e Humanidades	8	87,5			12,5
Educação	132	63,6	33,3	1,5	1,5
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	91,3	7,7	1,0	
Saúde e Protecção Social	44	100,0			
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	95,5	4,5		
Ciências, Matemática e Informática	16	93,8	6,3		
Total situação profissional	468	83,3	14,7	1,1	0,9

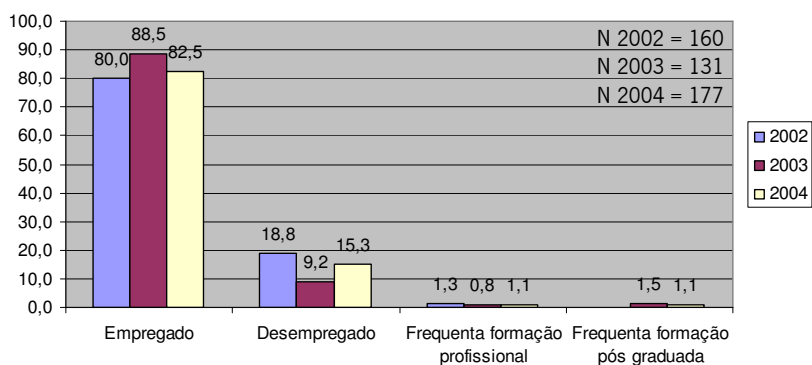
A relação existente entre a variável sexo e situação profissional não é estatisticamente significativa ($\chi^2 = 4,651$, $p = 0,199$). No entanto, e apesar dessa relação não ser estatisticamente significativa na nossa amostra, a maior taxa de desemprego verifica-se nos diplomados do sexo feminino com 16,4%, enquanto que nos diplomados do sexo masculino esta taxa é de 10,5%. A acrescentar a este dado, de mencionar que a frequência de formação profissional é maior no sexo feminino e a frequência de formação pós graduada apenas se verifica no sexo feminino.

Gráfico 4.10 – Situação profissional por sexo



Analisando a situação profissional dos diplomados por ano de conclusão, os resultados obtidos não evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 7,586$, $p = 0,270$). No entanto verifica-se um dado interessante. Ao contrário do que, em princípio, seria de esperar, não são os diplomados que terminaram o curso há mais tempo que obtêm maior taxa de emprego. Perante o universo em análise, os diplomados que terminaram o curso em 2002, são os que enfrentam maior taxa de desemprego (18,8%) e os que enfrentam menor taxa de desemprego são os diplomados de 2003 (9,2%).

Gráfico 4.11 – Situação profissional por ano de conclusão do curso



Observando os dados em relação à situação profissional por áreas de educação e formação, os resultados obtidos evidenciam a existência de uma relação com significado estatístico ($X^2 = 128,936$, $p = 0,000$). Verifica-se que, em todos os anos, é na “Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)” que se observam maior número de desempregados.

Quadro 4.28 – Situação profissional por ano de conclusão do curso e por área de educação e formação

Ano de Conclusão do Curso	Áreas de Educação e Formação	Situação profissional (N)				Total
		Empregado	Desempregado	Frequenta formação profissional	Frequenta formação pós graduada	
2002	Produção Agrícola e Animal	26	2	1		29
	Silvicultura e Caça	9	1			10
	Tecnologia de Protecção do Ambiente	13				13
	Formação de Educadores de Infância	5	6			11
	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	26	15	1		42
	Contabilidade e Fiscalidade	19				19
	Secretariado e Trabalho Administrativo	11	4			15
	Metalurgia e Metalomecânica	3	1			4
	Electrónica e Automação	5				5
	Construção Civil e Engenharia Civil	7	1			8
	Ciências Informáticas	4				4
Total	128	30	2		160	
2003	Produção Agrícola e Animal	13	1			14
	Silvicultura e Caça	8	2			10
	Tecnologia de Protecção do Ambiente	2	1	1		4
	Formação de Educadores de Infância	7	1		1	9
	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	13	6		1	20
	Contabilidade e Fiscalidade	29	1			30
	Secretariado e Trabalho Administrativo	7				7
	Enfermagem	19				19
	Metalurgia e Metalomecânica	4				4
	Electrónica e Automação	5				5
	Construção Civil e Engenharia Civil	3				3
	Ciências Informáticas	6				6
Total	116	12	1	2	131	
2004	Produção Agrícola e Animal	21	3		1	25
	Silvicultura e Caça	7				7
	Tecnologia de Protecção do Ambiente	4	4			8
	Artes do Espectáculo	1			1	2
	Audiovisuais e Produção dos Media	6				6
	Formação de Educadores de Infância	11	2			13
	Formação de Professores do Ensino Básico (1.º e 2.º Ciclos)	22	14	1		37
	Contabilidade e Fiscalidade	20	2	1		23
	Secretariado e Trabalho Administrativo	9	1			10
	Enfermagem	25				25
	Metalurgia e Metalomecânica	1				1
	Electrónica e Automação	7				7
	Construção Civil e Engenharia Civil	7				7
	Ciências Informáticas	5	1			6
Total	146	27	2	2	177	

4.6.1. Meio de subsistência e estratégias dos desempregados

A conclusão do curso de ensino superior pode ser esperada com alguma expectativa uma vez que pode ser a partir desse momento que se pode ganhar alguma independência económica. Para aqueles que enfrentam o desemprego esta situação não se verifica. Antes pelo contrário, 46,6% dos 69 diplomados desempregados assegura a sua subsistência com o apoio da família, 42% através do subsídio de desemprego, 8% recorrendo a rendimentos próprios, 2,3% através do rendimento social de inserção e 1,1% através de outras formas, tais como bolsa de estudo.

Várias são as estratégias que podem ser utilizadas para fazer face ao desemprego e encontrar uma colocação no mercado de trabalho. A maior parte dos desempregados recorre à inscrição no Centro de Emprego (38,7%) e a respostas a anúncios (33,1%). Outras estratégias são utilizadas tais como, candidatura espontânea (16,9%), colocação de anúncio e contactos familiares e amizade (3,5% cada), contactos com gabinete de saídas profissionais (1,4%) e 2,1% recorreu a outro tipo de estratégias. Uma pequena minoria (0,7%) solicitou informações para abertura de negócio próprio.

4.6.2. Situação profissional dos empregados

A maioria (57,7%) dos diplomados empregados mantém a mesma situação profissional do 1.º emprego após a licenciatura. Na maioria do Grande Grupo a tendência é para manter a mesma situação profissional do 1.º emprego após a licenciatura. O inverso verifica-se em “Serviços”, onde 73,7% dos diplomados tem uma situação profissional diferente, na “Agricultura” (51,2%) e “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” (52,4%). Do total de inquiridos, 165 diplomados (42,3%) afirmaram ter uma situação profissional diferente do 1.º emprego. Estes resultados evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 29,672$, $p = 0,000$).

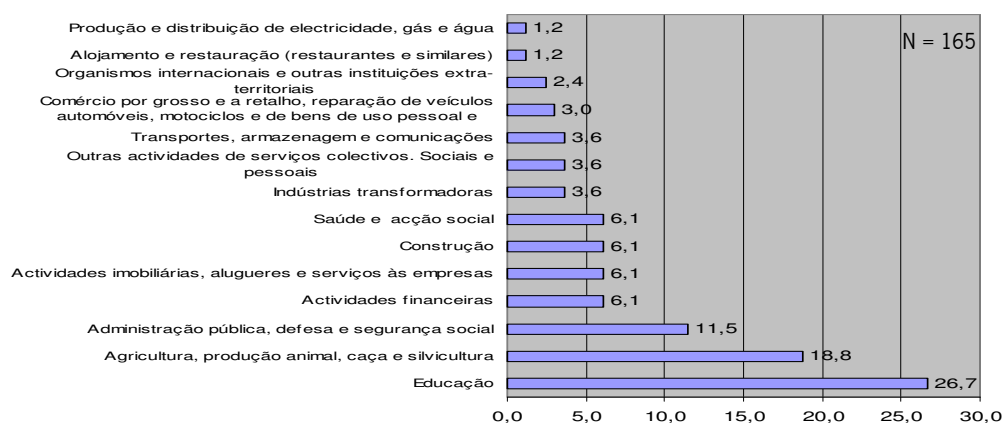
Quadro 4.29 – Situação face ao 1.º emprego por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Mesma situação profissional do 1.º emprego pós licenciatura (%)	
		Sim	Não
Agricultura	84	48,8	51,2
Serviços	19	26,3	73,7
Artes e Humanidades	7	85,7	14,3
Educação	84	53,6	46,4
Ciências Sociais, Comércio e Direito	95	64,2	35,8
Saúde e Protecção Social	44	84,1	15,9
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	42	47,6	52,4
Ciências, Matemática e Informática	15	66,7	33,3
Total mesma situação profissional	390	57,7	42,3

Os diplomados que mencionaram ter uma situação profissional diferente da que tinham aquando do 1.º emprego após a conclusão da licenciatura, obtiveram o actual emprego principalmente através de amigos (20%), seguido de concurso público (19,4%). Além destas duas formas, 18,8% mencionaram através de anúncio de oferta de emprego, 17% através de candidatura espontânea, 6,7% através de familiares, 6,1% na sequência de um estágio, 4,8% através de implementação de actividade própria e 4,2% através do Centro de Emprego. Através de anúncios afixados na escola e de outras formas não mencionadas (1,2% ambos) e em menor percentagem (0,6%) mantiveram o emprego que tinham durante o curso.

Do total dos diplomados que mudaram de emprego, a grande maioria continua na “Educação”, logo seguida da “Agricultura, produção animal, caça e silvicultura”. A “Administração pública, defesa e segurança social” é o terceiro grupo que maior número de diplomados acolhe (11,5%).

Gráfico 4.12 – Área de actividade dos que mudaram de actividade profissional



Ao contrário do que acontecia no 1.º emprego, dos diplomados que entretanto mudaram de emprego, verifica-se que na “Saúde e Protecção Social”, “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” e “Ciências, Matemática e Informática”, a totalidade destes desenvolve uma actividade relacionada com a licenciatura obtida. No geral, a maioria desenvolve uma actividade relacionada com a sua licenciatura (79,4%).

Quadro 4.30 – Relação entre licenciatura e actividade actual por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Relação entre licenciatura e actividade actual (%)	
		Sim	Não
Agricultura	43	74,4	25,6
Serviços	14	64,3	35,7
Artes e Humanidades	1	100,0	
Educação	39	76,9	23,1
Ciências Sociais, Comércio e Direito	34	73,5	26,5
Saúde e Protecção Social	7	100,0	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	22	100,0	
Ciências, Matemática e Informática	5	100,0	
Total relação licenciatura/ actividade actual	165	79,4	20,6

Analisando a relação do actual emprego com a área da licenciatura por sexo, verifica-se que dos diplomados que mudaram de situação profissional, são os diplomados do sexo masculino (85,7%) que mais trabalham na área da licenciatura, embora a diferença percentual entre sexos não seja muito elevada (76,7% para os diplomados do sexo feminino). Os resultados obtidos não evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 1,702$, $p = 0,192$).

Dos diplomados que obtiveram uma situação profissional diferente do 1.º emprego, 92,1% obtêm emprego a tempo inteiro. De destacar que em todos os grupos o emprego a tempo inteiro é de 100%, à excepção da “Agricultura” (93%) e da “Educação” (74,4%).

Analisando os dados em relação ao sexo, também nesta variável, são os diplomados do sexo masculino que obtêm maior emprego a tempo inteiro (95,9%), embora a diferença percentual dos diplomados do sexo feminino (90,5%) seja pouco significativa.

À semelhança do 1.º emprego, também no actual emprego e em relação aos diplomados que têm uma situação profissional diferente do 1.º emprego, a maior percentagem verifica-se nos contratos a termo certo, seguidos dos contratos a tempo indeterminado.

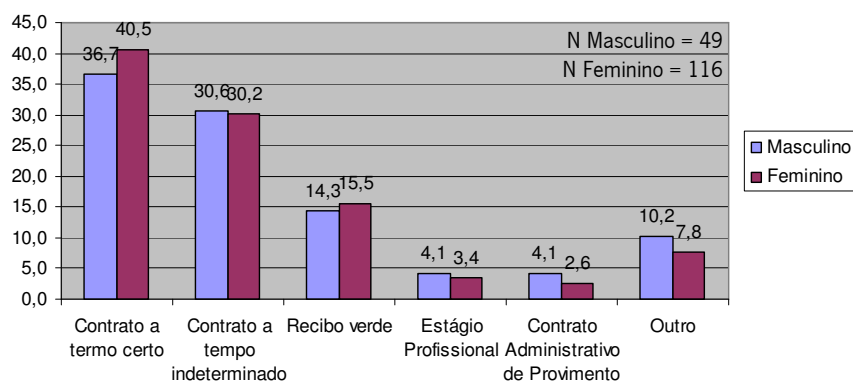
A relação existente entre as variáveis tipo de vínculo do actual emprego e Grande Grupo não é estatisticamente significativa ($X^2 = 45,245$, $p = 0,115$). Podemos no entanto observar que o contrato a termo certo é tido pela maioria dos diplomados da “Agricultura”, “Serviços”, “Educação”, “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” e “Ciências, Matemática e Informática”. Na “Saúde e Protecção Social” a maior percentagem de contratos celebrados são os contratos a tempo indeterminado (71,4%), enquanto que nas “Ciências Sociais, Comércio e Direito” a incidência se verifica de igual forma nos contratos a termo certo e nos contratos a tempo indeterminado.

Quadro 4.31 – Tipo de vínculo do actual emprego por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Tipo de vínculo (%)					
		Contrato a termo certo	Contrato a tempo indeterminado	Recibo verde	Estágio Profissional	Contrato Administrativo de Provimento	Outro
Agricultura	43	37,2	27,9	25,6	7,0		2,3
Serviços	14	57,1	21,4		7,1		14,3
Artes e Humanidades	1	100,0					
Educação	39	35,9	25,6	28,2	2,6		7,7
Ciências Sociais, Comércio e Direito	34	38,2	38,2		2,9	8,8	11,8
Saúde e Protecção Social	7	28,6	71,4				
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	22	40,9	27,3	13,6		4,5	13,6
Ciências, Matemática e Informática	5	40,0	20,0			20,0	20,0
Total tipo de vínculo	165	39,4	30,3	15,2	3,6	3,0	8,5

Em relação ao tipo de vínculo por sexo, os resultados obtidos não evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 0,697$, $p = 0,983$). O tipo de vínculo é muito semelhante entre o sexo masculino e o sexo feminino.

Gráfico 4.13 – Tipo de vínculo do actual emprego por sexo



O sector privado é aquele que mais diplomados acolhe (55,8%) e apenas uma pequena percentagem se instalou por conta própria (6,1%).

Os resultados obtidos entre as variáveis Grande Grupo e tipo de organização do actual emprego não evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa. No entanto, é de destacar que os diplomados que mudaram de emprego das “Ciências, Matemática e Informática” se encontram todos no sector público. Apenas nas “Artes e Humanidades”, “Saúde e Protecção Social” e “Ciências, Matemática e Informática” nenhum diplomado obteve emprego por conta própria.

Quadro 4.32 – Tipo de organização do actual emprego por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Tipo de organização (%)			
		Pública	Privada	Por conta própria	Outra
Agricultura	43	34,9	55,8	4,7	4,7
Serviços	14	50,0	35,7	7,1	7,1
Artes e Humanidades	1		100,0		
Educação	39	33,3	59,0	5,1	2,6
Ciências Sociais, Comércio e Direito	34	29,4	64,7	5,9	
Saúde e Protecção Social	7	71,4	28,6		
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	22	18,2	68,2	13,6	
Ciências, Matemática e Informática	5	100,0			
Total tipo de organização	165	35,8	55,8	6,1	2,4

Questionados acerca de há quanto tempo mantinham o emprego actual, a grande maioria mencionou “há mais de um ano” (58,8%), 13,9% “entre 7 a 12 meses”, 12,7% “entre 1 a 3 meses” e 10,3% “entre 4 a 6 meses”. Uma pequena minoria (4,2%) mencionou a opção “há menos de um mês”.

4.6.3. Vencimento ilíquido

O rendimento mensal é um dos aspectos que contribui para uma determinada satisfação no trabalho. Os valores onde se regista uma maior incidência são entre 751€ e 1000€ (27,9%) e entre 1001€ e 1250€ (26,2%). No topo e com vencimentos superiores a 1500€ observam-se 6,4% dos diplomados e apenas 1,8% mencionou receber menos que o Salário Mínimo Nacional (SMN).

Analisando os dados por grande grupo verifica-se uma relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 133,107$, $p = 0,000$). Nas “Artes e Humanidades” 28,6% dos diplomados

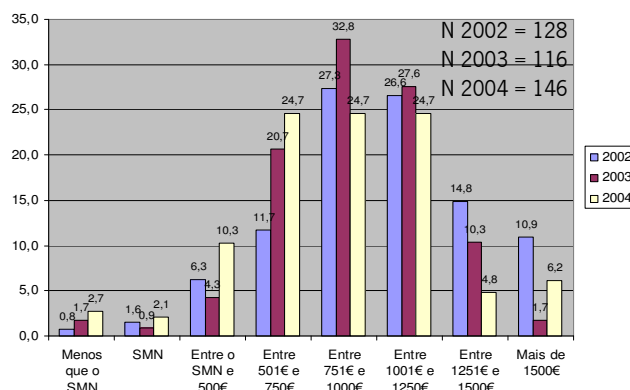
recebem mais de 1500€ (embora este valor não seja representativo, uma vez que diz respeito apenas a dois diplomados) e nas “Ciências, Matemática e Informática” 20% recebem o mesmo. As áreas onde se verificou que os diplomados recebem menos que o SMN foram apenas duas, “Educação” e “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”.

Quadro 4.33 – Vencimento ilíquido mensal por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Vencimento ilíquido mensal (%)							
		Menos que o SMN	SMN	Entre o SMN e 500€	Entre 501€ e 750€	Entre 751€ e 1000€	Entre 1001€ e 1250€	Entre 1251€ e 1500€	Mais de 1500€
Agricultura	84		2,4	6,0	19,0	35,7	20,2	10,7	6,0
Serviços	19			10,5	21,1	15,8	26,3	15,8	10,5
Artes e Humanidades	7		14,3		14,3	14,3	14,3	14,3	28,6
Educação	84	7,1	2,4	11,9	27,4	22,6	23,8	3,6	1,2
Ciências Sociais, Comércio e Direito	95		1,1	9,5	25,3	33,7	15,8	10,5	4,2
Saúde e Protecção Social	44					31,8	65,9	2,3	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	42	2,4		4,8	11,9	14,3	26,2	21,4	19,0
Ciências, Matemática e Informática	15				13,3	26,7	26,7	13,3	20,0
Total vencimento	390	1,8	1,5	7,2	19,2	27,9	26,2	9,7	6,4

Observando os dados relativos ao vencimento ilíquido por ano de conclusão do curso, estes evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 28,590$, $p = 0,012$). Verifica-se que os diplomados do ano de 2002 são os que em maior quantidade recebem mais de 1251€. Provavelmente tal situação poderá dever-se à progressão na carreira e aos aumentos salariais, uma vez que são os diplomados que há mais tempo ingressaram no mercado de trabalho. Por outro lado, os diplomados de 2004, são aqueles que em maior percentagem recebem vencimentos mais baixos.

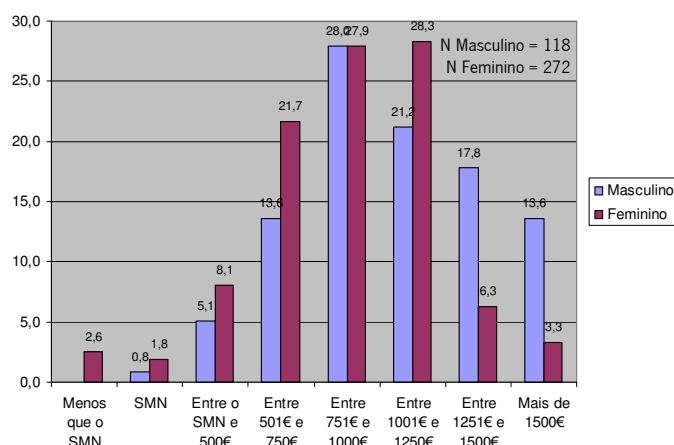
Gráfico 4.14 – Vencimento ilíquido mensal por ano de conclusão do curso



As diferenças remuneratórias à semelhança de outras variáveis beneficiam mais os diplomados do sexo masculino do que os diplomados do sexo feminino ($\chi^2 = 33,773$, $p = 0,000$), situação que é também comprovada por múltiplos estudos (Joy, 2000; Demeulemeester e Rochat, 2000; ODES, 2002; Teichler, 2002; Schomburg e Teichler, 2002; Romão, 2004; Mora, Vila e Garcia-Aracil, 2005 e OCDE, 2006). Os vencimentos mais elevados (a partir de 1251€) são auferidos em maior percentagem pelos diplomados do sexo masculino, isto é, enquanto que 13% dos diplomados do sexo masculino recebem mais de 1500€, apenas 3,3% dos diplomados do sexo feminino recebem os mesmos 1500€ e o mesmo contraste se verifica no vencimento entre 1251€ e 1500€ (17,8% e 6,3% respectivamente).

Podemos também observar que os diplomados do sexo feminino são os únicos que recebem vencimentos inferiores ao SMN.

Gráfico 4.15 – Vencimento líquido mensal por sexo



4.6.4. Outras regalias além do vencimento

Além do vencimento mensal, há diversas empresas e instituições que atribuem aos seus funcionários outros tipos de regalias que eventualmente em algumas situações poderão colmatar os salários mais baixos. Assim, dos diplomados respondentes, 60,3% afirmou não obter qualquer tipo de regalia adicional, além do seu vencimento. 15,9% mencionaram ter telemóvel de serviço, 9,7% dispõem de carro de serviço, 5,7% mencionaram obter descontos, 5,5% outras regalias que não as mencionadas e 2,9% mencionaram comissão de vendas.

Além das regalias mencionadas no questionário foram apontadas ajudas de custo, despesas (até 110€), habitação, incentivos, lucros, oferta de produtos, percentagem de cobrança, prémios de produtividade, refeições, seguro de saúde e subsídio de transporte.

4.6.5. Grau de satisfação face à actividade profissional

Questionados acerca do grau de satisfação em relação ao emprego que mantinham aquando do preenchimento do questionário, a maior incidência obteve-se no “Satisfeito” (43,1%), logo seguido do “Muito Satisfeito” com 36,4%. Apenas 5,6% mencionaram estar “Completamente Satisfeito” e 2,8% estar insatisfeitos perante o emprego. 12,1% mencionaram estar pouco satisfeitos com a actividade profissional actual.

4.7. Actividade profissional secundária

Além da actividade profissional principal, 86 diplomados (22,1%) afirmou desenvolver uma actividade profissional secundária. A relação existente entre a variável Grande Grupo e a variável obtenção de uma actividade profissional secundária não é estatisticamente significativa ($\chi^2 = 8,484$, $p = 0,292$). No entanto, podemos verificar que as áreas onde maior percentagem de diplomados exerce uma actividade profissional secundária é a “Saúde e Protecção Social” com 31,8% e “Serviços” com 31,6%. Por outro lado a área de “Educação” é onde menos diplomados exercem uma segunda actividade (15,5%).

Quadro 4.34 – Actividade profissional secundária por Grande Grupo

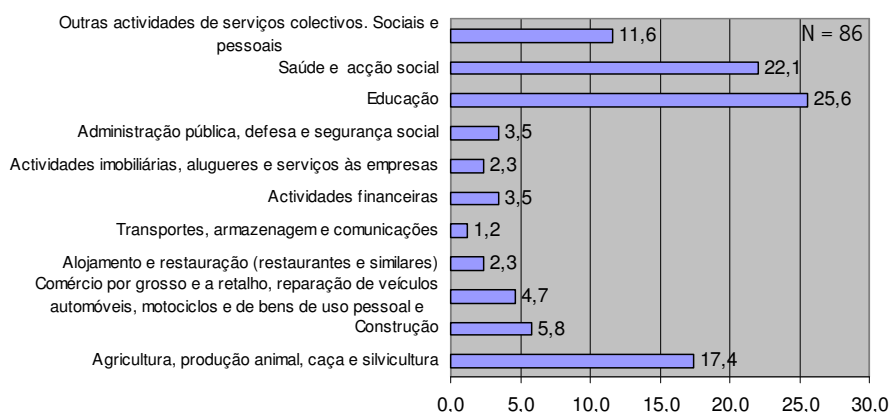
Grande Grupo	N	Actividade profissional secundária (%)	
		Sim	Não
Agricultura	84	17,9	82,1
Serviços	19	31,6	68,4
Artes e Humanidades	7	42,9	57,1
Educação	84	15,5	84,5
Ciências Sociais, Comércio e Direito	95	24,2	75,8
Saúde e Protecção Social	44	31,8	68,2
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	42	21,4	78,6
Ciências, Matemática e Informática	15	20,0	80,0
Total actividade secundária	390	22,1	77,9

Relativamente ao sexo, os diplomados do sexo masculino são aqueles que mais exercem actividade profissional secundária (29,7%) enquanto que apenas 18,8% dos diplomados do sexo feminino exercem tal actividade ($X^2 = 5,700$, $p = 0,017$).

O facto de obter uma actividade profissional secundária não significa que essa actividade seja desempenhada diariamente. 66,3% dos inquiridos dedicam-se à actividade secundária apenas uma a duas vezes por semana, 20,9% todos os dias, 11,6% uma a duas vezes por mês enquanto que apenas 1 diplomado (1,2%) mencionou que se dedica a actividade secundária de forma sazonal.

A “Educação” é a área de actividade que mais diplomados absorve enquanto segunda actividade profissional (25,6%) logo seguida da “Saúde e Protecção Social” com 22,1%. A área de actividade onde menos diplomados desenvolvem uma 2.ª actividade é a área dos “Transportes, Armazenagem e Comunicações”.

Gráfico 4.16 – Área de actividade da 2.ª ocupação



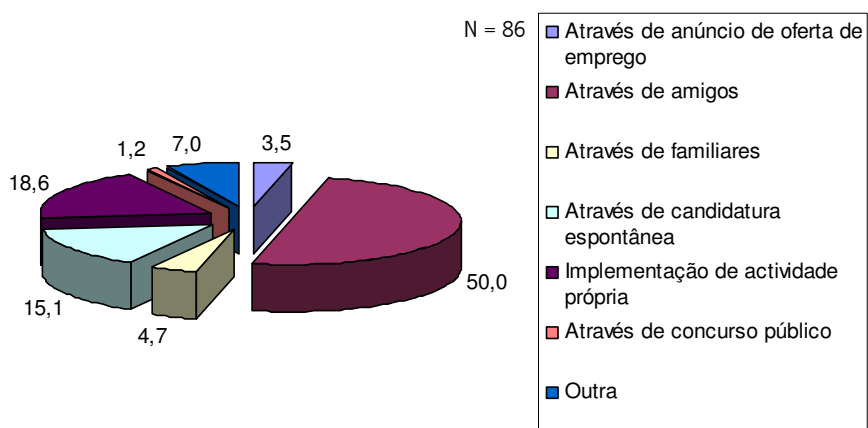
Analisando os dados relativos ao tipo de organização da 2.ª actividade profissional, a maioria (52,3%) trabalha no sector privado, seguido de 30,2% que trabalham por conta própria, 15,1% em instituições públicas e 2,3% noutro tipo de organizações como Associações Desportivas e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Relativamente ao tipo de vínculo da 2.ª actividade profissional, a grande maioria encontra-se a recibo verde (60,5%), seguido de trabalhador por conta própria com 16,3%. A exercer trabalho de voluntariado encontram-se 8,1%, enquanto que 7% têm um contrato a tempo indeterminado. 5,8% mencionaram outro tipo de vínculo, tais como membro eleito de autarquia e part-time e 2,3% mencionaram contrato a termo certo.

Questionados sobre as razões para exercerem uma actividade profissional secundária, uma grande percentagem (77,9%) mencionou obter uma 2.ª actividade de forma a poder obter mais rendimentos. Obter mais experiência foi mencionado por 8,1%, por satisfação pessoal (11,6%) e 2,3% por risco de perder o emprego principal.

Metade dos diplomados mencionou que obteve a actividade profissional secundária através de amigos, enquanto que uma pequena minoria (1,2%) mencionou através de concurso público.

Gráfico 4.17 – Forma de obtenção da 2.ª actividade



Tendo em conta que uma grande percentagem dos diplomados mencionou possuir uma segunda actividade profissional para obter mais rendimentos, torna-se importante analisar qual o vencimento desta segunda actividade. A grande maioria recebe menos que o Salário Mínimo Nacional (51,2%) enquanto que apenas 1,2% recebem mais de 1500€.

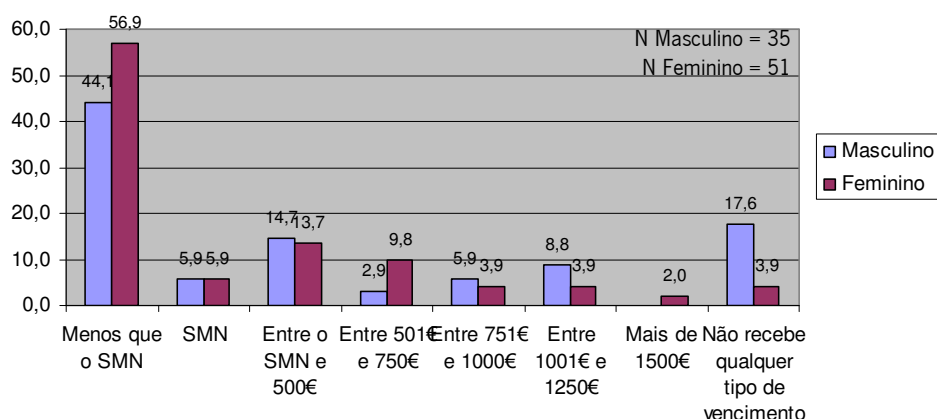
Analisando a variável vencimento da segunda actividade e a variável Grande Grupo, os resultados obtidos evidenciam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 71,390$, $p = 0,020$). Verifica-se que a área onde existe um maior pagamento da segunda actividade é a “Agricultura”.

Quadro 4.35 – Vencimento ilíquido mensal da actividade secundária por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Vencimento ilíquido mensal da actividade secundária (%)							
		Menos que o SMN	SMN	Entre o SMN e 500€	Entre 501€ e 750€	Entre 751€ e 1000€	Entre 1001€ e 1250€	Mais de 1500€	Não recebe qualquer tipo de vencimento
Agricultura	15	46,7	13,3		6,7		6,7	6,7	20,0
Serviços	6	66,7		16,7	16,7				
Artes e Humanidades	3			100,0					
Educação	13	69,2		7,7		15,4			7,7
Ciências Sociais, Comércio e Direito	23	69,2		7,7		15,4			7,7
Saúde e Protecção Social	14	35,7	14,3	14,3	14,3		21,4		
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	9	22,2		44,4	11,1	11,1	11,1		
Ciências, Matemática e Informática	3	33,3				33,3			33,3
Total vencimento	86	51,2	5,8	14,0	7,0	5,8	5,8	1,2	9,3

As variáveis sexo e vencimento da segunda actividade não evidenciam uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 8,367$, $p = 0,301$). No entanto, verifica-se que o maior valor (mais de 1500€) é auferido apenas por diplomados do sexo feminino e 17,6% dos diplomados do sexo masculino não recebe qualquer tipo de vencimento, enquanto que dos diplomados do sexo feminino apenas 3,9% não recebem qualquer tipo de vencimento.

Gráfico 4.18 – Vencimento ilíquido mensal da actividade secundária por sexo



Uma percentagem significativa de diplomados possui a actividade profissional secundária há mais de 1 ano (74,1%). Os restantes diplomados possuem actividade profissional

secundária entre 7 a 12 meses (12,9%), entre 4 a 6 meses (3,5%), entre 1 a 3 meses (5,9%) enquanto que 3,5% possuem apenas “há menos de 1 mês”.

Em termos da relação da actividade profissional secundária com a área de formação, 74,4% dos diplomados mencionaram que essa 2.ª actividade se encontra relacionada. Apesar dos resultados obtidos não evidenciarem a existência de uma relação estatisticamente significativa ($X^2 = 12,873$, $p = 0,075$) é de destacar que nas áreas da “Saúde e Protecção Social” e “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”, a totalidade dos diplomados desenvolve a 2.ª actividade na área da licenciatura.

Já a área de “Ciências Sociais, Comércio e Direito” é onde menos diplomados exercem a segunda actividade na área de formação (56,5%).

Quadro 4.36 – Relação da 2.ª actividade com área da licenciatura por Grande Grupo

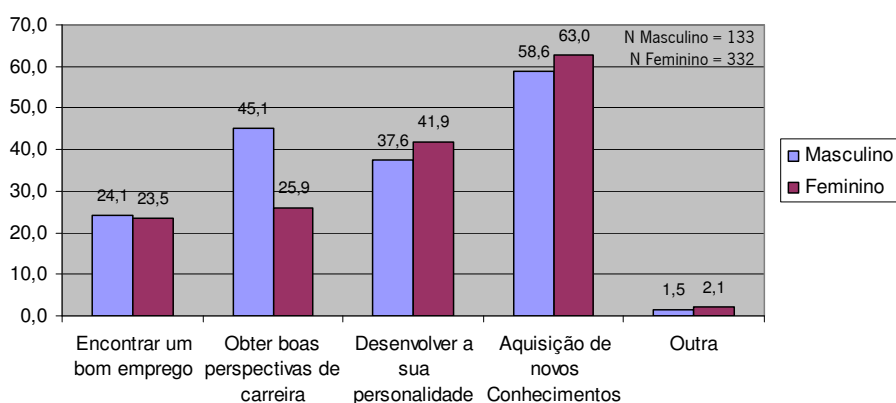
Grande Grupo	N	Relação 2.ª actividade com a área da licenciatura (%)	
		Sim	Não
Agricultura	15	66,7	33,3
Serviços	6	83,3	16,7
Artes e Humanidades	3	66,7	33,3
Educação	13	69,2	30,8
Ciências Sociais, Comércio e Direito	23	56,5	43,5
Saúde e Protecção Social	14	100,0	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	9	100,0	
Ciências, Matemática e Informática	3	66,7	33,3
Total relação 2.ª actividade/ licenciatura	86	74,4	25,6

4.8. Retrospectiva

Questionados sobre o que tinham conquistado com a licenciatura, olhando para trás, 38,7% dos diplomados afirmou ter adquirido novos conhecimentos, 25,5% desenvolveu a personalidade, 19,7% obteve boas perspectivas de carreira, a 14,8% a licenciatura permitiu-lhes encontrar um bom emprego e 1,2% mencionaram outras, sendo umas positivas e outras menos positivas, tais como, melhor remuneração, seguir uma vocação, mudar de área, perder tempo, desilusão, desemprego, desespero e infelicidade.

Analisando os dados por sexo, as percentagens encontram-se ligeiramente próximas, à excepção da obtenção de boas perspectivas de carreira, onde os diplomados do sexo masculino aparecem em maior percentagem (45,1%) contra 25,9% dos diplomados do sexo feminino ($X^2 = 13,336$, $p = 0,010$).

Gráfico 4.19 – Retrospectiva (O que obteve com a licenciatura) por sexo



Questionados sobre o que fariam se pudessem voltar atrás, 52,8% escolheriam o mesmo curso e a mesma instituição, 24,8% afirmaram que escolheriam outro curso e outra instituição, 8,8% escolheria o mesmo curso mas outra instituição, 8,3% escolheriam a mesma instituição mas outro curso e apenas 5,3% escolheria não ter ido para o ensino superior. As áreas de “Educação” e “Serviços” são aquelas que apresentam maior percentagem no campo de escolher não ter ido para o ensino superior ($\chi^2 = 105,172$, $p = 0,000$).

Quadro 4.37 – Retrospectiva (Se pudessem voltar atrás) por Grande Grupo

Grande Grupo	N	Retrospectiva (%)				
		Escolheria o mesmo curso e a mesma Instituição	Escolheria o mesmo curso mas outra Instituição	Escolheria a mesma Instituição mas outro curso	Escolheria outro curso e outra Instituição	Escolheria não ter ido para o ensino superior
Agricultura	95	43,2	1,1	6,3	44,2	5,3
Serviços	25	28,0	8,0	8,0	48,0	8,0
Artes e Humanidades	8	75,0		25,0		
Educação	132	46,2	6,1	13,6	24,2	9,8
Ciências Sociais, Comércio e Direito	104	58,7	6,7	9,6	21,2	3,8
Saúde e Protecção Social	44	70,5	18,2	2,3	9,1	
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	44	68,2	27,3		2,3	2,3
Ciências, Matemática e Informática	16	62,5	18,8		18,8	
Total retrospectiva	468	52,8	8,8	8,3	24,8	5,3

5. Conclusões e Recomendações

Para mais facilmente se poderem interpretar os resultados relativos aos percursos profissionais dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco apresentam-se de seguida as principais conclusões. Com estas conclusões poderemos ficar a conhecer melhor os perfis dos licenciados dos anos em análise e apresentam-se ainda propostas de investigação para o futuro, pois entendemos que esta é uma área que está sempre em aberto e que deve ser tida em conta pelas Instituições de Ensino Superior.

Tal como refere Moreira (2004), em Portugal, não há dados fiáveis e significativos que caracterizem o emprego dos diplomados de ensino superior e que se refiram aos anos mais recentes. Logo, não tendo estes dados disponíveis, será difícil avaliar a situação actual dos diplomados e a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, apesar de estarmos perante um estudo de caso, parece-me que o principal contributo académico deste estudo é enriquecer a literatura empírica nesta área e disponibilizar dados recentes acerca dos percursos profissionais dos licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Este estudo vai ao encontro da actual política do ensino superior nesta área, uma vez que se encontra prevista na Lei a obrigatoriedade de se conhecerem e divulgarem os percursos de inserção profissional dos licenciados de ensino superior, de forma a que os intervenientes no processo de escolha pelo ingresso no ensino superior e em determinadas áreas de formação possa ser realizada com transparência e informação.

5.1. Conclusões Gerais

Caracterização pessoal dos diplomados

Os diplomados que responderam ao questionário são em maior percentagem do sexo feminino, sendo a idade mínima de 23 anos e a máxima de 58 anos. A maior parte dos diplomados é natural de fora do concelho de Castelo Branco, assim como a maior percentagem reside neste concelho. No final do curso verificou-se um aumento da residência de diplomados no concelho de Castelo Branco, levando-nos a concluir que a sua formação ajudou à fixação destes na região.

Em relação ao estado civil, comparando os dados durante o curso e à data da resposta do questionário, verificou-se uma diminuição dos casos de solteiro e um aumento dos casos de

casado e união de facto. Analisando as situações de casado e união de facto, a maior percentagem dos cônjuges é licenciado e encontra-se em situação de emprego. Em termos de agregado familiar, a maior percentagem reside ainda com os pais/ irmãos e mais de metade referiu residir em casa própria.

Relativamente à escolaridade dos pais verifica-se que a maioria obteve apenas o 1.º Ciclo do Ensino Básico, enquanto uma pequena minoria obteve habilitações superiores, sugerindo assim que a escolaridade dos pais não influenciou negativamente os percursos académicos dos filhos. Em termos profissionais, a maioria dos pais encontra-se empregado.

Ingresso e frequência do ensino superior

Tendo em conta a análise dos questionários recebidos, a maior taxa de respondentes são da área da “Educação”, sendo as “Artes e Humanidades” a área onde se obteve menor taxa de resposta. O ano de 2004 foi o que formou maior número de diplomados, sendo que no conjunto dos três anos a maior incidência em termos de média de conclusão do curso se verificou nos 13 valores.

A maioria dos diplomados ingressou no ensino superior com o 12.º ano – via ensino e com uma média global de colocação de 13,13 valores, sendo que a média mais elevada se verificou na “Saúde e Protecção Social”.

Ser colocado no curso inscrito em 1.ª opção foi possível para a maioria dos diplomados, sendo que é na “Saúde e Protecção Social” que maior número de diplomados conseguiu ser colocado na sua 1.ª opção.

Contribuir para o desenvolvimento pessoal e intelectual foi a razão que mais motivou para o ingresso no ensino superior.

A opinião dos diplomados em relação à imagem da escola frequentada, do curso, dos professores e da qualidade do ensino é, em média, uma boa imagem, sendo de destacar que nenhum diplomado mencionou ter ficado com muito má imagem da escola.

A grande maioria dos diplomados mencionou ter frequentado estágios curriculares durante o curso, sendo que na “Educação” e na “Saúde e Protecção Social”, todos os diplomados mencionaram ter frequentado estágios. Conjugado com os estágios curriculares, também uma percentagem significativa de diplomados afirmou ter obtido formação adicional quer na escola, quer em locais externos à escola.

No âmbito da mobilidade internacional, a percentagem de diplomados a participar foi pouco elevada, sendo que é da área da “Agricultura” que maior número de diplomados participa nesta iniciativa. O programa com maior frequência de participação foi o “Leonardo da Vinci” e a satisfação dos diplomados que participaram em programas de mobilidade é, na grande maioria, dos casos muito boa.

Em relação às despesas incorridas ao longo do curso, a maioria mencionou terem sido elevadas e uma pequena minoria mencionou terem sido pouco elevadas, sendo que as despesas foram suportadas, na maior parte dos casos, pelos pais e também pela bolsa de estudo.

Cerca de metade dos diplomados obtiveram formação adicional pós-licenciatura, sendo que os cursos de formação profissional são os que mais se destacam e apenas uma pequena percentagem se encontra a frequentar doutoramento. Mais de metade dos diplomados optou por obter esta formação adicional na mesma área da licenciatura. O principal motivo apresentado para prosseguir estudos foi o de aprofundar conhecimentos úteis à profissão exercida e uma esmagadora maioria dos diplomados mencionou vir a frequentar formação adicional no futuro.

Ter tido uma actividade profissional durante o curso aconteceu para pouco mais de metade dos diplomados, sendo que para a maioria essa actividade ocorria durante o período de férias escolares e tinha como principal objectivo a obtenção de rendimentos próprios. Verificou-se ainda que a actividade profissional durante o curso é obtida pelos diplomados com idades mais elevadas.

Actividade profissional principal

Após a conclusão do curso a grande maioria dos diplomados iniciou imediatamente procura de emprego, sendo que uma pequena percentagem não teve essa necessidade, uma vez que se mantiveram no emprego que tinham durante o curso ou ficaram no local onde realizaram estágio curricular ou profissional. Uma grande percentagem de diplomados encontrou o 1.º emprego “entre 1 a 3 meses” e “em menos de 1 mês”. Apenas uma minoria (à data de resposta ao questionário) se encontrava ainda à procura de emprego. A “Saúde e Protecção Social” destaca-se das restantes áreas com a taxa mais elevada de obtenção do 1.º emprego “em menos de 1 mês”, sendo que nenhum diplomado demorou mais do que 6 meses a obter colocação no mercado de trabalho. Assim, os diplomados desta área são aqueles que mais rapidamente conseguem entrar no mercado de trabalho. A maior percentagem de diplomados à procura de emprego verifica-se nos “Serviços”.

Os que se diplomaram mais recentemente (2004) são aqueles que em maior percentagem ainda continuavam à procura de emprego. Por outro lado, os diplomados que tiveram algum tipo de contacto com o mercado de trabalho durante os estudos, obtiveram uma colocação no mercado de trabalho mais rápida. Verificou-se também uma colocação no mercado de trabalho mais rápida para os diplomados com médias de conclusão da licenciatura mais elevadas.

A candidatura espontânea foi a estratégia mais utilizada para obter o primeiro emprego e apenas uma pequena minoria arriscou pela implementação de uma actividade própria.

No primeiro emprego, a área de actividade da “Educação” foi a que mais diplomados empregou e uma grande maioria dos diplomados obtiveram o primeiro emprego numa área relacionada com a área da licenciatura. A área de estudos que apresenta maior relação é a “Saúde e Protecção Social” (Enfermagem) e a que apresenta menos grau de relação é a área da “Educação”.

Em termos da modalidade de trabalho, uma maioria significativa obteve o primeiro emprego a tempo inteiro, sendo que os diplomados da área da “Saúde e Protecção Social” são os que obtêm emprego a tempo inteiro em maior número e os diplomados da “Educação” são os que em maior número obtêm emprego a tempo parcial.

O contrato a termo certo é o tipo de vínculo com maior incidência em todas as áreas de formação e o voluntariado é o menos frequente verificando-se apenas na “Agricultura”, “Educação” e “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”.

O sector privado é o que dá emprego a mais diplomados e o sector público recebe diplomados em maior número das áreas da “Educação”, “Saúde e Protecção Social” e “Ciências, Matemática e Informática”.

Em relação à mobilidade no trabalho, a maioria afirmou ter tido mais que um emprego, tendo na maioria essa mudança ocorrido para empregos na mesma área. As principais razões apontadas para a mudança de emprego foram a não renovação de contrato e a procura de um emprego mais compatível com a licenciatura.

A grande maioria dos diplomados afirmou nunca ter enfrentado o desemprego e apenas uma pequena percentagem mencionou ter encarado o desemprego mais de três vezes. A área da “Educação” é a área que apresenta maior instabilidade, uma vez que é aquela em que uma maior percentagem de diplomados afirma ter enfrentado o desemprego três ou mais vezes após a conclusão do curso.

À data de recepção dos questionários, a larga maioria dos diplomados encontrava-se em situação de emprego, enquanto que uma pequena minoria se encontrava em situação de desemprego e a frequentar formação. Os diplomados da “Saúde e Protecção Social” são os únicos que se apresentam todos empregados e a área da “Educação” é a que apresenta maior taxa de desemprego. Não são os diplomados que terminaram o curso há mais tempo que obtêm maior taxa de emprego. Perante o universo em análise, os diplomados que terminaram o curso em 2002, são os que enfrentam maior taxa de desemprego e os que enfrentam menor taxa de desemprego são os diplomados de 2003.

Os diplomados desempregados recorrem, como meio de subsistência, principalmente, ao apoio da família e ao subsídio de desemprego, sendo que a maior parte recorre aos Centros de Emprego para tentar obter emprego.

Dos diplomados que se encontram em situação de emprego, a maioria menciona manter a mesma situação profissional do 1.º emprego. As áreas de formação onde se verifica que uma maioria não mantém a mesma situação são os “Serviços”, a “Agricultura” e a “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”.

Os diplomados que mencionaram ter uma situação profissional diferente obtiveram o actual emprego, principalmente, através de amigos. Em termos de área de actividade, continua a ser a “Educação” que mais diplomados acolhe no mercado de trabalho. Uma grande maioria trabalha na área da licenciatura, sendo que a totalidade dos diplomados de “Saúde e Protecção Social”, “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” e “Ciências, Matemática e Informática” trabalham na área da licenciatura. Em todas as áreas de formação, o emprego é a tempo inteiro, à excepção da “Agricultura” e da “Educação”. Em relação ao tipo de vínculo e ao tipo de organização, as maiores incidências verificam-se, tal como no primeiro emprego, nos contratos a termo certo e em entidades privadas.

Relativamente ao vencimento líquido, os valores onde se regista uma maior incidência são entre 751€ e 1000€, sendo que apenas uma minoria recebe mais de 1500€. Na “Educação” e “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” verificam-se vencimentos inferiores ao salário mínimo nacional. A “Saúde e Protecção Social” é a única área de formação em que nenhum diplomado recebe abaixo de 751€. Relativamente ao ano de conclusão de curso verifica-se que os diplomados de 2002 são os que em maior percentagem recebem mais de 1251€.

Além do vencimento, uma grande maioria mencionou não ter qualquer outro tipo de regalias, enquanto que outros mencionaram telemóvel, carro, descontos e comissões.

Em relação ao grau de satisfação do emprego a maior parte considera-se satisfeito, havendo uma percentagem significativa que se considera muito satisfeito.

Actividade profissional secundária

Desenvolver uma actividade profissional secundária verifica-se apenas por uma minoria de diplomados, sendo que as áreas de formação onde maior percentagem de diplomados obtém uma actividade secundária são a “Saúde e Protecção Social” e os “Serviços”. A maior parte dos diplomados dedica-se à segunda actividade profissional apenas uma a duas vezes por semana.

Também na actividade profissional secundária é a actividade da “Educação” que mais diplomados acolhe, sendo que a maior parte das organizações são privadas e a maioria mantém a segunda actividade em regime de recibo verde.

A principal razão apontada para possuir uma actividade profissional secundária foi a obtenção de mais rendimentos e esta actividade foi obtida, principalmente, através de amigos.

Relativamente ao vencimento da actividade profissional secundária, a maioria recebe menos que o salário mínimo nacional e uma pequena minoria recebe mais de 1500€, sendo que apenas diplomados da área da “Agricultura” recebem este montante.

A actividade profissional secundária teve início há mais de um ano para uma grande maioria dos diplomados e há menos de um mês para uma pequena percentagem.

Esta actividade profissional encontra-se relacionada com a área da licenciatura para a maioria dos diplomados, sendo que a totalidade dos diplomados de “Saúde e Protecção Social” e de “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” desenvolvem esta actividade na sua área de formação.

Diferenças entre sexos

Na área da “Educação”, a grande predominância de diplomados é do sexo feminino enquanto que na “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” a maior predominância é do sexo masculino. Aliás é nestas áreas que se verifica a maior diferença percentual entre sexos.

A média de ingresso no ensino superior e de conclusão do curso é, em média, mais elevada nos diplomados do sexo feminino, embora a diferença seja pouco significativa.

O sexo feminino apresenta uma maior taxa de participação em programas de mobilidade, com uma diferença percentual de 10 em relação ao sexo masculino.

Os homens obtiveram actividade profissional durante o curso em maior percentagem do que as mulheres.

Relativamente ao período de espera para obter o primeiro emprego são os homens que obtêm melhores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. A percentagem de homens que se manteve no local onde tinha realizado estágio é superior à dos diplomados do sexo feminino, assim como a maioria dos homens obteve emprego em menos de 1 mês enquanto que a maioria das mulheres obteve emprego entre 1 a 3 meses. As mulheres mantêm uma taxa de desemprego mais alta que os homens, provando que estas terão mais dificuldades na obtenção do primeiro emprego.

A implementação de actividade própria como primeiro emprego ocorreu apenas por diplomados do sexo masculino, não tendo havido nenhuma ocorrência por parte de diplomados do sexo feminino.

A relação entre o primeiro emprego e a licenciatura é maior nos diplomados do sexo masculino, embora a diferença seja pouco significativa.

Relativamente à modalidade do primeiro emprego, verifica-se que os diplomados do sexo feminino obtêm emprego a tempo inteiro em maior percentagem do que os diplomados do sexo masculino.

Em relação a situação de desemprego, os diplomados do sexo masculino são aqueles que menos enfrentaram situações de desemprego, sendo que a maior taxa de desemprego se verifica nos diplomados do sexo feminino.

Em termos de vencimento, são os diplomados do sexo masculino que mais beneficiam, uma vez que os vencimentos mais elevados são auferidos em maior percentagem por estes e vencimentos inferiores ao salário mínimo nacional apenas se verificam em diplomados do sexo feminino.

Relativamente ao facto de desenvolver uma actividade profissional secundária, os diplomados do sexo masculino são os que mais a exercem, assim como a exercem em maior percentagem todos os dias, enquanto que os diplomados do sexo feminino a exercem em maioria uma a duas vezes por semana. Em termos de vencimento destaca-se que mais de 1500€ é apenas auferido por diplomados do sexo feminino e a percentagem de diplomados do

sexo masculino que não recebe qualquer tipo de vencimento é muito superior à dos diplomados do sexo feminino.

Retrospectiva

Em termos de retrospectiva do percurso académico, a maior parte dos diplomados mencionou que a licenciatura lhes possibilitou a aquisição de novos conhecimentos, sendo que apenas uma pequena minoria referiu que a licenciatura potenciou encontrar um bom emprego.

Caso pudessem voltar atrás, a maior percentagem referiu que escolheria o mesmo curso e a mesma instituição, sendo que foi ainda mencionado também com alguma incidência que escolheriam outro curso e outra instituição.

5.2. Limitações do estudo

Em termos gerais os objectivos desta dissertação foram alcançados, embora se tenha noção que muito mais se poderia fazer. A utilização do inquérito por questionário além de apresentar vantagens significativas, poderia ser comprovado e completado recorrendo a outras técnicas. Através dos comentários que os inquiridos acrescentaram ao inquérito por questionário poderiam ter sido analisadas determinadas questões que poderiam permitir um melhor conhecimento do percurso académico e profissional dos inquiridos, mas em ambos os casos, o tempo não o permitiu.

5.3. Recomendações e propostas

Antes de mais este tipo de estudo não deve ficar por aqui e deve ter seguimento e ser realizado para outros anos de conclusão de curso, para que se consigam obter conclusões acerca dos percursos profissionais de todos os diplomados do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Conhecer os percursos profissionais dos diplomados é também conhecer melhor as Instituições.

Seria também interessante analisar os dados em comparação com outras instituições que tenham cursos nas mesmas áreas quer em termos nacionais, quer em termos europeus, de forma a aferir até que ponto os percursos profissionais são idênticos nas mesmas áreas de formação em instituições diferentes.

Analisar e estudar qual a opinião que as entidades que empregam os diplomados têm destes e da formação que receberam no ensino superior, de forma a obter feedback do desempenho profissional dos diplomados e dos conhecimentos transmitidos no ensino superior poderia fornecer dados acerca da aceitação no mercado de trabalho dos diplomados e da imagem das instituições, enquanto entidades formadoras.

Tendo em conta as conclusões deste estudo assim como conclusões de estudos na mesma área, aos diplomados do sexo feminino apresentam-se, por norma, maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho quando comparados com os diplomados do sexo masculino. Seria interessante analisar o porquê desta discriminação e eventualmente encontrar medidas de discriminação positiva em relação ao sexo feminino, de forma a quebrar esta diferença entre sexos. Joy (2000) refere que uma das formas de quebrar esta diferença poderia

ser através do auxílio de pesquisas de ofertas de emprego, entrevistas e *workshops* destinados a mulheres para que possam retirar da educação benefícios idênticos aos do sexo masculino.

Ainda em termos de género poderia analisar-se o porquê de determinadas áreas de formação terem mais procura por parte do sexo feminino e outras mais procura por parte do sexo masculino. Poder-se-ia tentar compreender o porquê do sexo feminino não se interessar muito pelas áreas mais tecnológicas e o porquê do sexo masculino não se interessar tanto pelas áreas das Ciências Sociais. A divulgação da importância das áreas tecnológicas para a sociedade e a realização de campanhas mais direccionadas para o sexo feminino poderia ser uma forma de obter mais atenção e interesse por estas áreas.

A realização de qualquer tipo de contacto com o mercado de trabalho traz vantagens e permite que desde cedo exista uma ligação entre a escola, o mercado de trabalho e o aluno. Assim, a inserção de estágios curriculares nos diversos planos curriculares poderá trazer vantagens e permitir uma inserção no mercado de trabalho mais rápida e eficaz.

A implementação de actividade própria não é um facto que se verifique em larga escala entre os diplomados em análise, chegando mesmo a não se verificar nos diplomados do sexo feminino. Em determinadas áreas de formação, a criação do próprio emprego poderia ser uma forma de combate ao desemprego e poderia inclusive ser um factor de satisfação e realização pessoal. As instituições de ensino superior devem incentivar o empreendedorismo através da inserção nos planos de estudos de matérias nesta área ou através da realização de *workshops* que transmitam as vantagens e os benefícios de se criar o próprio emprego. Há diversas instituições que oferecem programas de financiamento nesta área, sendo que esta é também uma aposta da Estratégia de Lisboa (2005). Recorrer às boas experiências dos diplomados que criaram o próprio emprego e divulgá-las junto dos alunos poderá ser também uma forma de potenciar o empreendedorismo. Compreender o porquê de haver uma fraca aposta na implementação de uma actividade própria poderia permitir o redireccionamento das políticas de divulgação destas medidas, assim como compreender as ideias dos recém-diplomados.

Apesar de se verificar, neste estudo, que após a conclusão do curso houve fixação de diplomados no distrito, poderia também analisar-se até que ponto não haverá mais diplomados interessados em permanecer no distrito de Castelo Branco e até que ponto é que existe mercado de trabalho na região para absorver maior número de diplomados em determinadas áreas de formação.

Muitos candidatos ao ensino superior entendem que obter um diploma de ensino superior é sinal de garantia de empregabilidade. Com a publicação de estudos deste género, seria útil analisar até que ponto o facto de determinadas áreas terem maiores taxas de desemprego, como é o caso da Educação, influencia na decisão de escolha de determinado curso ou na mudança para outras áreas com maior taxa de colocação no mercado de trabalho.

A introdução do *New Public Management* na Administração Pública, nomeadamente no Ensino Superior poderá ser uma forma de combater diversas dificuldades específicas do ensino superior, nomeadamente a inserção dos diplomados no mercado de trabalho. A massificação do ensino superior trouxe consigo novas correntes e novas formas de olhar a gestão. No entanto, se por um lado já é possível às instituições terem autonomia em alguns aspectos, por outro lado há determinadas matérias que continuam muito centralizadas no Ministério, não permitindo uma intervenção mais directa das instituições no mercado de trabalho. A centralização dos *numerus clausus* de vagas disponíveis para o ensino superior é uma das matérias que trava as instituições na sua dinâmica. A dificuldade que as instituições têm em alterar quer o número de vagas anuais, quer o número de cursos que podem colocar em funcionamento não potencia a gestão mais eficaz dos recursos e não permite uma resposta mais directa às modificações no mercado de trabalho.

Bibliografia

Albert, Cecilia. 2000. "Higher education demand in Spain: the influence of labour market signals and family background." *Higher Education* 40: 147 – 162.

Alves, André Azevedo e José Manuel Moreira. 2004. *O que é a escolha pública? Para uma análise económica da política*. Cascais: Principia, publicações universitárias e científicas.

Alves, Natália. 2005. *Trajectórias académicas e de inserção profissional dos licenciados da Universidade de Lisboa*. Lisboa. Divisão de Planeamento e Gestão.

Amaral, Alberto e António Magalhães. 2000. "O Conceito de Stakeholder e o Novo Paradigma do Ensino Superior." *Revista Portuguesa de Educação*. Vol. 13, n.º 2: 7-28.

Amaral, Alberto e António Magalhães. 2007. "Market Competition, Public Good and Institutional Governance: Analyses of Portugal's Experience." *Higher Education Management and Policy*. Vol. 19, n.º 1: 63-76.

Amaral, Alberto. 2003. "O financiamento do Ensino Superior." *Jornal a Página da Educação*. Ano 12, n.º 123: 9.

Araújo, Joaquim Filipe Ferraz Esteves. 2000. "Tendências Recentes de Abordagem à Reforma Administrativa." *Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas*. Vol. I, n.º 1: 38-47.

Araújo, Joaquim Filipe Ferraz Esteves. 2002. "Os Dirigentes na Relação entre a Administração e os Cidadãos." *Revista de Administração e Políticas Públicas*. Vol. III, n.º 1-2: 28-35.

Buchbinder, Howard. 1993. "The market oriented university and the changing role of knowledge". *Higher Education* 26: 331-347.

Comissão Europeia. 1995. White paper on Education and Learning – towards the learning society. COM (95) 590.

Correia, Fernanda, Alberto Amaral e António Magalhães. 2002. "Public and Private Higher Education in Portugal: unintended effects of deregulation." *European Journal of Education*. Vol. 37, n.º 4: 457-472.

Demeulemeester, Jean-Luc e Denis Rochat. 2000. "Labour participation of higher education students." *Labour*. Vol. 14, n.º 3: 503-522.

Despacho do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 21 de Novembro de 2005. Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Estratégia de Lisboa. Outubro de 2005. Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008.

Fortin, Marie-Fabienne, 1999. *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures. Lusociência – edições técnicas e científicas, Lda.

Guimarães, Leopoldo José M., Cristina M.^a Robalo Cordeiro, José Ferreira Gomes, Raul Bruno de Sousa, Mário Vieira de Carvalho, António Brito Ferrari, Acílio Estanqueiro Rocha, Isabel Santana da Cruz, António Fontainhas Fernandes e Carlos Alberto Azevedo. 2004. *O Processo de Bolonha e a natureza e estrutura da formação*. Lisboa: Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas.

Instituto Para a Inovação na Formação – Equipa do Projecto ODES. 2002. "Inquérito de percursos de diplomados do ensino superior 2001: síntese de resultados". Lisboa: Instituto Para a Inovação na Formação.

Instituto Para a Inovação na Formação – Equipa do Projecto ODES. 2002. "Inquérito de percursos de diplomados do ensino superior 2001: dossier metodológico". Lisboa: Instituto Para a Inovação na Formação.

Joy, Lois. 2000. "Do colleges shortchange women? Gender differences in the transition from college to work." *The American Economic Review*. Vol. 90, n.º 2: 471-475.

Kellermann, Paul. 2001. “*Self-reported competencies of graduates and employability as an ideological purpose for higher education in Europe.*” National Research Programme Education and Occupation. Workshop documentation. Berne. November: 8-17.

Lourtie, Pedro. 2001. “A Declaração de Bolonha”. Bolonha à Portuguesa – que futuro para o ensino superior na Europa e em Portugal. *Cadernos do Ensino Superior 2*: 25-35.

Maroco, João. 2003. *Análise Estatística com Utilização do SPSS (2.ª Ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Mora, José-Ginés, Luis E. Villa e Adela Garcia-Aracil. 2005. “European higher education graduates and job satisfaction.” *European Journal of Education*. Vol. 40, n.º 1: 35-44.

Moreira, Adriano. 2004. “Parecer sobre a regulação da oferta de diplomados do Ensino Superior.” Conselho Nacional de Avaliação de Ensino Superior.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. 2004. Education at a glance: OCDE indicators.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. 2005. Education at a glance: OCDE indicators.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. 2006. Education at a glance: OCDE indicators.

Pereira, Ana C. e António F. Tavares. 2002. “O uso de indicadores de performance na avaliação do ensino superior.” *Revista de Administração e Políticas Públicas*. Vol III, n.º 1-2: 82-94.

Pestana, Maria Helena e João Nunes Gageiro. 1998. *Análise de dados para as ciências sociais – a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Portugal, Pedro. 2004. "Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: A trágica fortuna dos licenciados." *Boletim Económico do Banco de Portugal*. Março: 73-79.

Quivy, Raymond e Luc Van Campenhout. 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rocha, J. A. Oliveira. 2000. "Modelos de Gestão Pública." *Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas*. Vol. I, n.º 1: 6-16.

Rocha, J. A. Oliveira. 2001. *Gestão Pública e Modernização Administrativa*. Maia. INA – Instituto Nacional de Administração.

Rocha, J. A. Oliveira. 2002. "Modernização das Universidades e Gestão Participada." *Revista de Administração e Políticas Públicas*. Vol. III, n.º 1-2: 48-53.

Romão, Ana. 2004. *A inserção profissional dos jovens licenciados no Algarve*. Faro. Fundação da Juventude.

Rosa, Maria João, Diana Tavares e Alberto Amaral. 2006. "Institutional Consequences of Quality Assessment." *Quality in Higher Education*. Vol. 12, n.º 2: 145-159.

Santiago, Rui A., Dénise Leite, Cecília Leite e Cláudia Sarrico. 2002. "Avaliação Institucional e Aprendizagem Organizacional nas Universidades: Os dilemas da adaptação ou da reconstrução sob pressão do managerialismo." *Revista de Administração e Políticas Públicas*. Vol. III, n.º 1-2: 54-65.

Santiago, Rui A., Dénise Leite, Marlis Polidori, Maria Cecília Loréa Leite e Cláudia Sarrico. 2003. "Modelos de Governo, Gerencialismo e Avaliação Institucional nas Universidades." *Revista Portuguesa de Educação*. Vol. 16, n.º 001: 75:99

Saúde, Sandra. 2005. *Percurso de inserção profissional dos diplomados do ensino superior politécnico*. Beja. Campo dos Media.

Schomburg, Harald and Ulrich Teichler. 2002. "Employment and work of university graduates in Japan and Germany." *Challenges of the 21st century in Japan and Germany*. Lengerich. Pabst Science Publishers: 91-105.

Silva, Cecília Moura. 1994. *Estatística Aplicada à Psicologia e Ciências Sociais*. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal, Lda.

Simão, José Veiga e António de Almeida Costa. 2000. *O Ensino Politécnico em Portugal*. Braga: Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

Simão, José Veiga, Sérgio Machado dos Santos e António de Almeida Costa. 2005. *Ambição para a excelência – a oportunidade de Bolonha*. Lisboa: Gradiva.

Simão, José Veiga. 1985. *Reflexões para um projecto nacional*. Lisboa: Editorial LNETI: 12-15.

Simão, José Veiga. 1992. "O sistema educativo em Portugal." *Reflexões V*. Lisboa: Série Modernidade (Educação): 67-75, 131-137.

Soares, Virgílio A. Meira e Alberto M. S. C. Amaral. 1999. "The Entrepreneurial University: How to Survive and Prosper in an Era of Global Competition." *Higher Education in Europe*. Vol. XXIV, n.º 1: 11-21.

Solbrekke, Tone Dyrdal e Berit Karseth. 2006. "Professional responsibility – an issue for higher education" *Higher Education*. 52: 95-119.

Tchibozo, Guy. 2002. "Meta functional criteria and school-to-work transition." *Journal of Education and Work*. Vol. 15, n.º 3: 337-350

Teichler, Ulrich. 2002. "Graduate employment and work in Europe: diverse situations and common perceptions." *Tertiary Education and Management*. Vol. 8: 199-216.

Topel, Robert H e Michael P. Ward. 1992. "Job mobility and the careers of young men." *The Quarterly Journal of Economics*. Vol. 107, n. ° 2: 439-479.

Weimer, David L. and Aidan R. Vining. 1992. *Policy analysis: Concepts and practice* (2nd ed.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Anexos

1 – Carta enviada

Exmo (a) Senhor (a)

Dr. (a) / Eng.º (ª) / Prof. (ª)

Castelo Branco, 13 de Novembro de 2006

O meu nome é Ricardo Batista e encontro-me neste momento a realizar Mestrado em Administração Pública – especialização em Gestão Pública. Neste sentido estou a desenvolver a minha dissertação sobre o tema “**Percursos Profissionais dos Licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco**” e pretendo analisar os percursos profissionais de todos os licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) que concluíram o seu curso nos anos 2002, 2003 e 2004.

Sendo que é um dos licenciados neste período, dirijo-me a V. Ex.ª no sentido de lhe solicitar a sua colaboração através do preenchimento e envio do questionário em anexo.

O questionário é de simples preenchimento, sendo composto por perguntas muito directas. Embora possa parecer longo, é de resposta fácil e simples, contendo questões que não são aplicáveis a todos os inquiridos. Caso tenha que responder à totalidade do questionário, apenas terá que despende de 10 minutos do seu tempo. Depois de preenchido, agradece-se a devolução no envelope, que se anexa, já preparado para o efeito.

Todos os inquéritos serão tratados de forma confidencial, garantindo-se o anonimato dos inquiridos, como condição essencial a quem faz investigação.

Apesar de saber da pouca disponibilidade que há em responder a este tipo de questionários, conto com a sua colaboração através do preenchimento do questionário anexo, que agradecia fosse devolvido com a maior brevidade possível (se possível até ao final do mês de Dezembro de 2006). Se desejar conhecer os resultados deste trabalho, terei todo o gosto em facultar-lhe, logo que concluído, um resumo das principais conclusões.

A sua colaboração é muito importante para a continuação deste trabalho, pelo que agradeço, desde já, todo o esforço extra. Caso pretenda obter qualquer esclarecimento adicional utilize, por favor, os contactos abaixo indicados.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Com os melhores cumprimentos

Ricardo Batista

ricardo@ipcb.pt

272 339 600

2 – Modelo do questionário aplicado

Questionário

Percurso Profissionais dos Licenciados do Instituto Politécnico de Castelo Branco

1. Identificação do curso frequentado

1.1 Escola que frequentou: _____

1.2 Nome do curso em que se diplomou: _____

1.3 Ano de início do curso: _____ 1.4 Ano de conclusão do curso: _____

1.5 Idade com que terminou o curso: _____

1.6 Média final do curso: _____

2. Percurso Académico

2.1 Em que ano foi colocado no ensino superior? _____

2.2 Com que habilitações se candidatou?

- 1. 12.º ano – via ensino
- 2. 12.º ano – via profissionalizante
- 3. Curso técnico profissional
- 4. Exame ad-hoc
- 5. Outra Qual? _____

2.3 Qual a sua média de colocação no ensino superior? _____

2.4 Com que idade entrou para o ensino superior? _____

2.5 O curso em que se diplomou foi a sua primeira opção?

1. Sim (passe à questão 2.8) 2. Não

2.6 Se não foi a sua 1.ª opção, qual era o curso/estabelecimento que pretendia?

1. Curso: _____

2. Estabelecimento de Ensino Superior: _____

2.7 Mudou de curso/estabelecimento em função da sua 1.ª opção?

1. Sim 2. Não

2.8 Quais os principais motivos que o (a) levaram a frequentar o ensino superior? (no máximo de 2)

1. Garantia de encontrar emprego
2. Garantia de encontrar emprego com melhor remuneração
3. Obter a profissão desejada
4. Obter uma boa carreira profissional
5. Contribuir para o desenvolvimento pessoal e intelectual
6. Gosto pelo estudo
7. Por uma questão de imagem social
8. Por incentivo da família
9. Por incentivo de amigos
10. Outra

Qual? _____

2.9 Qual a imagem com que ficou:

	Muito Boa	Boa	Razoável	Má	Muito Má
1. Da escola que frequentou?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Do curso que frequentou?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Dos professores?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Da qualidade do ensino?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.10 Realizou algum estágio curricular durante o curso?

1. Sim 2. Não

2.11 Obteve formação adicional durante o curso?

1. Sim 2. Não (passe à questão 2.14)

2.12 Que tipo de formação?

1. Cursos de línguas 2. Cursos de informática
 3. Seminários 4. Workshops
 5. Outra Qual? _____

2.13 Onde obteve essa formação?

1. Na escola 2. Fora da escola

2.14 Durante o seu curso participou em programas de mobilidade internacional/nacional?

1. Sim 2. Não (passe à questão 2.17)

2.22 De que forma suportava as suas despesas?

- 1. Integralmente pelos pais
- 2. Pelos pais e outros familiares
- 3. Bolsa de estudo para a totalidade das despesas
- 4. Bolsa de estudo para parte das despesas
- 5. Trabalhava para suportar a totalidade das despesas
- 6. Trabalhava para suportar parte das despesas
- 7. Contraindo empréstimo
- 8. Outra Qual? _____

3. Prosseguimento de estudos

3.1 Após a conclusão da licenciatura, obteve formação adicional?

- 1. Sim
- 2. Não (passe à questão 3.5)

3.2 Que tipo de formação frequenta/ frequentou?

	Frequenta	Frequentou
Curso de formação profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pós Graduação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mestrado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Doutoramento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.3 A formação que frequenta ou frequentou é:

- 1. Na mesma área da licenciatura
- 2. Em área diferente da licenciatura

3.4 Quais os motivos que o (a) levaram a obter formação adicional? (no máximo de 2)

- 1. Aprofundar conhecimentos
- 2. Aprofundar conhecimentos úteis à minha profissão
- 3. Progressão na carreira
- 4. Alternativa ao desemprego
- 5. Obter mais possibilidades de emprego
- 6. Gosto pessoal
- 7. Outra. Qual? _____

3.5 Pensa vir a frequentar formação adicional?

1. Sim 2. Não

4. Actividade Profissional durante o curso

4.1 Teve alguma actividade profissional durante o curso?

1. Sim 2. Não (passe à questão 5)

4.2 A actividade profissional era:

1. Durante as férias 2. Permanente
3. Ocasional 4. Outra Qual? _____

4.3 A actividade que desenvolvia servia para:

1. Obtenção de rendimentos próprios
2. Aquisição de experiência
3. Já tinha antes de ingressar no curso
4. Garantia de emprego pós curso
5. Apoio em negócio familiar
6. Outro Qual? _____

5. Início de Actividade Profissional após Licenciatura

5.1 Após conclusão da licenciatura, iniciou imediatamente procura de emprego?

1. Sim 2. Não

5.2 Quanto tempo demorou desde a conclusão da licenciatura até à obtenção do 1.º emprego?

1. Fiquei a trabalhar no local onde realizei o estágio curricular / profissional
2. Não procurei novo emprego porque continuei no que tinha durante o curso
3. Menos de 1 mês
4. Entre 1 mês a 3 meses
5. Entre 4 meses a 6 meses
6. Entre 7 meses a 1 ano
7. Mais de 1 ano
8. Ainda estou à procura de emprego (passe à questão 5.13)
9. Continuei a estudar

5.3 Como obteve o 1.º emprego?

1. Mantive o emprego que já tinha durante o curso
2. Através de anúncio de oferta de emprego
3. Através do Centro de Emprego
4. Através da UNIVA / Gab. De Saídas Profissionais
5. Através de amigos
6. Através de familiares
7. Na sequência de um estágio
8. Através de candidatura espontânea
9. Implementação de actividade própria
10. Através de anúncio afixado na Escola
11. Através de concurso público
12. Outra. Qual? _____

5.4 Qual a área de actividade do seu 1.º emprego?

1. Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
2. Pesca
3. Indústrias extractivas
4. Indústrias transformadoras
5. Produção e distribuição de electricidade, gás e água
6. Construção
7. Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motocicletas e de bens de uso pessoal e doméstico
8. Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
9. Transportes, armazenagem e comunicações
10. Actividades financeiras
11. Actividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas
12. Administração pública, defesa e segurança social
13. Educação
14. Saúde e acção social
15. Outras actividades de serviços colectivos. Sociais e pessoais
16. Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio
17. Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

5.5 A actividade que exercia estava relacionada com a área da sua Licenciatura?

1. Sim 2. Não

5.6 O seu emprego era:

1. Tempo parcial 2. Tempo inteiro

5.7 Que tipo de vínculo tinha?

1. Contrato a termo certo
 2. Contrato a tempo indeterminado
 3. Recibo verde
 4. Voluntariado
 5. Estágio Profissional
 6. Contrato Administrativo de Provisão
 7. Outro Qual? _____

5.8 A organização onde trabalhava era:

1. Pública 2. Privada
 3. Por conta própria 4. Outra Qual? _____

5.9 Desde que terminou a sua licenciatura e até ao momento presente teve mais que um emprego?

1. Sim 2. Não (passe à questão 5.12)

5.10 Esses empregos eram na mesma área de actividade?

1. Sim 2. Não

5.11 Qual a razão para a mudança de emprego?

1. Não renovação de contrato
 2. Despedimento
 3. Mudanças de residência
 4. Baixa remuneração
 5. Emprego mais compatível com a licenciatura
 6. Melhor ambiente de trabalho
 7. Fim da actividade da empresa
 8. Outra Qual? _____

5.12 Quantas vezes esteve desempregado depois de ter obtido o 1.º emprego pós licenciatura?

- 1. Nenhuma (passe à questão 6.1)
- 2. Uma vez (passe à questão 6.1)
- 3. Duas vezes (passe à questão 6.1)
- 4. Três vezes ou mais (passe à questão 6.1)

5.13 Se até agora não teve emprego qual das seguintes situações se aplica ao seu caso:

- 1. Ainda não tenciono trabalhar
- 2. Desmotivação face ao desemprego
- 3. Procura emprego compatível com a licenciatura
- 4. Continua a tentar
- 5. Está à espera de respostas
- 6. Esteve a frequentar outra Licenciatura
- 7. Esteve a frequentar formação pós graduada
- 8. Outra Qual? _____

6. Situação profissional actual

6.1 Actualmente qual a sua situação profissional?

- 1. Empregado (passe à questão 6.4)
- 2. Desempregado
- 3. Frequenta formação profissional
- 4. Frequenta formação pós graduada

6.2 De que forma assegura a sua subsistência?

- 1. Apoio da família
- 2. Subsídio de desemprego
- 3. Rendimentos próprios
- 4. Rendimento Social de Inserção
- 5. Outro Qual? _____

6.3 Que estratégias utiliza para encontrar emprego? (no máximo de 2)

- 1. Resposta a anúncio
- 2. Colocação de anúncio
- 3. Contactos familiares e de amizade
- 4. Contacto com UNIVA/ Gab. De Saídas Profissionais
- 5. Inscrição no Centro de Emprego
- 6. Candidatura Espontânea
- 7. Solicitou informações para negócio próprio
- 8. Outra Qual? _____

Se está desempregado passe para a questão 7

6.4 Sendo que está empregado mantém a mesma situação profissional do 1.º emprego pós licenciatura?

1. Sim (passe à questão 6.12) 2. Não

6.5 Como obteve o actual emprego?

- 1. Mantive o emprego que já tinha durante o curso
- 2. Através de anúncio de oferta de emprego
- 3. Através do Centro de Emprego
- 4. Através da UNIVA / Gab. De Saídas Profissionais
- 5. Através de amigos
- 6. Através de familiares
- 7. Na sequência de um estágio
- 8. Através de candidatura espontânea
- 9. Implementação de actividade própria
- 10. Através de anúncio afixado na Escola
- 11. Através de concurso público
- 12. Outra. Qual? _____

6.6 Qual a área de actividade do seu emprego?

1. Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
2. Pesca
3. Indústrias extractivas
4. Indústrias transformadoras
5. Produção e distribuição de electricidade, gás e água
6. Construção
7. Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motocicletos e de bens de uso pessoal e doméstico
8. Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
9. Transportes, armazenagem e comunicações
10. Actividades financeiras
11. Actividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas
12. Administração pública, defesa e segurança social
13. Educação
14. Saúde e acção social
15. Outras actividades de serviços colectivos. Sociais e pessoais
16. Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio
17. Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

6.7 A actividade que exerce está relacionada com a área da sua Licenciatura?

1. Sim 2. Não

6.8 O seu emprego é:

1. Tempo parcial 2. Tempo inteiro

6.9 Que tipo de vínculo tem?

1. Contrato a termo certo
2. Contrato a tempo indeterminado
3. Recibo verde
4. Voluntariado
5. Estágio Profissional
6. Contrato Administrativo de Provisão
7. Outro Qual? _____

6.10 A organização onde trabalha é:

- | | | | |
|----------------------|--------------------------|------------|--------------------------------------|
| 1. Pública | <input type="checkbox"/> | 2. Privada | <input type="checkbox"/> |
| 3. Por conta própria | <input type="checkbox"/> | 4. Outra | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |

6.11 Há quanto tempo mantém o emprego actual?

- | | | | |
|----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| 1. Menos de 1 mês | <input type="checkbox"/> | 2. Entre 1 a 3 meses | <input type="checkbox"/> |
| 3. Entre 4 a 6 meses | <input type="checkbox"/> | 4. Entre 7 a 12 meses | <input type="checkbox"/> |
| 5. Mais de 1 ano | <input type="checkbox"/> | | |

6.12 Qual é, aproximadamente, o seu vencimento líquido mensal?

- | | |
|---|--------------------------|
| 1. Menos que o Salário Mínimo Nacional | <input type="checkbox"/> |
| 2. Salário Mínimo Nacional (SMN)(385.90€) | <input type="checkbox"/> |
| 3. Entre o SMN e 500€ | <input type="checkbox"/> |
| 4. Entre 501€ e 750€ | <input type="checkbox"/> |
| 5. Entre 751€ e 1000€ | <input type="checkbox"/> |
| 6. Entre 1001€ e 1250€ | <input type="checkbox"/> |
| 7. Entre 1251€ e 1500€ | <input type="checkbox"/> |
| 8. Mais de 1500€ | <input type="checkbox"/> |

6.13 Além do seu vencimento, tem outro tipo de regalias?

- | | | | |
|-----------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| 1. Carro de serviço | <input type="checkbox"/> | 2. Telemóvel | <input type="checkbox"/> |
| 3. Comissão de vendas | <input type="checkbox"/> | 4. Descontos | <input type="checkbox"/> |
| 5. Nenhuma | <input type="checkbox"/> | | |
| 6. Outras | <input type="checkbox"/> | Quais? _____ | |

6.14 Qual o seu grau de satisfação em relação ao seu emprego?

- | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Completamente | Muito | Satisfeito | Pouco | Insatisfeito |
| Satisfeito | Satisfeito | | Satisfeito | |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

6.15 Desenvolve alguma actividade profissional secundária?

- | | | | |
|--------|--------------------------|--------|--|
| 1. Sim | <input type="checkbox"/> | 2. Não | <input type="checkbox"/> (passe à questão 7) |
|--------|--------------------------|--------|--|

6.16 Quanto tempo despende nessa actividade?

- | | | | |
|--------------------------------|--------------------------|------------------|--------------------------------------|
| 1. Uma a duas vezes por semana | <input type="checkbox"/> | 2. Todos os dias | <input type="checkbox"/> |
| 3. Uma a duas vezes por mês | <input type="checkbox"/> | 4. Outra | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |

6.17 Qual a área de actividade dessa 2.ª ocupação?

1. Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
2. Pesca
3. Indústrias extractivas
4. Indústrias transformadoras
5. Produção e distribuição de electricidade, gás e água
6. Construção
7. Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motocicletos e de bens de uso pessoal e doméstico
8. Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
9. Transportes, armazenagem e comunicações
10. Actividades financeiras
11. Actividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas
12. Administração pública, defesa e segurança social
13. Educação
14. Saúde e acção social
15. Outras actividades de serviços colectivos. Sociais e pessoais
16. Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio
17. Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

6.18 Em que tipo de organização trabalha como 2.ª actividade?

- | | | | |
|----------------------|--------------------------|------------|--------------------------------------|
| 1. Pública | <input type="checkbox"/> | 2. Privada | <input type="checkbox"/> |
| 3. Por conta própria | <input type="checkbox"/> | 4. Outra | <input type="checkbox"/> Qual? _____ |

6.19 Que tipo de vínculo tem?

1. Contrato a termo certo
2. Contrato a tempo indeterminado
3. Recibo verde
4. Voluntariado
5. Estágio Profissional
6. Contrato Administrativo de Provedimento
7. Trabalhador por conta própria
8. Outro Qual? _____

6.20 Qual a razão para possuir uma actividade profissional secundária?

- 1. Obter mais rendimentos
- 2. Obter mais experiência
- 3. Satisfação pessoal
- 4. Risco de perder emprego principal
- 5. Quebrar monotonia
- 6. Outra Qual? _____

6.21 Como obteve a actividade profissional secundária?

- 1. Através de anúncio de oferta de emprego
- 2. Através da UNIVA / Gab. De Saídas Profissionais
- 3. Através de amigos
- 4. Através de familiares
- 5. Através de candidatura espontânea
- 6. Implementação de actividade própria
- 7. Através de concurso público
- 8. Outra. Qual? _____

6.22 Qual é, aproximadamente, o seu vencimento ilíquido mensal da actividade secundária?

- 1. Menos que o Salário Mínimo Nacional
- 2. Salário Mínimo Nacional (SMN)(385.90€)
- 3. Entre o SMN e 500€
- 4. Entre 501€ e 750€
- 5. Entre 751€ e 1000€
- 6. Entre 1001€ e 1250€
- 7. Entre 1251€ e 1500€
- 8. Mais de 1500€
- 9. Não recebo qualquer tipo de vencimento

6.23 Há quanto tempo tem esta actividade profissional secundária?

- 1. Menos de 1 mês
- 2. Entre 1 a 3 meses
- 3. Entre 4 a 6 meses
- 4. Entre 7 a 12 meses
- 5. Mais de 1 ano

6.24 Esta 2.ª actividade profissional é na área da sua licenciatura?

- 1. Sim
- 2. Não

7. Caracterização Pessoal

7.1 Sexo: Masculino Feminino

7.2 Idade: _____

7.3 Data de Nascimento: _____/_____/_____

7.4 Naturalidade

- 1. Concelho de Castelo Branco
- 2. Fora do concelho de Castelo Branco
- 3. Estrangeiro

7.5 Residência

	Concelho	País
1. Antes do curso	_____	_____
2. Durante o curso	_____	_____
3. Actualmente	_____	_____

7.6 Estado Civil

	Solteiro	Casado	União de Facto	Divorciado/ Separado	Viúvo	Outra. Qual?
1. Durante o curso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> _____
2. Actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> _____

7.7 Tem filhos? Sim Não (passe à questão 7.9)

7.8 Quantos filhos tem?

7.9 Como é composto o seu agregado familiar?

- 1. Vive sozinho
- 2. Vive com pais/ irmãos
- 3. Vive com outros familiares
- 4. Vive com cônjuge
- 5. Vive com cônjuge e pais/ sogros
- 6. Vive com cônjuge e filhos
- 7. Vive com cônjuge, filhos, pais/ sogros
- 8. Vive com filhos
- 9. Vive com filhos, pais/ sogros
- 10. Vive com amigos
- 11. Outra Qual? _____

7.10 O alojamento onde reside é:

1. Casa própria 2. Casa arrendada
 3. Casa emprestada 4. Casa de família
 5. Outra Qual? _____

Se é solteiro passe para a questão 7.13

7.11 Qual o nível de escolaridade do seu cônjuge?

1. Não sabe ler nem escrever 2. Sabe ler e ou escrever
 3. 1.º ciclo do ensino básico 4. 2.º ciclo do ensino básico
 5. 3.º ciclo do ensino básico 6. Ensino complementar
 7. 12.º ano 8. Bacharelato
 9. Licenciatura 10. Mestrado
 11. Doutoramento 12. Outra _____

7.12 Qual a situação do seu cônjuge face ao emprego?

1. Empregado 2. Desempregado
 3. Estudante 4. Outra Qual? _____

7.13 Qual o nível de estudos dos seus pais?

- | | Pai | Mãe |
|-------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Não sabe ler nem escrever | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Sabe ler e ou escrever | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. 1.º ciclo do ensino básico | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. 2.º ciclo do ensino básico | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. 3.º ciclo do ensino básico | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6. Ensino complementar | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. 12.º ano | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. Bacharelato | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. Licenciatura | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Mestrado | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. Doutoramento | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12. Outra | _____ | _____ |

7.14 Qual a situação dos seus pais na actividade profissional?

	Pai	Mãe
1. Empregado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Desempregado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Estudante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Doméstica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Reformado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Outra	_____	

8. Retrospectiva

8.1 Olhando para trás, a licenciatura obtida ajudou-o(a) a:

- 1. Encontrar um bom emprego
- 2. Obter boas perspectivas de carreira
- 3. Desenvolver a sua personalidade
- 4. Aquisição de novos conhecimentos
- 5. Outra Qual? _____

8.2 Se pudesse voltar atrás:

- 1. Escolheria o mesmo curso
- 2. Escolheria a mesma Instituição
- 3. Escolheria o mesmo curso mas outra Instituição
- 4. Escolheria a mesma Instituição, mas outro curso
- 5. Escolheria outro curso e outra Instituição
- 6. Escolheria não ter ido para o ensino superior

8.3 Comentários:

3 – Comentários dos respondentes

Se não tivesse sido uma licenciatura bietápica, se a estrutura curricular fosse mais prática que teórica, se inclusive o nome do curso fosse mais atractivo, não sendo este último o facto mais importante, penso que a nível de saídas profissionais seriam bastante melhores. Espero também que com o tratado de Bolonha este curso seja revisto e entre na reforma dos mestrados possibilitando que quem tenha saído licenciado se candidate ao mestrado, para deixarmos de ser apenas “o interior” e irmos mais além fronteiras e os jovens se queiram fixar e fazer com que sejamos melhor.

Tradução e Secretariado

Fui sempre trabalhadora estudante. Fiquei efectiva em 1999. Desde que terminei que exerço funções de Educadora de Infância mas ainda não fui reclassificada mantendo a categoria de Ajudante de Acção Sócio Educativa Principal. ... Boa sorte e muito sucesso para a conclusão do mestrado.

Educação de Infância

Devido à entrada do tratado de Bolonha, os alunos que actualmente frequentam o mestrado e despendem muito dinheiro para isso, vão ser ultrapassados por recém licenciados inexperientes que ao fazerem 5 anos saem logo com mestrado. Acham isso bem? Será que nos dão equivalência a doutoramento?

Eng. Informática e das Tecnologias da Informação

Depois de ter terminado a minha licenciatura em Portugal, fui directamente estudar e trabalhar para França. Voltei definitivamente em Setembro de 2006. Em meados de Outubro de 2006 comecei a trabalhar, na área do meu primeiro curso, depois de uma resposta a um anúncio.

Engenharia Florestal

Assim que concluída a sua dissertação sobre este tema interessantíssimo, gostaria de obter um resumo das principais conclusões. Agradeço desde já a sua disponibilidade deixando votos de boa sorte para a sua dissertação.

Prof. Do Ensino Básico – Português Francês

Acho o questionário muito interessante...

Eng. Ciências Agrárias – ramo Agrícola

Seria interessante que as instituições de ensino superior e os empregadores tivessem um maior contacto, de modo a que se pudessem articular as matérias leccionadas às necessidades do mundo de trabalho. Deste modo iriam proporcionar-se trabalhadores/ estudantes cada vez mais preparados para o mercado de trabalho.

Artes da Imagem

O meu percurso estudantil foi fabuloso. A cidade é muito acolhedora o que facilitou a minha integração. A escola tinha um ambiente bom, os professores eram quase todos qualificados para dar o meu curso. A minha preparação para a vida profissional foi boa e isso tem-se verificado nos vários trabalhos. Neste momento estou como director pedagógico e efectiva numa instituição da minha área de residência.

Educação de Infância

Na minha perspectiva, vejo este questionário e o tema escolhido muito adequado à situação actual que vive o Politécnico de Castelo Branco. Existe uma má coordenação dos cursos implementados e escolhidos para o nosso Politécnico. O desinteresse dos jovens na profissão de Professores é constante e não estamos a caminhar para resolver essa situação.

Prof. Do Ensino Básico – Educação Visual e Tecnológica

Escolheria não ter ido para o ensino superior, optando por um curso profissional. Mais tarde, tendo já emprego, pensaria então frequentar o ensino superior na área que sempre gostei, mas sempre segura com um emprego. Deixei algumas boas oportunidades para me dedicar totalmente ao curso. Uma estupidez!!.

Educação de Infância

É pena termos estudado e esforçado para tirar um curso superior, quando devido à crise que o país atravessa vemos cada vez mais licenciados no desemprego e os que têm emprego são mal remunerados. Assim, valerá a pena estudar no nosso país? Só se for para fazer parte da estatística do desemprego. É vergonhosa esta situação!!!.

Contabilidade e Gestão Financeira

A formação existente até à data da conclusão do meu curso era bastante teórica tendo em conta que se trata de ensino politécnico. Deveria haver uma componente prática mais aprofundada e utilização de “verdadeiros” softwares, isto é, por em prática o que na realidade se usa nas empresas, assim como ter um conhecimento mais actual da legislação em vigor face às diversas áreas de ensino.

Engenharia Industrial

Na minha opinião o curso de Educação de Infância quer da ESECB, quer de qualquer Escola Superior de Educação deveria “fechar” para permitir a colocação de pessoas como eu que há 4 anos se sujeitam a vários trabalhos, uma vez que na minha área está super lotado.

Educação de Infância

Defendo sempre que se deve estudar e saber sempre cada vez mais. Mudaria de curso, pois apesar de ter optado por Contabilidade e Gestão, pensei – curso de futuro – emprego. Mas esta “selva” está tão complicada que para andar contrariada pelo menos estava na área (curso) de sonho – que possivelmente estaria desempregada. Sempre defendi a minha escola, continuo a ter contacto com os novos alunos e vou muitas vezes fazer visitas. O meu irmão estuda também na ESGIN. Apesar de pequena, com o apoio (UNIVA, protocolos) é possível vingar cá fora. Uns necessitam mais tempo que outros, mas vamos vencer!

Contabilidade e Gestão Financeira

Gostaria de acrescentar, em relação ao item 6, que a única vantagem na minha actual função é o tempo de serviço. Encontro-me a desempenhar funções de actividades extra curriculares (AEC), na área de música, na zona da Sertã e Cernache de Bonjardim.

Ensino Básico – 1.º Ciclo

Como trabalhadora estudante não era possível em termos humanos finalizar o 1.º curso que frequentei (3 anos) – Engenharia Informática. Foi um erro pedir transferência para a ESSE e deve-se à informação disponibilizada pelo IPCB, uma vez que os cursos que esta escola possui há muito que não têm qualquer saída profissional.

Prof. Do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza

Tirei o meu curso em duas etapas. No bacharelato estava solteiro, dependia dos meus pais e trabalhava normalmente nas férias. Quando acabei o bacharelato estagiei na Portucel, dei aulas de formação e desempenhei as funções de professor provisório. Fui admitido como responsável por uma equipa de jardinagem num complexo turístico da região, onde cheguei às funções de director de serviços de parques, jardins e agricultura. Entretanto numa 2.^a etapa conclui a licenciatura e mantenho-me nestas funções no meu local de trabalho.

Engenharia Florestal

Apesar de o curso não ser da minha preferência, reconheço que foi e é muito importante na obtenção de emprego. Este por sua vez não é muito bem remunerado mas dá-me boas perspectivas de evolução profissional. Boa Sorte!

Contabilidade e Gestão de Recursos Humanos

As licenciaturas em ensino estavam bem estruturadas, sobretudo por proporcionarem aos alunos vários meses de estágio. Deste modo, no primeiro ano que estive a leccionar, não senti qualquer dificuldade ao nível da relação com os alunos, da preparação de aulas e dos conhecimentos a transmitir aos alunos.

Prof. Do Ensino Básico – Português Francês

Actualmente ainda se dá pouca importância às coisas relacionadas com o ambiente. Em relação à Instituição, esta devia ter parcerias com algumas entidades para colocação de alguns dos alunos licenciados dessa escola.

Eng. dos Recursos Naturais e Ambiente

Lamento apenas que a injustiça na atribuição de bolsas por vezes não beneficie quem mais precisava (Não é o meu caso). Relembro que é necessário aproximar o ensino o mais possível do mercado de trabalho e que deixem de parte as operações de “cosmética” em relação a alguns cursos.

Eng. das Ciências Agrícolas – ramo Agrícola

O facto de a ESALD não permitir estágios curriculares, principalmente o do 4.º ano de enfermagem, fora do concelho de Castelo Branco provocou, assim como devido a outros factores, não me ter sido possível arranjar emprego na minha zona de naturalidade/ residência antes do curso. Uma vez que a escola não é muito conhecida no norte do país e não há contactos de experiência prática entre o trabalho dos alunos de Enfermagem dessas regiões, logo as instituições escolhem os alunos das escolas que conhecem, em nosso detrimento.

Enfermagem

Posso afirmar que se trata de um inquérito muito bem elaborado. ... Quero-o congratular pela sua dissertação.

Contabilidade e Gestão Financeira

As questões apresentadas a seguir são pouco objectivas e esclarecedoras e levam a alguma confusão: 2.7 e 3.3

Eng. Florestal

Posso dar-me por privilegiada pois trabalho na área da minha formação académica.

Eng. Florestal

Iniciei o curso no ano em que o mesmo foi constituído licenciatura de 4 anos, foi por isso alvo de mudanças e “experiências” por parte de professores, conselho pedagógico e científico.

Educação de Infância

Precisa drasticamente de melhorar o corpo docente.

Eng. Informática e das Tecnologias da Informação

Actualmente estamos sem grandes perspectivas, não propriamente pelo curso e instituição onde o tirei, mas possivelmente terei que optar por outra actividade em outro lugar, pois a agricultura não está a dar para viver com a qualidade de vida que seria de esperar. Não conseguimos realizar o projecto de investimento que será necessário para que pudesse realmente tirar proveito do curso que tirei... dias melhores virão.

Eng. das Ciências Agrárias – ramo Animal

Se não estou mais satisfeito e mais realizado com o que faço, nada se deve à instituição que me formou, nem ao respectivo corpo docente. A minha insatisfação deve-se ao actual poder político não contribuir para uma estabilidade profissional. Boa sorte para o Mestrado.

Professores do Ensino Básico – Educação Visual e Tecnológica

O curso que inicialmente frequentei foi Engenharia industrial, uma vez que não tinha específica de Português para concorrer para professora do Ensino Básico – 1.º Ciclo. Assim sendo, concorri para um curso com maior número de vagas e para as disciplinas específicas que tinha. Após ter terminado o 1.º ano do curso de Engenharia industrial fiz mudança de curso para o curso pretendido de professor. Felizmente tenho tido sorte em ficar colocada na minha ilha a leccionar, embora ficando sempre colocada em Outubro/ Novembro. Durante o tempo de espera recebo subsídio de desemprego.

Ensino Básico – 1.º Ciclo

O ramo da educação cada vez se depara com mais controvérsias e dificuldades, em que professores e alunos saem prejudicados, gosto do que faço, mas por vezes sinto que seria melhor um curso na área de gestão. Contudo, não me queixo porque tenho sorte de pertencer ao quadro de zona pedagógica e de trabalhar perto da minha residência.

Boa sorte para o seu mestrado!

Professores do Ensino Básico – Educação Física

Relativamente à última pergunta o que me apetecia mesmo responder é o ponto 7 (é nisto que eu penso muito quando envio um curriculum e não obtenho qualquer resposta), mas gosto muito do curso que tirei da escola que frequentei. Penso que se tivesse ido trabalhado quando acabei o curso na escola profissional hoje estaria melhor, pelo menos a nível financeiro...

Eng. Ciências Agrárias – ramo Agrícola

Se pudesse voltar atrás e se tivesse os mesmos recursos económicos teria de escolher o mesmo curso, mas ao voltar atrás se tivesse possibilidades de ter melhores recursos económicos seguramente escolheria outro curso e outra instituição.

Ensino Básico – 1.º Ciclo

Ao nível profissional sinto-me completamente realizada, contudo encontro-me a trabalhar numa instituição privada. De facto, a vida de professora não está nada fácil ao nível do ensino básico e tal muitas vezes faz-nos repensar se foi ou não a melhor opção de escolha. O curso que escolhi devia ser ainda mais prático e menos teórico!

Prof. Do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza

O curso deu-me oportunidade de estar a trabalhar no ensino, que é o que eu gosto de fazer, mas tenho pena que as condições que nos oferecem sejam escassas.

Prof. Do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza

Sinto-me muito desmotivada e frustradíssima visto eu e familiares terem feito um esforço para tirar o curso e não haver praticamente oportunidades, não só de exercer a nossa profissão, mas também dentro da mesma área poder dar utilidade ao que aprendemos.

Ensino Básico – 1.º Ciclo

É impensável existir uma escola superior numa vila não havendo algumas condições para os jovens, tais como alguns cuidados médicos, lazer, etc. Foi um verdadeiro atrofio viver em Idanha 5 anos.

Contabilidade e Gestão Financeira

As escolas de enfermagem dos Politécnicos deviam lutar pela reposição das carreiras de enfermagem e actualização do curso de licenciatura pois somos licenciados no curso mas bacharéis no trabalho enquanto pagamento de ordenados.

Enfermagem

Felizmente tirei a licenciatura que gosto e gostaria de exercer, mas infelizmente a vida de um professor é ... sem comentários!

Professores do Ensino Básico – Educação Visual e Tecnológica

Tirar um curso é bom, mas nos dias de hoje é complicado face à problemática do emprego. Cada vez mais há licenciados no desemprego e outros estão empregados sim, mas numa área completamente diferente do curso que tiraram. Será que é necessário em muitos cursos continuarem a abrir tantas vagas?

Eng. Ciências Agrárias – ramo Agrícola

Acho que qualquer pessoa devia frequentar o ensino superior, pois é a melhor altura da vida. Para além disso é uma forma de nos desenvolvermos enquanto pessoas.

Eng. Ciências Agrárias – ramo Animal

Actualmente estou a tirar a licenciatura em Solicitadoria na ESTG de Leiria, vejo que o ensino é muito mais exigente, inovador do que em Castelo Branco. Há um ensino aberto em que há uma relação próxima entre aluno e professor. Os trabalhadores estudantes podem retirar todo o material da aula na própria página do curso, evitando ir constantemente a Leiria. Todas as dúvidas podem ser esclarecidas por mail ou em dia de atendimento. É um ambiente espectacular e muito profissional. Pena tenho eu não ter escolhido esta escola na altura em que ingressei. De qualquer modo gostei da ESECB. Obrigada.

Tradução e Secretariado

Face à problemática global de desemprego creio que optaria por fazer outro curso, visto que nem as novas tecnologias e ou técnicas agrárias ajudam a dar uma outra perspectiva de futuro próspero para o agrónomo.

Eng. Ciências Agrárias – ramo Animal

Espero ter contribuído com o meu questionário e que este trabalho tenha bastante sucesso pois é uma excelente iniciativa. Boa sorte.

Contabilidade e Gestão Financeira

Apesar de estar a tirar outro curso superior, pelo primeiro não me ter dado saídas profissionais, voltaria a escolher o mesmo curso se pudesse voltar atrás, pois contribuiu muito para ser quem sou hoje, para a minha personalidade. O curso de Cardiopneumologia que actualmente frequento foi escolhido tendo em conta as saídas profissionais, mas também pelo gosto na área.

Eng. de Ordenamento dos Recursos Naturais

A instituição onde estudei precisa de melhorar infra-estruturas e um currículo mais rigoroso e com melhor ensino na parte do conhecimento científico. A parte prática do curso é sem dúvida uma mais valia, tal como as disciplinas com carácter prático.

Professores do Ensino Básico – Português Inglês

Cursos ligados à agricultura não servem para nada!!! Nenhum dos meus colegas está a trabalhar na área. A escola é boa, os professores + ou – mas a área ligada à agricultura não tem futuro!!!.

Eng. Ciências Agrárias – ramo Animal

Acerca do meu curso em questão, é de lamentar que a maioria dos docentes do mesmo não tenha formação em tradução, apenas acções de formação que não elucidam em nada como funciona o mercado de trabalho na área de tradução. Em relação à duração do curso, teriam bastado 2 anos para obter os conhecimentos necessários para estar minimamente preparado para ser inserido no mercado de trabalho. Creio que ao fim dos quatro anos não houve ninguém na minha turma que soubesse o que era ser tradutor/a. Tudo o que de útil aprendi para a profissão foi através de muito esforço e sozinho, no exercício da profissão.

Tradução e Secretariado

Penso que é um tema interessante aquele que escolheu para a dissertação pois a realidade do desemprego é dura e a procura/ oferta de emprego cansativa e desanimadora. É bom saber que há quem analise estas questões e que possa usufruir dos resultados. Espero ter sido uma boa ajuda para a conclusão da dissertação

Tradução e Secretariado

Sinto-me realizada pelo curso que escolhi, pelas opções que tomei. Boa sorte nesta sua etapa tão importante e parabéns por já ter chegado até aqui.

Educação de Infância

A minha resposta ao 8.2 pode surpreender visto que trabalho na área. Considero-me bem integrada e tenho um trabalho reconhecido, no entanto o esforço que exige não é compensado ao mesmo nível, a situação política relativamente à agricultura também não é o mais favorável. “Cá andamos!...”

Eng. Ciências Agrárias – ramo Animal

Estou desempregada actualmente. Em três anos, após a minha licenciatura já estar concluída só leccionei 6 meses. Se soubesse o que sei hoje quanto às saídas profissionais deste curso nunca teria ido para o curso superior. Estou a dar explicações em casa mas isso não é considerado um emprego.

Professores do Ensino Básico – Português Francês

Apesar de existir algumas melhorias no ensino acho que os cursos superiores deveriam ter uma componente mais prática, ou seja, mais ligada à realidade profissional das empresas, isto é deveriam funcionar como os cursos profissionais do ensino secundário onde existe uma maior interacção com as empresas. Para além disso, o IPCB deveria apostar nas formações complementares como pós graduações mais abrangentes e com cursos superiores no horário nocturno ou pós laboral (como existe no IP de Leiria), viste que infelizmente a maioria das nossas empresas ainda não percebeu o valor da formação pós graduada. Bem-haja e boa sorte para o seu trabalho.

Contabilidade e Gestão Financeira

Boa sorte para o seu mestrado, espero que não fique com uma ideia muito negativa da minha experiência na ESSE, mas não foi de todo muito agradável, exceptuando a via social, claro!

Professores do Ensino Básico – Português Inglês

Apesar de o curso não me ter preparado para a realidade do mercado de trabalho, gosto do meu curso e da experiência que tenho obtido profissionalmente. No entanto, deparo e constato que muitas profissões especializadas (electricistas, mecânicos, canalizadores, etc) são melhor remunerados não tendo formação superior. Obrigada.

Eng. Florestal

Penso que seria útil um melhor aconselhamento dos estudantes que pretendem ingressar no ensino superior, principalmente ao nível das saídas profissionais, uma vez que o nosso mercado de trabalho está cada vez mais difícil e a frequência de um curso superior requerer um grande sacrifício de tempo e principalmente em termos económicos.

Eng. de Ordenamento dos Recursos Naturais

Na pergunta anterior escolheria a opção 5 apenas se ao voltar atrás já existisse na escola o curso de Biológica e Alimentar, senão voltaria a escolher o mesmo curso. Votos sinceros de muito sucesso na realização da sua dissertação de Mestrado.

Eng. Ciências Agrárias – ramo Animal

Apenas escolheria outro curso porque apesar de estar minimamente a trabalhar na área (ATL), não me sinto inteiramente realizada a nível profissional, pois preferia muito mais estar a exercer a profissão para a qual estudei, ou seja, gostaria de estar a leccionar.

Professores do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza

Apesar de todas as dificuldades, e foram muitas, na obtenção de estabilidade profissional, apaixonei-me por este curso e pela área agrícola, e não me imagino a enveredar por um caminho que me afaste do contacto com a agricultura, a natureza, os agricultores. Gosto mesmo muito do que faço. Em relação à escola, acho que deveria enveredar pela actualização/reciclagem de quem já está formado, fosse em pequenos cursos da área, fosse em Pós graduações/ mestrados, etc..., em vez de formar técnicos para uma área que já está entupida e sobrelotada. Boa sorte para o seu trabalho! Com os melhores cumprimentos.

Eng. Ciências Agrárias – ramo Agrícola

A obtenção do meu curso abriu-me novas perspectivas de conhecimentos, assim como, novas vertentes de trabalho.

Eng. Florestal

Dr. Ricardo Batista, o seu questionário foi de fácil preenchimento ...

Contabilidade e Gestão Financeira

Apesar do curso obtido e face à dificuldade de encontrar colocação, várias vezes ponderei que a escolha do curso não foi a melhor opção, pois exercer funções é uma miragem. Talvez agora escolheria um curso que obtivesse com facilidade emprego.

Ensino Básico – 1.º Ciclo

Se pudesse voltar atrás escolheria um curso que não fosse via ensino. Actualmente é muito difícil conseguir colocação nesta área face à situação que o ensino em Portugal atravessa.

Professores do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza

De uma forma geral considero que o curso que frequentei foi uma mais valia para mim. Desagrada-me o facto de uma parte dos professores não terem formação para leccionar determinadas disciplinas o que nos prejudica muito.

Eng. dos Recursos Naturais e Ambiente

A resposta relativa à questão 8.2 está relacionada com o facto do curso que frequentei (similar a Engenharia do Ambiente noutros estabelecimentos de ensino) não ser reconhecido pela Ordem dos Engenheiros, nem pela Associação dos Engenheiros Técnicos, o que impossibilita qualquer graduado pelo curso de assinar projectos.

Eng. de Ordenamento dos Recursos Naturais

Na questão 8.2 escolheria o mesmo curso mas outra instituição por uma questão de residência, pois diminuía os custos do curso.

Educação de Infância

O Instituto Superior Politécnico de Castelo Branco deveria melhorar alguns aspectos por exemplo os estágios curriculares, no curso de Tradução, foi retirado, quando deveria ter sido melhorado. Seria uma abordagem importante ao mercado de trabalho, uma preparação que, no meu caso fez muita diferença.

Tradução e Secretariado

Apesar de todos os aspectos positivos que a minha profissão Engloba, tanto a nível pessoal como profissional, neste momento a carreira de enfermagem está “congelada”.

Enfermagem

O IPCB é uma boa escola superior, no entanto falta algum nome e mais adequação à realidade profissional. No entanto, eu acho que foi uma boa escolha.

Contabilidade e Gestão Financeira

Para concluir gostaria de lhe informar que este estudo é interessante, pois assim se poderá saber, como se encontram os jovens licenciados deste país. Parabéns! E bom trabalho!

Ensino Básico – 1.º Ciclo

Penso que foi um bom questionário.

Eng. Industrial

Falta de experiência a nível contabilístico, pois é sempre um requisito quase obrigatório, uma vez que as empresas não dispõem de muito tempo para dar formação e se somos licenciados parte do pressuposto que devemos saber pegar numa contabilidade, coisa que não acontece, porque prática houve pouca ou nenhuma.

Contabilidade e Gestão Financeira

O curso em si é do meu agrado, mas a instituição poderia ter proporcionado um ensino mais qualificado, com vista às necessidades do mercado de trabalho. O facto de não proporcionar um estágio curricular foi para mim um aspecto negativo. A abordagem das disciplinas de estudo foi demasiadamente gerais, com falta de meios adequados como novas tecnologias e material de apoio. No geral, a instituição proporcionou-me um bom ambiente.

Tradução e Secretariado

Embora as constantes alterações me deixem m bocado renitente, sinto-me muito realizada a nível profissional. E penso que esta satisfação se deve à formação que me foi dada durante o curso superior.

Educação de Infância

Se fosse hoje não sei se tiraria um curso profissional. Acho que em vez de seguir um ensino normal tinha tirado um curso profissional e depois tinha arranjado um emprego melhor. Porque aquilo que se vê actualmente é que as pessoas colocadas nos bancos têm o 12.º ano e muitos nem isso. Portanto acho que perante isso deixa-nos bastante revoltados.

Contabilidade e Gestão Financeira

A dificuldade de encontrar emprego tem sido uma constante na minha vida, neste momento continuo à procura de emprego. Já passei por muitos sítios mas nunca consegui estabilidade. Apostei na formação mas a única coisa boa que me trouxe até hoje foi a nível de desenvolvimento intelectual.

Tradução e Secretariado

As saídas profissionais são muito poucas. Apesar de estar a trabalhar, a expectativa que criei quando entrei no ensino superior era outra. Maior oferta de emprego e melhores perspectivas de carreira. O mercado está saturado e as remunerações são baixas.

Eng. Ciências Agrárias – ramo Animal

Fazendo uma retrospectiva geral ao que foi a minha formação, julgo que a ESA deveria fazer uma reavaliação ao nível técnico e científico dos professores. Os bons professores são poucos e os bons que por lá passam ficam por pouco tempo. No entanto, os “cancros” continuam lá a denegrir a imagem da escola e dos cursos. Tenho vergonha de ter chamado professores a muitos deles, a escola que abra os olhos e os reavalie se quer continuar a ter credibilidade e a chamar alunos. Muito trabalho há ainda a fazer no sentido de melhorar o ensino na ESA.

Eng. Florestal

O tempo que passei na ESECB foi dos melhores da minha vida, quer pelos amigos, muitos bons professores (alguns nem por isso) quer pelo curso em si. O desemprego que enfrentamos é uma fase da nossa vida, temos que saber lidar com isso e encarar esta situação como uma experiência. Desejo-lhe boa sorte para o mestrado e saiba que, se da minha parte eu puder ajudar, é só dizer. Felicidades.

Ensino Básico – 1.º Ciclo

Escolhia não ir para o ensino superior porque já perdi emprego para colegas com o 12.º ano, uma vez que pagam menos e efectuam as mesmas tarefas.

Contabilidade e Gestão Financeira

Caro Ricardo Batista, espero que o seu mestrado lhe seja mais proveitoso do que a licenciatura me foi para mim. Se soubesse o que sei hoje teria ficado pelo bacharelato e tirado mais formações paralelas ou integradas nalguma instituição (sem fins lucrativos,...). Enfim, continuo a minha busca... Muito boa sorte.

Eng. Ciências Agrárias - Animal

Gostaria de aproveitar e mostrar o meu descontentamento em relação à não homologação do curso e à falta de reconhecimento que este curso parece ter (já que nem sequer existe nos registos do IEFP), factos estes que me dificultam a inserção no mercado de trabalho nesta área e, conseqüentemente me obrigam a enveredar por uma profissão alternativa, que é a base do meu sustento actualmente.

Eng. de Ordenamento dos Recursos Naturais

Tendo em conta as dificuldades que nós (recém licenciados) temos ao nível de obtenção de emprego, torna-se difícil gerir toda a “carga psicológica” que vamos adquirindo. De facto, é difícil gerir a instabilidade que é provocada pela falta de emprego. Temos “imensas” habilitações, trabalhamos em empregos precários, com poucas condições e com salários diminutos. Os conhecimentos e competências adquiridos vão-se perdendo, e tendo em conta que na área da educação todos os dias surgem novos estudos, sentimo-nos forçados a continuar a estudar com a esperança de um dia conseguirmos alcançar o tão desejado emprego.

Ensino Básico – 1.º Ciclo

Não sei se este inquérito vai servir para o trabalho em causa, uma vez que resido nos EUA desde Janeiro de 2005. Espero que sim e boa sorte.

Contabilidade e Gestão Financeira

Relativamente à situação profissional o facto de se estar empregado não implica uma procura para melhorar o vínculo laboral e as condições.

Eng. das Ciências Agrárias – Agrícola

Se voltasse atrás escolheria Medicina Veterinária em alguma Instituição. Tentaria realizar intercâmbios internacionais. Actualmente sinto que estou bastante bem na carreira profissional, boa remuneração, mas infelizmente tive que emigrar para obter esta satisfação pessoal. O país não está nada bem economicamente.

Eng. das Ciências Agrárias – Animal

É certo que na escola (ESE) e com as perspectivas que os professores têm não são nada animadoras, seria bom fazer uma caracterização distinta dos percursos profissionais mas nas diferentes escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco para se saber ao certo qual o sector das diferentes escolas que tem progressos na vida profissional de forma distinta.

Professores do Ensino Básico – Matemática e Ciências da Natureza

Quero apenas deixar algumas observações quanto à minha profissão. Nós, Engenheiros Florestais, não somos reconhecidos, ninguém sabe muito bem aquilo que fazemos nem para que servimos. Por sua vez, os Engenheiros Agrícolas são muito mais reconhecidos e com muito mais aplicação. O que sinto na pele é que os Engenheiros Florestais são “os parentes pobres da Eng. Agrária”. Ninguém nos defende e ninguém nos divulga a não ser nós mesmos com o envio dos nossos currículos para tudo quanto é sitio para conseguir um emprego!

Depois há ainda o problema da legislação, por exemplo, os gabinetes técnico florestais das Câmaras Municipais são ocupados pelos mais diversos profissionais, desde Engenheiros Agrícolas (o que mesmo assim não é tão grave) até pessoal formado em Eng. Animal e, mais surpreendente, Engenheiros Civis!!! Isto porque não há qualquer obrigatoriedade de nos GTF trabalharem apenas técnicos florestais como seria lógico. Haveria muito mais para comentar, mas eu só queria alertar para a necessidade de haver “alguém” (sindicato, associação, etc) que nos defenda, senão, teremos de tirar mais um curso, como já fizeram colegas meus para garantir a possibilidade de ter a vida com que ambicionamos e para a qual trabalhamos. Obrigado.

Eng. Florestal

O curso serviu como base de trabalho, onde aprendi métodos e técnicas de trabalho. O único ponto negativo foi a falta de ajuda aos alunos no que diz respeito à especialização, ou seja, ao longo do curso os alunos deveriam escolher qual a sua especialidade.

Eng. Informática

Boa sorte para a conclusão do Mestrado em Administração Pública e espero que a minha colaboração contribua para um bom sucesso e também de um bom trabalho.

Tradução e Secretariado

A formação de professores no nosso país foi muito intensa nos últimos anos congestionando o mercado de trabalho nesta área. Deste modo eu e os outros 30 mil professores permanecemos no desemprego (nem que seja parcial).

Prof. Do Ensino Básico – Educação Física

Gostei muito do meu curso e da instituição, mas infelizmente a oferta de emprego é nula. Como tal mudaria de curso e instituição. Entre o início do curso 1991 iniciei o bacharel tendo entrado em 1998 para a licenciatura e terminei em 2004 porque na licenciatura comecei a trabalhar na área (recibo verde) mas o contrato acaba e neste momento estou na PT.

Eng. das Ciências Agrárias – Animal

Espero que os resultados destes dados ajude a melhorar a qualidade e facilite a todos aqueles que pretendem seguir uma formação superior.

Eng. das Ciências Agrárias – Animal

Espero ter contribuído atempadamente para o seu estudo e congratulo-o por desenvolver esta ideia. ... Aproveito para lhe desejar boa sorte para a conclusão do seu mestrado e um Feliz Natal.

Tradução e Secretariado

Deve parecer contraditório estar a fazer outra licenciatura e acabar de referir que escolheria o mesmo curso, aquele sem saídas profissionais, mas de facto não estou arrependida pois aprendi coisas muito importantes e voltaria a fazê-lo de novo.

Ensino Básico – 1.º Ciclo

Se pudesse voltar atrás aplicava-me mais, pois a ESGIN é dotada de excelentes condições técnicas e pedagógicas. Apesar de isolada (em consideração com o Politécnico) não deixa de ser uma instituição de excelência. Alteraria o programa de alguns cursos com uma vertente mais prática e aproximado à realidade. Não trocava a ESGIN por nada!!!

Contabilidade e Gestão Financeira

Faço parte de uma geração que em tempos apelidada de “rasca”, está na verdade “à rasca”. Uma geração cuja estabilidade e futuro estão a ser hipotecados uma vez que está cada vez mais difícil de constituir um seio familiar onde harmoniosamente possam assegurar o futuro do amanhã. A culpa é em grande parte dos políticos, mas... em Portugal a culpa acaba sempre por morrer solteira. Saudações Académicas. Bom Natal e Feliz 2007.

Professores do Ensino Básico – Português Inglês

Apesar de ter um emprego só tenho pena que não seja numa escola como desejava, mas estou muito contente por estar a trabalhar com crianças com algumas dificuldades e pode-las ajudar com o que aprendi.

Professores do Ensino Básico – Educação Visual e Tecnológica

Infelizmente no nosso país não basta ter um curso para assegurar um bom emprego.

Eng. das Ciências Agrárias – Animal

Eu gosto do curso que tenho, é uma área que quando tirei o curso não me era desconhecida, uma vez que o meu pai é produtor engarrafador. No entanto, é uma área que neste momento está a atravessar uma situação não muito fácil.

Eng. das Ciências Agrárias – Animal

Se a escola tivesse outros cursos como mecânica, era de certeza um caso a pensar. Gostei da escola e do curso que frequentei. Apenas estou desiludida, pois em termos de emprego, na área, quase ninguém conseguiu arranjar emprego e os que têm emprego na área, como eu, têm um emprego precário.

Eng. Dos Recursos Naturais e Ambiente

Tenho pena de verificar que desde que terminei o curso tenho tido os mais variados empregos, alguns relacionados com a área do meu curso, outros bastante diferentes e o facto de ter uma licenciatura não me tem ajudado muito, a não ser em relação ao leque de conhecimentos que adquiri, mas infelizmente ainda não me deu estabilidade profissional. Boa sorte para si e para o seu trabalho.

Professores do Ensino Básico – Português Inglês

Costumo dizer que se fosse hoje não tirava o mesmo curso, mas é só da boca para fora porque é realmente o que gosto de fazer, mas mediante a dificuldade de uma carreira e de forma de vida, se calhar não arriscava esta profissão. O que sinto, por experiência própria, é que não inspira confiança e é uma profissão condenada ao sofrimento. Não compensa o sofrimento que provocou e que provoca ainda hoje.

Professores do Ensino Básico – Português Francês

Acho esta iniciativa muito louvável da sua parte. Quero dar-lhe os parabéns. Espero que o seu mestrado lhe corra da melhor maneira possível. Os meus melhores cumprimentos e felicidades.

Contabilidade e Gestão Financeira

Grato por me ter pedido a colaboração. Bom trabalho!

Ensino Básico – 1.º Ciclo